



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS I- SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS- PPGEL

ANA CAROLINA PEDROSA PONTES

POESIA É A NOSSA ESTRUTURA: árvore, luta e artevida

SALVADOR

2020

ANA CAROLINA PEDROSA PONTES

POESIA É A NOSSA ESTRUTURA: árvore, luta e artevida

Dissertação apresentada para defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade da Bahia (PPGEL/UNEB), para obtenção do título de Mestre em Estudo de Linguagens- Leitura, Literatura e Identidades.

ORIENTADORA: PROFA DRA MARIA DO SOCORRO SILVA CARVALHO

SALVADOR

2020



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS I- SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS- PPGEL

ANA CAROLINA PEDROSA PONTES

POESIA É A NOSSA ESTRUTURA: árvore, luta e artevida

Dissertação apresentada para defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade da Bahia (PPGEL/UNEB), para obtenção do título de Mestre em Estudo de Linguagens.

Linha de Pesquisa: Leitura, Literatura e Identidades.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Maria do Socorro Silva Carvalho (Orientadora)
PPGEL/UNEB

Profa Dra Márcia Rios da Silva
PPGEL/UNEB

Profa Dra Lúcia Castello Branco
UFMG

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

P814p

Pontes, Ana Carolina Pedrosa

Poesia é a nossa estrutura: árvore, luta e artevida / Ana Carolina Pedrosa Pontes.-- Salvador, 2020.

105 fls : il.

Orientador(a): Profa Dra Maria do Socorro Silva Carvalho.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - PPGEL, Câmpus I. 2020.

1.Experiência da arte. 2.Linguagens artísticas. 3.Saúde mental antimanicomial. 4.Modos de existir. 5.Centro de Convivência.

CDD: 233

Ao grupo Poesia é a nossa estrutura pelas trocas e possibilidade linda de trabalhar com vocês!!

Às/aos convivas do Centro de Convivência Providência e Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário, pela partilha – nós conseguimos!!!

À minha mãe Luciana, por ter me dado a luta e ao meu pai Max por ter me mantido de pé!

In memoriam

(dos que já voltaram pra casa espiritual),

Meu tio Bibinha – tio, esse gol é nosso!!!

Vó Cidoca, pelo cuidado como alimento. Vô Pereira, pela ética. Vô Sô Hebe, por insistir no caminho dos saberes. Tio Magu, pelas músicas que me deram espírito.

Marcus Matraga, por ter sido enorme pra tanta gente. Que a justiça se faça sobre a sua memória.

Agradecida!

Eu e meu pai sempre falamos sobre ter saído da roça e hoje está inserida em um mundo acadêmico que há pouco tempo pertencia somente às pessoas de outras classes. Eu vim do encontro de duas famílias humildes que têm em comum a consciência humana e o histórico da luta política. Sei com toda a potência da minha cabeça ancestral que nunca estive sozinha e que o que trago dentro de mim, vindo dos meus mais velhos e minhas mais velhas é que me fez “romper as esfinges das encruzilhadas”, pactuando com um verso de Aldir Blanc. Então, com a licença de minha mãe Luciana e meu pai Max, que são um presente para a minha criação, quero agradecer inicialmente às forças invisíveis que sempre me acompanharam e também àquelas que não sei ainda nomear: meu Ori, minha mãe Nanã dona da minha cabeça ancestral e minha movência, pai Oxóssi, Oyá, Obaluayê, Laminha, Pai Joaquim, Sete Flechas, Tranca Ruas, Joconda, Bagaceira, Dr Hans e todos de lá que acendem os caminhos de cá. À vovó Bolinha, por ser o carinho mais gostoso que faz seguir. Ao meu pai Max pela cumplicidade, firmeza, generosidade e espiritualização que me iluminou todas as vezes que não vi a luz- pai, meu guerreiro adorado, sem você eu nem seria! À minha mãe Luciana pela luta antimanicomial, pela justiça social, por ser a assistente social mais foda que conheço, por ser minha amiga, ter me acolhido em todas as muitas encruzilhadas dessa encarnação, me guardado e me ensinado a voar. Ao meu companheiro Talbert, meu maior interlocutor e crítico, por se fazer minha casa, meu amor, meu sol, meu acolhimento, nem imagino isso tudo sem você e compartilho com você o axé conquistado! À minha orientadora professora Socorro, por ser uma artista incrível, uma pessoa admiravelmente respeitosa, ter se tornado tão marcante na minha vida e formação! Às minhas irmãs, Luiza e Maiara, por estarem junto de mim, me levantarem e darem ânimo. À Mamá também pela tradução sensível do resumo dessa dissertação. Ao Lucas da titia, por ser uma ternura, um amigão lindo e por segurar a saudade. À Silvia pelas curas, cuidado, amor e importância. À Dani por andar junto, orientar e fazer tudo mais confiante e possível. Às minhas famílias maternas e paternas, pelo carinho e apoio. Ao Dieguin meu amigo de fé irmão camarada, que desde a primeira ideia estava do meu lado. Ao Gandhi pelas trocas inspiradoras, cúmplices e avante sempre. Ao meu mestre e amigo Carlos Buére, por tanto ensinamento e apoio. À Marilda minha amiga e homeopata, por cuidar da minha essência, saúde e sanidade. À Mayra e Bowie pela casa, família e planos compartilhados. À Renatinha e Maíra, por tantas trocas, motes e partilhas, essa conquista é nossa! À Mari pelo verso que inspirou Naidna a dar nome ao grupo. Às minhas amigas-irmãs e amigos-irmãos de Sabará e do Fluxo, por serem comigo cada um(a) do seu jeito singular. À Karen e Betânia, minhas gerentes e amigas que me

deram cara confiança e cumplicidade, Marta Soares e Míriam Abou-Yd, Marcinha e Manu pelas trocas espirituosas. Ao meu irmão de tantos mares, Leandro, por ter me recebido na nossa Bahia. À Lis, Maia e Bebel, pelo acolhimento e casa. À Céu, Gabriel e Vavá Batatinha que ajudaram com sorriso e afeto a me adaptar à vida nova. À minha irmã querida e minha mais velha no axé, Carla Nogueira, por me dar caminho, sua bença, você é luz, meu ori saúda o seu! Ao professor Fernando Conceição pela generosa orientação e apoio. Ao pessoal da minha turma do mestrado, sobretudo Lígia, Maria Lívia, Randra, Paulo, Rita e Mércia, quanta gratidão a oportunidade de encontrarmos e fazermos isso juntxs! Ao pessoal do Quilombo Dandaras e Zumbis, pelo cotidiano familiar de Axé! À professora Mônica Nunes por ter me dado trabalho sem pestanejar, pela oportunidade do tirocínio e pela participação na qualificação. À professora Márcia Rios por ser maior e mais bonita do que os protocolos. À professora Lúcia Castello Branco por estar junto na defesa, trazendo tanto afeto, carinho, poesia, ensinamentos e construtivas perspectivas, e também pelo presente da epígrafe de Llansol. À estas duas últimas pela banca e pela indicação para publicação. E, finalmente, aos governos Lula e Dilma, pela garantia de direito ao estudo superior. Adupé a todxs!

*“... subir no ramo mais alto da árvore e aprender a
produzir clorofila — a primeira matéria do poema”*

(Maria Gabriela Llansol)

RESUMO

Esta dissertação discute a poesia como tecnologia de vida e construção de devir para grupos historicamente negligenciados e violentados, no caso pessoas em situação de sofrimento mental. Aborda-se a ideologia eugenista e o controle social racializado enquanto instauradores da instituição manicomial, não somente na qualidade de espaço físico, mas também biopoder, pelos termos de Michel Foucault (1979), capilarizado na sociedade ordenada pela necropolítica, segundo conceito de Achille Mbembe (2016). Como reação, a partir da reforma sanitária e da Constituição de 1988, trabalha-se mais efetivamente para o estabelecimento de políticas antimanicomiais, na implantação de dispositivos, como pensado por Michel Foucault (1979), substitutivos aos manicômios e pela Lei da Reforma Psiquiátrica 10216. A Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte/ MG se destaca pioneiramente e se mantém como modelo complexo nacional e internacionalmente desde o começo da década de 1990. O Centro de Convivência é um dispositivo dessa rede que trabalha diretamente com oficinas e ações artísticas, construindo acolhimento, sociabilidade, cuidado em liberdade, devolvendo possibilidades para a criação de vida e subjetividades. No Centro de Convivência Providência da regional norte periférica aconteceu a experiência “Poesia é a nossa estrutura”, uma vivência advinda da Oficina de Poesia e Vídeo, que originou também uma compilação poética e um filme média-metragem experimental homônimos ao grupo. A ideia de poesia trazida aqui advém da possibilidade de partilha construída a partir de encontros geradores de condições mais criativas para a negociação com a vida e com o próprio sofrimento, por meio da arte e da linguagem enquanto agenciamento dessas construções, tendo em vista a experiência analisada. A dissertação é metodológica e analiticamente subdividida em três categorias: “Árvore”, “Luta” e “Artevida”. “Árvore” traz a vivência do grupo analisado e pautas que permearam tal experiência; “Luta” convoca a formação política que possibilitou a instauração dos dispositivos de arte e os serviços substitutivos aos manicômios como um todo; e “Artevida” faz referência à ideia de poesia pensada através da reconexão com outros saberes, a arte como recurso indispensável à clínica para se agenciar a vida, representatividade e integralidade.

Palavras chave: Experiência da arte; linguagens artísticas; modos de existir; Centro de Convivência; saúde mental antimanicomial.

ABSTRACT

This dissertation discusses poetry as a technology of life and builder of becoming for historically neglected and abused groups, in this case, people in a situation of mental suffering. The eugenic ideology and the racialized social control are addressed as instigators of the asylum institution, not only as a physical space but also as a capillary biopower, according to Michel Foucault (1979), in a society ordered by the necropolitics, according to the concept of Achille Mbembe (2016). As a reaction, starting with the health reform and the 1988's Brazilian Constitution, work is done more effectively to establish the anti-asylum politics, implementing replacement devices to the asylums and the 10216 Psychiatric Reform Law. The Belo Horizonte's Mental Health Network stands out as a pioneer and remains as a complex role model nationally and internationally since the early 1990s. The Centro De Convivência is a device of this network that works directly with workshops and artistic actions, building nurture, sociability and support in freedom, giving back the possibilities to create life and it's subjectivities. The "Poesia é a nossa estrutura" experience took place at the regional peripheral north Centro De Convivência Providência, an experience that comes from the Oficina de Poesia e Video that also originated a poetry compilation and a experimental medium-length film, both homonyms to the group. The idea of poetry brought here comes from the possibility of sharing more creative options for dealing with life and it's own suffering through art and language while having in mind the analyzed experience. The dissertation is methodological and analytically divided in three categories: "Árvore", "Luta" e "Artevida". "Árvore" brings the analyzed group's experience and the questions that were brought up in the situation; "Luta" invokes the political background that made the implement of art and the replacement devices to asylums as a whole, possible; and "Artevida" refers to the idea of poetry through a reconnection to other areas of knowledge, art as a necessary resource to clinically agency life, representation and integrity.

Keywords: Art experience; artistics languages; ways of existing; Centro de Convivência; anti-asylum mental health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: SOBRE VOZES, FLORESTA E ENFRENTAMENTOS	13
2 E O PRINCÍPIO SE FEZ ÁRVORE: “POESIA É A NOSSA ESTRUTURA”	24
2.1 O Centro de Convivência: raiz forte em um terreno fértil	32
2.2 O cotidiano do pano azul, uma estrutura viva	38
2.3 O livro, o vídeo e outros frutos	44
3 LUTA: PARA ALÉM DOS MUROS	47
3.1 Direitos humanos, desinstitucionalização da loucura e promoção de cidadania	52
3.2 Políticas de ação entre saúde e arte	57
4 ARTEVIDA: E QUEM DISSE QUE ISSO NÃO É POESIA (?)	61
4.1 Sobre Bispos, Stelas, barcos, falatórios, invenções e resistências	65
4.2 O corpo como “manifesto errante”: narrativas, performances e soerguimentos	70
4.3 A defesa pela linguagem banida, pela poesia de margem, expandida e fronteiriça	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TUDO É CAMINHO - PLANTAMOS UMA ÁRVORE, MAS QUEREMOS EXPANDIR A FLORESTA	83
REFERÊNCIAS	90
ANEXO A - IMAGENS	95

1 INTRODUÇÃO: SOBRE VOZES, FLORESTA E ENFRENTAMENTO

Psiu, psiu, psiu,
Estou ouvindo vozes
(Escola de Samba Liberdade ainda que Tam-Tam)

As primeiras palavras de uma dissertação deveriam dizer de quem escreve diante do seu objeto? Qual metodologia ou protocolo poderia prever a partilha que eu, sujeita, teço com o objeto que escolhi, para falar dele, para falar de mim, para falar de muita coisa que está além dele e de mim? Eu escolho começar essa narrativa na primeira pessoa porque para tecer um saber científico sobre o que julgo relevante à ciência, à episteme, à vida, precisei me voltar para mim mesma, dar voz ao meu desejo, ao que atravessa meu corpo enquanto experiência e causa movimento, devir.

A intenção é de que todas as palavras tecidas aqui clamem por movimento, enquanto existam, enquanto se lê, como uma brisa entrando nos poros, ora gélida, ora suave, ora fogo. Se o que sai de mim, atravessar o conhecimento, virar discurso para chegar até a/o outra/o e conseguir encontrar o seu corpo, essas páginas farão ainda mais sentido, porque a busca de rever estruturas de pensamento terá sido aceita.

Mas tudo isso não é sobre mim, nem sobre quem dialoga quando lê. No entanto é sim também sobre todas/os nós. É sobre narrativas desprezadas, gente enxotada socialmente como desimportante, de quem escolhi falar, quem escolhi para ouvir. É sobre as vozes, as muitas vozes que ficaram presas nas suas cabeças, nos porões da loucura, atrás dos muros dos manicômios, ou pelas ruas, escondidas pelos poderes construtores de uma sociedade que não quis ouvi-las ou lhes dar importância.

Essas páginas são sobre a ascensão de muitas destas vozes, sobre a emancipação das vozes e das/os donas/os das vozes, sobre a busca de, através também do exercício da arte, voltar a tocar a sua própria humanidade. Sobre o reencontro dessas pessoas consigo mesmas, com um espaço narrativo que só pode ser ocupado por quem viveu sua determinada experiência. Essas páginas são sobre a desautorização histórica do seu lugar de fala e sobre a luta pela autorização de falar, de existir, de criar.

Me coloco, inicialmente, na primeira pessoa porque as/os donas/os dessas vozes me ensinaram a falar e a pensar a humanidade a partir de quem foi usurpado de vivê-la. E essa luz que me abriu os olhos nunca mais me deixará fechá-los enquanto eu viver, parafraseando o poeta amazonense Thiago de Mello (1981). Partindo do meu lugar, porque só posso dizer a

partir dele, quero falar de todas/os que vi ultrapassarem o duro cimento da exclusão, das vozes que foram silenciadas atrás das grades segregadoras das culturas, e nunca ouviremos falando loucura solta pela rua, mas que estarão, aquém dos choques e lobotomias, aquém dos paradigmas culturais da loucura, do delírio e da doença, para sempre vivas e berrantes dentro das nossas cabeças. A essas vozes que reencontraram suas narrativas prestamos homenagem na epígrafe que abre essa introdução, com os versos do samba-enredo da Escola de Samba Liberdade Ainda Que Tam-Tam, um coletivo de pessoas envolvidas com a luta antimanicomial, tanto usuárias/os dos serviços de saúde mental da cidade de Belo Horizonte (BH)/ MG, quanto artistas trabalhadores da rede.

Foi em Sabará, uma cidade histórica da região metropolitana de BH, que a ASSTRAL (Associação Sabarense de Trabalhos Alternativos) fez casa para acolher a loucura, a saúde mental, suas convivências e criações. Era início da década de 1990 quando minha mãe, assistente social de formação marxista, tendo integrado o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), saiu da Zona da Mata de Minas Gerais para se envolver com as recentes conquistas da Saúde Mental, que insurgiam pela região da capital do Estado.

A ASSTRAL foi concebida como uma Organização não Governamental (ONG), um projeto de Economia Solidária em Saúde Mental (*Imagem 1*), que oferecia oficinas de culinária, bijouteria, cerâmica, utilitários de papel e esculturas de papel marché, a fim de promover o acolhimento psicossocial, a convivência, o reenlaçamento afetivo e a reinserção social por meio do trabalho criativo e não massivo, fazendo parte das iniciativas de substituição dos manicômios por serviços humanizados, na prática do cuidado ao sujeito em situação de sofrimento mental. Minha mãe foi da equipe multidisciplinar composta por psicólogas/os, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, artistas plásticas/os e artesãs/ãos, que fundou a iniciativa, e meu estudo é também fruto desta construção.

Foi entre o colo negro de Edmur, seus olhos de jabuticaba e a voz ponderada, que escutei pela primeira vez, aos 7 anos, a falar sobre Dostoiévski. Foi pelas poucas palavras de Silvio, ainda entorpecido pelo excesso medicamentoso, que acreditei que eu podia desenhar, uma pulsão que mais tarde gerou minha formação em Artes Plásticas.

É aqui que essa narrativa sai de mim para dizer a que veio. A figura do louco, inútil, incapaz de receber confiança, um ser perigoso se fez no entanto, imerso em uma outra partilha, da delicadeza, do diálogo e da cumplicidade, no louco que cuida e ensina. Sair do fatídico discurso da exclusão para repensar os modos relacionais pelos quais somos regidos, para que o ser também possa sair da figura do adoecido, e se deslocar para a doce constatação de potência

e ação da sua subjetividade. Foi a partir deste norte gerado pelas minhas tardes infantis na ASSTRAL que comecei a cultivar as sementes da minha contribuição para a construção da floresta da não-exclusão, nesse futuro que hoje se desenha.

A Saúde Mental no Brasil vem, desde a década de 1900, com o psiquiatra brasileiro Juliano Moreira, galgando conquistas relevantes na construção de experiências para um tratamento mental mais humanizado. Desde a década de 1940, com a psiquiatra brasileira Nise da Silveira, começando a pensar em modelos que ultrapassem o espaço hospitalar, preze pelo cuidado em liberdade, pela convivência geradora de enlaçamentos com a vida, pela criação reconstrutora de subjetividades, pelo trabalho solidário que contribui para a reinserção social, enfim, pela integralidade subjetiva, relacional e cultural do sujeito em situação de sofrimento mental. Estas experiências nascem em resposta à lógica hospitalocêntrica degradante dos manicômios, inteiramente ligada a interesses lucrativos e diretamente proporcionais à quantidade de leitos nos seus hospitais psiquiátricos, mortificadores de sujeitos que são então isolados da sociedade, como um mal que devesse ser banido.

Antes da possibilidade de se inaugurar instituições substitutivas aos hospitais psiquiátricos, quando era somente possível se pensar em novas relações e abordagens ao sujeito em sofrimento mental dentro do território manicomial de isolamento e punição, termos utilizados por Michel Foucault (1979), a saída proposta por profissionais da área, foi trazer a arte para dentro dos muros institucionais, em um encontro com o sujeito segregado. A equipe de Juliano Moreira começou a construir o legado dos núcleos de terapias dentro dos hospitais, no início do século XX. Já na década de 1940, a equipe de Nise da Silveira (1992) fora então precursora do uso da pintura enquanto tecnologia de aproximação, resgate da subjetividade do sujeito e do seu reconhecimento enquanto tal, na tentativa de recuperá-lo de uma coisificação e anulação imposta pela realidade mortificadora dos hospitais psiquiátricos e suas práticas, instaurando na ala de terapia do hospital, um atelier de pintura. No Brasil, Nise da Silveira foi responsável pelo enfrentamento aos métodos hospitalares violentos impostos no internamento, como eletroconvulsoterapias (eletrochoques), lobotomias e abusos medicamentosos, assim como o enfrentamento ao entendimento de doença, cura e punição, e o caráter de lucro e utilitarismo dados às/aos então chamadas/os “doentes” pelo sistema institucional.

As consequências dessa intervenção foram não só questionamentos sobre a legitimidade da configuração oficial da psiquiatria naquele momento, como também o pioneirismo do que veio mais tarde desencadear na Reforma Psiquiátrica e no Movimento da Luta Antimanicomial. A contribuição científica de Nise da Silveira buscava compreender as transformações cotidianas do sujeito a partir da experientiação da criação de imagem, dialogando com as pesquisas de

Carl Jung (2016) sobre o inconsciente. Este, por sua vez, compreendia a produção de imagens enquanto potência simbólica e o fazer pictórico enquanto agente do abrandamento e movimento da mente.

Em relação ao campo das artes, as conquistas travadas pela psiquiatra e sua equipe culminaram na criação de um circuito artístico que discutia as relações entre arte e loucura. Respalhada sobretudo pelo crítico de arte Mário Pedrosa (2017), que afirmava valor estético para as pinturas produzidas por sujeitos vistos como loucas/os, foram realizadas então exposições com este conteúdo. Além disso, como consequência também se deu a fundação do Museu de Imagens do Inconsciente (*Imagem 2*), inaugurado em 1952, onde estão concentradas as memórias dos trabalhos desenvolvidos nos confins da instituição manicomial.

A experiência de criação vivida por esta equipe mostra, dentre tantas coisas, que mesmo nas condições mais precárias, foi possível encontrar o desejo de vida no sujeito. Este desejo remete à nomeação de Jacques Lacan (Apud FERREIRA-LEMOS, 2011) àquilo que exerce pulsão e assim pode se estabelecer enquanto linguagem e sentido, em tentativa de respostas às condições inscritas.

A partir da experiência da equipe liderada por Nise da Silveira, acontecimentos importantes marcaram a tomada da discussão e do enfrentamento, para a experiência de outras práticas que pudessem andar junto à tentativa de mudança do paradigma cultural a respeito do sofrimento mental. Um paradigma pautado na patologia da doença, no entendimento da loucura como doença, na dicotomia loucura *versus* “normalidade”, na consolidação da diferença e do diferente a partir da ideia de que o “normal” representa o ser humano oficial e o louco seria o “Outro”, no trato do sujeito “louca/o” como diferente e malquista/o, e na coisificação deste sujeito histórica e analiticamente descredibilizado, penalizado e isolado da sociedade, tanto nos manicômios físicos quanto na malha social. Uma das marcas genuínas das práticas tecidas como enfrentamento a este paradigma é a utilização das linguagens artísticas como alargamento dos modos de existir que reinventem a convivência inclusive com o próprio sofrimento, lidando com este como mais um elemento que compõe a vida, e não mais o definidor desta, do seu ser complexo e subjetivo, do seu campo relacional, da produção de sentido e devir.

Depois da experiência vivida pela equipe liderada por Nise da Silveira, muitas proposições afins foram feitas no território nacional, e estas mais sistematizadas a partir, sobretudo, da visita do psiquiatra italiano Franco Basaglia (1979) que liderou a Reforma Psiquiátrica na Itália. Basaglia enfrentou poderes institucionais e conseguiu impor alterações no modelo asilar, implantando outras respostas ao sofrimento mental, através de recursos como o diálogo, o acolhimento, a participação, a convivência e o cuidado. Além da implantação de

uma clínica participativa e acolhedora, também propôs os mecanismos da arte e do trabalho como parte e continuidade no tratamento.

Na primeira visita ao Brasil, em 1978, Basaglia visitou o Hospital Colônia de Barbacena/ MG, responsável pelo maior genocídio de pessoas em sofrimento mental em território brasileiro, com 60 mil mortes ao longo de cinquenta anos, nomeando-o de “Holocausto Brasileiro”. Na segunda visita ao país, já em 1979, Basaglia lidera as chamadas “Conferências no Brasil”, a partir das quais nasceram outros encontros e conferências que confluíram para a construção de políticas para a saúde mental, que mudassem nacionalmente o atendimento e abordagem às pessoas em condições de sofrimento mental e suas famílias, apontando para a Reforma Psiquiátrica Brasileira e para o Movimento da Luta Antimanicomial (MLA).

No início da década de 1980 começaram a nascer programas e iniciativas, tanto dentro dos hospitais psiquiátricos ou núcleos de Terapia Ocupacional, como na tentativa de consolidar outros espaços fora do ambiente manicomial, inclusive na busca de se estabelecer enquanto política pública substitutiva aos manicômios. Destacamos aqui a experiência no município de Santos/ SP, gerada como consequência das conferências nacionais e regionais que produziram debates sobre a problemática manicomial e a necessidade do estabelecimento de outros serviços antimanicomiais que atendessem ao público da saúde mental e suas famílias. Se fazia necessário partir de uma lógica diferente da asilar, esta pautada no isolamento, na supremacia da ação medicamentosa, nos maus-tratos a partir da desvinculação do sujeito com todos os laços que o conecta à vida social. Buscava-se compreender o paradigma social da loucura, a postura ética que deveria ser absorvida pelo campo da saúde, como se dariam estruturalmente estes novos serviços e como poderiam ser implantados a partir da substituição daqueles que se queriam falidos.

A partir desta construção, uma das experiências mais importantes e efetivas para uma prática antimanicomial aconteceu em Belo Horizonte (BH)/ MG. Durante a década de 1980 as práticas antimanicomiais começaram a ser estabelecidas, inicialmente dentro do Hospital Raul Soares, que mantinha e, em certa medida ainda mantém, as mesmas práticas da excludente e tortuosa psiquiatria. A conquista como política pública municipal se deu em meados de 1993, por meio de dispositivos substitutivos aos manicômios, com a formação de uma rede de urgência e emergência; acompanhamento psicossocial para a/o usuária/o da Rede de Saúde Mental e sua família; oferta de criação, convivência e vida cultural, relação com a cidade e com o trabalho. A Rede de Saúde Mental de BH representa um pioneirismo complexo nas políticas antimanicomiais, sendo referência tanto nacional quanto internacional. Afirma, dentre tantas

coisas, que o cuidado em liberdade é uma “utopia em prática”, como a militância e as/os trabalhadoras/es locais designam a Rede, afirma que serviços substitutivos aos manicômios, que utilizam de outras tecnologias e recursos, são possíveis e exequíveis.

A ideia é utilizada pela própria Rede, a partir do conceito de Michel Foucault (1979) de dispositivos estratégicos que se formam em resposta às imposições dos biopoderes. Estes, no seu entendimento, são as capilaridades do poder regente, da ordem social, que se espalham pelas entranhas da sociedade e fazem permanecer um controle social para além das instituições, sendo ancorados nos campos relacionais de toda ordem. Este conceito também é pensado pela pesquisadora e feminista negra Sueli Carneiro (2005), que o entende como um conjunto ideológico de significantes socioculturais impostos pelos poderes hegemônicos aos corpos negligenciados e narrativas historicamente silenciadas, como forma de opressão e de manter as hierarquias sociais. Em tensionamento às instituições oriundas e geridas pelos biopoderes, portanto, os dispositivos se dão como formações que podem operar em resposta a uma urgência histórica ao estabelecido, se constituindo de funções estratégicas que atendam aos grupos negligenciados.

Neste sentido, os Centros de Convivência (CC's) e suas práticas artísticas foram pensados como dispositivos estratégicos de arte, que trafegam nos encontros cruzados entre a experiência social da loucura e a clínica. Os CC's são nove e se distribuem um em cada regional do município. Oferecem oficinas de linguagens artísticas, como artes plásticas (pintura, colagem, cerâmica), poesia, vídeo, música, teatro e artesanato. No Centro de Convivência Providência (CCProv), localizado na regional norte da cidade, mediei uma Oficina de Poesia & Vídeo que culminou na experiência “Poesia é a nossa estrutura”, *corpus* dessa dissertação.

No quintal do CCProv, em uma regional periférica e de baixa renda, nos reuníamos à sombra da árvore para viver poesia, líamos, trocávamos sobre experiências de vida e pensamentos, escrevíamos, recitávamos, pensávamos as cenas e gravávamos vídeo-poemas, enfim sustentamos um cotidiano onde a poesia parecia dar acolhimento às perguntas sem respostas, às dores sem remédios, dar possibilidades de serem vivenciadas de formas mais possíveis. Os encontros aconteciam debaixo da árvore como se essa fosse um alicerce, uma estrutura, a própria poesia, significante reinventado em resposta ao paradigma psicanalítico da patologização. O grupo se intitulou assim “Poesia é a nossa estrutura”, nomeando ainda o vídeo-poema experimental média-metragem e a publicação de poemas lançados como consequência do trabalho de vivência deste grupo. A estrutura se fez poesia, e nenhuma parte dos seus corpos puderam mais esconder a vida que se fazia afetada e retratada por ela, a arte e a linguagem se

agenciaram na tentativa de relocar corpos, reinscrever narrativas, contribuir para afirmar existências.

O livro, composto por 29 poemas, 2 poemas visuais e muitas anedotas que resultaram em um agrupamento na seção *Pesquei um poema na sua boca*, reuniu 3 autoras mulheres e 9 autores homens. O filme, um média-metragem de 22 minutos, foi concebido como um vídeo-poema experimental. Usaremos “Poesia é a nossa estrutura” para nos referirmos ao grupo e à experiência/vivência em si, e *Poesia é a nossa estrutura* (vídeo-poema) e *Poesia é a nossa estrutura* (livro) para nos referirmos aos trabalhos realizados, quaisquer citação feita a partir do conteúdo destes dois últimos, será entendido como fonte e não como referência. As/os usuárias/os do serviço da Rede de Saúde Mental de BH chamaremos de convivas, termo sugerido pelo poeta e conviva Valtinho Folha Sêca, que coloca seu incômodo em relação ao termo “usuária/o” comumente utilizado, por poder ser confundido com usuárias/os de psicoativos. O termo conviva é então adotado pela pesquisa, e chamaremos de poeta(s) conviva(s) as/os integrantes do grupo “Poesia é a nossa estrutura”. Assim, quando uma poesia destes for citada, virá apenas com seu nome, denotando que se trata da nossa fonte.

Como um desenrolar da vivência, e considerando “estrutura” ressignificada em um significante construtor e movente ante à patologização paralisante, essa pesquisa foi pensada metodologicamente e analiticamente nas categorizações “Árvore”, “Luta” e “Artevida”. A partir da significância destes termos para a experiência “Poesia é a nossa estrutura” buscaremos refletir sobre o encontro entre a experiência da arte e da linguagem com a saúde mental. Essa experiência representa uma árvore diante da floresta que significa inúmeras experiências cruzadas entre a arte e a linguagem, na promoção de uma saúde mental antimanicomial. Estamos dizendo aqui sobre a árvore que regamos e esperamos que dizer sobre esta nos possibilite defender toda a mata que está sendo plantada.

Defendemos um método de leitura e compreensão deste encontro entre arte/ linguagem e saúde mental como confluências que se fazem na encruzilhada, no cruzo entre o que foi banido e marginalizado porque não respondeu à razão hegemônica, porque não foi permitido pertencer às epistemologias oficiais, porque não são compreendidos enquanto produção de saberes, nem enquanto linguagem, nem enquanto arte. Pensaremos a partir da construção de outras razões como nos sugere Kabengele Munanga (1999) quando compara as identidades nacionais, aquelas oficiais, que não fazem caber as diferenças. Pensaremos que estas outras racionalidades possam fazer caber outros modos de existir, que localize, territorialize e deixe insurgir uma outra poesia, “de beira de estrada”, “de porta de venda”, “de banco de praça”, “de casa mal assombrada”. Uma poesia que seja as vozes escutadas em tantas cabeças, ressignificadas em

linguagem, uma poesia que represente narrativas expurgadas historicamente, de pessoas que outrora ou ainda são chamadas de “doido da estrada”, “doida da venda”, “maluco da praça”, “maluca da casa mal assombrada”.

Que esses sujeitos sem nomes possam ter nomes, passar a falar e serem ouvidos, se afirmar através do que antes pareceu delírio e agora queremos que seja firmamento. Através de uma poesia que não precisa parecer exótica para afirmar loucura alguma, que possa somente ser a experiência destes sujeitos em relação à vida que os cerca e os acomete. É sobre o que esses corpos inscrevem na vida que nos esbarra, nas arestas que nos incomoda, que sussurraremos com a mesma intensidade que berraremos durante todo este texto, porque suas vozes e todas as outras contidas nas suas mentes existem e precisam se fazerem escutadas.

“Árvore” significa aqui porque é princípio. Árvore foi começo, ativadora dos encontros, ainda sem saber que além de produzir devir, estávamos também produzindo episteme. Árvore significa para esta experiência reunião, trocas, criação de pensamento e discurso, manifestação de vida, de fala, de pertencimento. Trataremos inicialmente de descrever e pensar a experiência “Poesia é a nossa estrutura”, descrever para problematizar, dimensionar e lançar luz às discussões do fazer artístico para a produção de subjetividades, de redimensionamento do viver e ressignificações das relações consigo, com o outro e com a sociedade.

Pensaremos no conceito de “Outros”, que será utilizado durante todo o texto, a partir do entendimento de Sueli Carneio (2005), como as existências de quem não representa a versão padrão do ser humano oficial. Todo aquele entendido como “Outro” foi historicamente enxotado da sociedade, como narrativa morta e desimportante, através do silenciamento das suas vozes, do negligenciamento dos seus direitos civis, da coisificação dos seus corpos, da abjetificação das suas existências, termo defendido por Judith Butler (2012) para dizer daquelas/es que não serão reconhecidos como sujeitos. Pensamos a partir daí na movência, palavra aqui também recorrente que nos diz sobre as possibilidades inventadas por estas existências banidas, no sentido da feitura de experiências expandidas na arte e na linguagem, que passam a alicerçar vidas para a construção de re-existências, como nos traz Renata Aspis (2019) a partir do conceito inaugurado por Ana Lúcia Silva Souza (2009). À essa construção, esse movimento de se soerguer, chamaremos aqui de outros modos de existir.

Ainda nesta seção, pensaremos sobre o Centro de Convivência como um terreno fértil, território construtor de possíveis para o encontro da arte com a saúde. Apresentaremos as/os poetisas convivas e nosso cotidiano da vivência poética sobre o pano azul. Por fim relataremos, além da experiência enquanto potente transformadora, *Poesia é a nossa estrutura* livro e vídeo-poema.

A seção “Luta” significa para nós porque este objeto só existe porque ranhura uma política que se inscreve entre as fronteiras da arte e da saúde, requerendo para si seu lugar de fronteira enquanto liberdade de trânsito epistemológico, forma híbrida de ação enquanto metodologia, possibilidades de contaminação de conhecimentos que se misturam para agir porque entendem que sozinhos são insuficientes para lutar. Constatamos nessa seção a interpretação biologizante eugenista, herdeira de um discurso fascista, posicionado no campo da Saúde Mental através da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). A partir daí trazemos Michel Foucault (1972) para compreendermos os recortes sociais atingidos pela instituição manicomial, pensando também nos biopoderes e nas capilaridades impostas na convivência social para a imposição do paradigma da loucura, da cura, do sofrimento mental e periculosidade do sujeito. Apresentamos algumas obras-denúncia do sistema manicomial brasileiro.

Dessa forma pensamos também na necessidade do que Franco Rotelli (1988) chamou de desinstitucionalizar não somente o manicômio, mas a loucura em si, provocando o que Marcus Vinícius Oliveira (2017) chamou de efeitos na cultura e quais as engrenagens movimentadas pelos Centros de Convivência e pela poesia em si, para tanto. Por fim pensamos no cruzo estabelecido entre arte/ linguagem e saúde mental, a partir sobretudo de duas figuras referências para as políticas antimanicomiais, sendo sempre citadas na Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte, Nise da Silveira e Franco Basaglia, já trazidos nessa introdução. Ressaltamos a Lei 10.216 e outros marcos definitivos para que hoje, nacionalmente, estivéssemos organizados requerendo a garantia de direitos, asseguramento de políticas públicas, e entendendo que não são concessão, mas conquistas arduamente travadas e infelizmente não definitivas.

A seção “Artevida” sobretudo aqui na argumentação desse trabalho é significativa porque representa a defesa da proposta de novos modos de existir através da poesia enquanto estado de vida. Questiona, indaga, desloca, não se conforma em não poder ser chamada de Poesia. Nessa seção defendemos que a arte respalda, movimenta e ressignifica existências através da ampliação de universos, da capacidade de oferecer reenlaces subjetivos e produção de sentidos para a vida. Através da noção de Arte e Vida inaugurada por Antonin Artaud (2006) e muito utilizada desde as vanguardas artísticas do Século XX nos campos das artes, condensamos seu sentido em uma só palavra, como se assim também fizéssemos à arte e à vida, para dizer da experiência que aqui analisamos, através da vivência da poesia.

Convocamos então a presença de personalidades que foram longamente internas nos hospitais psiquiátricos, e que desenvolveram criação de arte relevante na tentativa de

agenciamento das suas vidas, de modo a terem inclusive inscrito suas produções e resistências na história. Sobretudo a presença de Arthur Bispo do Rosário e Stela do Patrocínio foi bastante influente para a vivência “Poesia é a nossa estrutura”. Arthur Bispo do Rosário, homem negro sergipano, afirmou que “um homem não pode viver sem um barco, sem um barco ele estará perdido”, trabalhou então durante os 25 anos correntes interno na Colônia Juliano Moreira (Rio de Janeiro), na construção da vida como um barco, coletou e organizou os objetos, teceu seu manto para o dia do Juízo Final. Stela do Patrocínio (2009), por sua vez, falava como se recitasse, a esta fala singular deu o nome de falatório. É o barco e o manto de Arthur Bispo ou o falatório de Stela do Patrocínio, que reverenciamos quando produzimos arte e linguagem junto da saúde mental. Entendemos através de narrativas como estas, sobre como a experiência poética pode de certa maneira agenciar o existir, como a criação e a invenção destes modos de existir contribui para a invenção de possibilidades de negociação com suas vidas roubadas pela exclusão do manicômio.

Dentro da Universidade, enquanto fazia essa pesquisa, alguém questionou “E quem disse que isso é poesia?”. O bom das questões que nos incomodam é revertermos para a conotação que afirme nosso posicionamento, ao contrário de agredi-lo. Foi assim que chegamos ao enunciado dessa seção. Outra pessoa outra vez também me disse mais ou menos assim: “o que me chama mais atenção na sua pesquisa é o fato de você levá-los {convivas} a sério”. Desta vez isto foi dito como um elogio. Mas as duas situações convergem, na minha análise, quando descobrem a leitura comum na sociedade, a respeito de quem deve ser levado a sério, de quais vozes são dignas de importância, de quem está autorizado para falar, como questiona a filósofa Djamila Ribeiro (2017), de qual fala está autorizada a ser reconhecida enquanto linguagem. Como resposta, nossa seção “Artevida” questiona: “e quem disse que isso não é poesia?”.

Assim, reivindicamos a possibilidade de relocação de existências diante da vida, a partir da construção, através da vivência da arte e da linguagem, de um “devir artista”, segundo os termos de Gilles Deleuze (1997), que nos possibilite a criação de outros modos de existir, que contribuam para a tentativa de superação em muitas medidas e intensidades às ordens biopsicossocioculturais que influenciam o lidar com a loucura e o sofrimento, nos termos de Mônica Nunes (2012). Pensamos no significante corpo e na afirmação das vozes enquanto “manifesto errante”, a partir de uma expressão compartilhada pela artista Luzia Amélia Silva Marques, em ocasião de sua fala no XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-ENECULT/ UFBA (2019).

Por fim defendemos uma poesia banida, advinda de narrativas outrora e ainda hoje isoladas, amordaçadas. Pensamos a poesia enquanto trânsito poético, enquanto modos de existir

que munem as vozes para dar respostas à vida, a partir de uma existência literária-performática, se fazendo existir através de uma corporeidade poética, como entendido por Paul Zumthor (2007). A poesia se enlaça, assim, como instrumentalizante da relação existencial e coletiva, redimensionando a capacidade do ser e de um grupo, de sentir e agir diante da sociedade, na perspectiva de Mário Faustino (1976).

Deste modo, também pensamos a vivência “Poesia é a nossa estrutura” como uma comunidade inoperada, como sujeitos se relocando de outro modo na vida social, munido de certa emancipação e empoderamento coletivo arduamente conquistado, podem deslocar o paradigma cultural que o segregaram e toliram na subalternidade, ao mesmo passo em que valorizarem suas singularidades, como propõe Jean-Luc Nancy (2016). Pensamos então na necessidade da qual não podemos abdicar, de que as políticas de saúde mental tenham projetos de arte inclusos na tessitura de sua clínica. Ao mesmo tempo, reconhecemos que precisamos de organização política e representatividade para que as políticas antimanicomiais vingam no território brasileiro.

De forma mais presente na seção “Artevida”, os versos das/os autoras/es de *Poesia é a nossa estrutura* (livro e vídeo-poema) dão sentido para nossas buscas e compreensões analíticas e metodológicas, para nossa construção de pensamento. Ao mesmo passo em que convocamos para o diálogo experiências outras na construção de políticas antimanicomiais através do punho cerrado da arte. Também buscamos problematizar muitos aspectos das práticas que defendemos, por honestidade à pesquisa e sobretudo ao engrandecimento das ações. Reconhecemos o plantio, mas afirmamos que muito ainda deve ser discutido, para a mudança de paradigmas culturais e epistemológicos da loucura, do adoecimento, da saúde, da cura, do acolhimento.

Para o entendimento dessa arte em si como motor de profundas mudanças sociais, precisamos pensar no reestabelecimento de grupos historicamente silenciados e abjetificados pelo estado permanente de opressão de subjetividades, que fabrica, policia e pune as diferenças e as/os diferentes. Em resposta ao policiamento do Estado e às frequentes e também atuais tentativas de retrocesso das políticas antimanicomiais, insistimos em colocar em prática nossa utopia: Plantamos uma árvore, mas queremos construir a floresta.

2 E O PRINCÍPIO SE FEZ ÁRVORE: “POESIA É A NOSSA ESTRUTURA”

Poesia é a nossa estrutura
 Estrutura de viver
 Estrutura de escrever
 Estrutura de vivenciar
 A arte de ser
 (Roseli R. Lapa)

Tudo que principia quer se fazer tronco, dar corpo, constituir substância, matéria, estrutura. Por princípio escolhemos nascer árvore, pedir licença para brotar e se corporificar seiva bruta, forte essência. Porque nascemos em um chão nacional que derrama sangue desde quando existe colonizado, precisamos fazer dos nossos corpos roubados estrutura-tronco de re-existências constantemente reinventivas em si mesmas, tronco-movimento, corpo-vivo, corpo-livre, corpo-livro. Ao contrário de quaisquer dominações, que entorpecem e limitam o corpo e a existência, um corpo-movimento, vivo, livre, livro é um corpo criado a partir de oportunidades, de acontecimentos, eventos, encontros. É um corpo que busca superar a dominação com movimento, com inscrição de subjetividade, de relações e leituras. Um corpo-livro é um corpo que trafega a partir de um trânsito poético, um corpo que encontra modos de existir a partir da poesia como substância movente e forma de perceber o mundo. Um corpo que se organiza abundantemente vida, como um tronco forte, em tentativa de respostas aos processos de mortificação que sobre ele são exercidos. “Poesia é a nossa estrutura” foi uma experiência nascida a partir deste entendimento, utilizando da poesia para exercê-lo, contextualizada no campo epistemológico, estético, político e assistencial da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial Brasileira.

Nosso lugar referencial é o território brasileiro e o lidar, neste território, com o sofrimento mental, um lidar que está presente na condução histórica das políticas de saúde mental, assim como nas entranhas da sociedade, nos componentes sociais, no cotidiano das relações. Muito dessa tessitura entre as instituições de abordagem ao sujeito em sofrimento mental e as relações sociais foram moldadas para servir aos interesses de exclusão, de criação de um “Outro” a partir do estigma da mente. Um “Outro” que fosse portador de algum fator biológico do qual não poderia se livrar, e que imporia a ele uma inconstância latente, sendo entendido quase como uma “bomba-relógio”, que pudesse explodir a qualquer momento. Essa noção em parte perdura até hoje, depois da Reforma Psiquiátrica Brasileira e de inúmeros avanços na abordagem ao sujeito em situação de sofrimento mental. É essa noção imbricada na sociedade que faz as pessoas terem medo de outras pessoas quando as entende como “loucas”,

e é assim que o sujeito ainda se vê obrigado a sustentar sua imagem relacionada à periculosidade e ameaça ao bem comum.

A formação desses “Outros” é tratada na literatura analítica de Carla Akotirene, intercambiada pelo pensamento de Sueli Carneiro e Grada Kilomba, como “aqueles vistos pela identidade do Ser universal, autoinvisibilizante, branca cis, heteropatriarcal como os diferentes dos humanos normativos” (AKOTIRENE, 2018, p.114). O padrão do poder social, representante da chamada nação civilizada, fundamentalmente eurocentrado, construtor e reordenador de desigualdades, historicamente elegeu seus representantes como o “humano oficial”, criando a diferença e o diferente, sem respeitar a multiplicidade ou pluralidade das existências, e partir das impostas diferenças, denominando-as como raças e subalternizando umas às outras. Como os “Outros” foram tratados então os corpos que não representavam o “Ser universal”, o arquétipo oficial que traz a noção de humanidade carregada por esta sociedade, traçada em todos os termos fenotípicos, geográficos, culturais, enfim raciais, e conseqüente também de gênero e classe. Estes foram assim isentos de humanidade, e representados pelos agrupamentos de pessoas diferenciadas em raça, classe, cultura e outras intersecções sociais do padrão eurocentrado.

Para esse texto e análise, a representação “Outro” está relacionada ao corpo atribuído à loucura, não por constituição patológica, mas por definição social, o louco que assim fora definido muito por não estar em conformidade com os padrões comportamentais e relacionais dos pactos sociais, o louco banido da convivência social, desumanizado, coisificado, abjetificado, o louco que fora violentado da existência, excluído e segregado ainda e sobretudo quando preta/o, mas também enquanto pobre, analfabeta/o, alcoolista, drogadita/o, travestida/o, prostituta, desquitada. Todas estas intersecções foram condições para se (des)tratar historicamente o sujeito do direito de exercer e garantir sua humanidade, e (re)colocá-lo como um desvalido social.

A noção de que o sofrimento mental pertence à uma “estrutura” patológica da psicose em um nível teórico acabou fundamentando leituras a respeito do sofrimento mental como uma perspectiva paralisante e limitadora, no sentido de embarreirar os movimentos destes corpos para a construção de novos modos de existir. Na experiência “Poesia é a nossa estrutura” propomos a poesia como estruturante em resposta à patologia da doença paralisante, com uma estrutura que seja movimento, palavra, corpo-livro, corpo vivo, estamos assim buscando agenciar possibilidades de vida, nos propondo a construir outros modos de existir, de re-existir.

“Re-existência” é um conceito da pesquisadora Ana Lúcia Silva Souza, trazido aqui por Renata Aspis. Este tem nos servido na produção de saberes relacionados às narrativas de grupos

minoritarizados, vulnerabilizados e corpos abjetificados. Re-existir supõe criar outras formas de afetar e ser afetado, a partir de possibilidades inventadas com o pressuposto dos encontros. O encontro tem, para nossa noção de re-existência, um caro valor de grande acontecimento, que pode gerar incontáveis e potentes possibilidades na criação de novas subjetividades, pensamentos, forças motrizes, resistências, discursos e possíveis. Re-existência como

(...) insistência em existir, reincidência na existência. A cada captura da vida, a cada assalto à vida, a cada tentativa de coisificação, de massificação, de assujeitamento e distração de si, trata-se de insistir em existir, de novo e de novo. Portanto re-existência é um movimento, reiterado em passos e piruetas, criação de caminhos e retomadas, resistentemente, re-existentamente (...) (ASPIS, 2017, p. 81).

Re-existir se faz, portanto, não apenas um estatuto de sobrevivência, mas também uma constante de criação de universos, ampliação de existências, invenção de caminhos, habitações e realidades, um posicionamento de vida, possibilitado através dos encontros.

o possível não preexiste, ele é criado pelo acontecimento. É uma questão de vida. O acontecimento cria uma nova existência, ele produz uma nova subjetividade (novas relações com o corpo, o tempo, a sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho...). (DELEUZE; GUATARI, Apud ZOURABICHVILI, 2000)

Assim, “Poesia é a nossa estrutura” se desenha como uma experiência de resistência e re-existência, possibilitada pelos encontros-vivência na Oficina de Poesia & Vídeo, inscrita na lógica antimanicomial dos Centros de Convivência da Política de Saúde Mental de Belo Horizonte/ MG, cidade pioneira e referência para modelos de serviços substitutivos aos manicômios. Este pioneirismo de Minas Gerais, mas sobretudo do município de Belo Horizonte (BH), marca não somente a existência de uma política pública robusta, que funciona em rede abastecendo todas as regionais da cidade, e uma complexidade em saúde, assistência e arte, que abarca a abordagem ao sujeito desde a emergência à ressocialização. Marca também a ambiência social, uma maior disposição da sociedade para o lidar com este sujeito que passa a ser chamado pelo seu nome no lugar de “doida da praça”, “maluco da rua tal”, etc. Ou seja, a estrutura de rede armada pela Política de Saúde Mental de BH responde em muitos sentidos à luta “por uma Sociedade sem Manicômios”, mote discursivo do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA). Dizemos isto porque além de dar suporte ao sujeito e sua família, a Rede também atua nos seus territórios de pertencimento, influenciando para que passem a se apropriar deste território como reconstrução da sua identidade e subjetividade, ao mesmo passo em que convocando cotidianamente a comunidade para o lidar com o sujeito enquanto tal, e não com sua “doença” anterior a este, como nos ensinou Franco Basaglia (1979).

Foi assim no território da regional norte de BH, onde está localizado o Centro de Convivência Providência (CCProv), e onde por sua vez aconteceu a vivência “Poesia é a nossa estrutura”. Trata-se de uma regional periférica, habitada por uma população de baixa renda. O CProv se situa dentro do complexo do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), o que significa que o público do CC também convive com o público das outras repartições sociais da regional, como creche, escola de ensino fundamental e complexo esportivo. A vinculação diária do CC com a comunidade se faz, em certa medida, desestigmatizante sobre o entendimento de “loucura”, na medida em que o cotidiano do CC se enlaça ao da comunidade, os convivas do CC trafegam pela comunidade não como doentes sem ocupação, mas como frequentadores do CC, na medida também em que as atividades do CC recebem a comunidade no seu próprio espaço, nas festas de final de ano, São João, Carnaval e outras, por fim, na medida em que a comunidade se aproxima da realidade cotidiana da Saúde Mental.

A vivência “Poesia é a nossa estrutura” nasceu neste *locus*, a partir do desenvolvimento da Oficina Poesia & Vídeo, que acontecia semanalmente debaixo de uma árvore no quintal do CRAS e correspondia ao espaço externo do CC. Trabalhar debaixo da árvore foi uma ideia acolhida pelo grupo, na qual propunha uma ambientação mais livre e em contato com a natureza, entendendo esse deslocamento de ambiente como influente positivamente na prática da arte e da escrita, assim como mais propiciador de encontros criativos e diálogos. Em decorrência da potência dos encontros e da convivência, a Oficina formou um grupo de criação que gerou, além da própria experiência, ainda um livro compilação poética e um vídeo-poema média metragem homônimos ao grupo, a saber *Poesia é a nossa estrutura* (2015) e *Poesia é a nossa estrutura* (Ana Carolina Pedrosa Pontes, 2015), respectivamente.

A árvore, ativadora dos encontros, foi que sentenciou como estruturante a poesia, movência de vida ante o determinismo dos poderes, criadora dos encontros e acontecimentos que geraram potência de existir e re-existir, que geraram poesia como estado de vida, como estrutura, substância constituinte da movência do corpo, como organismo gerado e gerido pela convivência poética, pelo enlaçamento coletivo, pela potência relacional e por influências mútuas.

O grupo era constituído por oito convivas com presença mais fixa, Naidna de Souza, Antônio Eustáquio, Cris Gomes, Rui Nonato, Deolindo de Campos, Adélcio, Roseli R. Lapa e Paulo BH, quatro convivas menos frequentes, Marconi, Lília, Vicente Poeira da Catedral e Jet, e algumas/ns outras/os convivas que visitavam a oficina esporadicamente, Zila, Lílian e etc. Aqui utilizo os nomes que cada um(a) consentiu para ser usado no livro e vídeo-poema *Poesia é a nossa estrutura*.

Não poderia trazer aqui o quadro psicoterapêutico de cada um(a), primeiramente porque essa informação é irrelevante para nossa discussão e também pela condição ética de que o acesso aos prontuários se faz restrito ao uso dentro da Rede de Saúde Mental. No entanto para contribuir com o recorte narrativo, estamos nos referindo a pessoas tratadas com diagnósticos de neurose grave ou psicose. Mas, é imprescindível que esta informação seja acionada como mais um componente na complexidade de cada ser, e não como marca suprema ou definidora. Por isto, ressaltamos algumas características que nos importam mais a respeito das/os convivas, e que o diagnóstico psíquico não pode tangenciar, que são suas singularidades.

Tão logo soubesse que eu chegara no Centro de Convivência Providência propondo uma oficina de Poesia & Vídeo, já circulava o recado de que Naidna de Souza queria me conhecer. Em uma manhã ensolarada o encontro prometido vingou, ela veio até mim com o balanço do seu andar, seu olhar meigo, cabelos avermelhados, aquela simplicidade potente, bela e marcante, abriu um sorriso íntimo como se me reencontrasse e recitou um poema seu:

Eu sou o que sou
 Se você não é, é porque não quer, é porque não quer
 Eu posso pensar, eu posso agir
 Eu posso ficar ou partir
 Eu posso chorar, eu posso sorrir
 Eu posso perder e também ganhar
 Se você quer ver
 É só confiar
 Que você pode tudo
 Basta querer
 E acreditar
 (Naidna de Souza)

Esta poesia vem de um poema-performance da autora, acontece na oralidade, na cadência, na gíngua do corpo, no canto que ela imprime e nas pautas que ela silencia para as palavras, nos suspiros, salivação, no olhar estrábico que se atenta à cena e ao mesmo tempo não desfoca do fruidor, como se o convidasse para adentrar a um universo: “você pode tudo, basta querer e acreditar”. A poeta mostra o que pode junto da poesia, e assim também faz metalinguagem, diz que “é o que é”, se afirma, se expõe, mostra o que faz e o que pode fazer com a poesia, flui como se fossem uma só. Eu saquei a câmera como se urgente fosse inscrever na imagem coletiva aquele momento: “Posso te filmar?”, ela me respondeu sorrindo aberto, com brilho no olhar e afirmando com a cabeça.

Antônio Eustáquio, por sua vez, chegou silencioso, um senhor alto, negro retinto, de fala mansa, doce. Enquanto eu propunha a Oficina, me olhava sereno, com um sorriso de canto de boca. Esperou uma pausa silenciosa e, sem dizer nada, cantou: “Poema é a luz que brilha lá

no céu/ poema é a luz que brilha lá no céu/ poema é ter saudade de alguém/ que a gente quer e que não vem”, e emendou: “É Altamar Dutra, você conhece? Isso é muito bonito”. Foi ali que inauguramos a vivência “Poesia é a nossa estrutura”.

Naidna de Souza e Antônio Eustáquio eram as/os mais presentes na vivência, raro os dias que faltavam e sempre justificados. Naidna de Souza tinha meia idade, personalidade expansiva, cativante, alegre, divertida. Mesmo quando as coisas não pareciam muito bem, ela buscava algo positivo para a partir dali criar. Não é dona de uma alegria gratuita, mas de uma batalha para se manter bem. Muito reflexiva e pensante, uma filósofa e poeta nata, sempre propunha pautas para trabalharmos e também incentivava a participação de todas/os com carinho e sensibilidade. Seus poemas eram sopros de lucidez, surpreendiam, com a leveza e ao mesmo tempo precisão de quem tem íntima relação com as palavras. Versava sobre sua perspectiva de vida, sobre como pensava a arte, como entendia que deveríamos nos relacionar com a vida, sempre uma perspectiva positiva, de superação dos sofrimentos causados pelas relações familiares e sociais, sempre propondo a superação daquilo que afligia e angustiava. Naidna foi talvez a maior responsável pela atmosfera criativa e superadora conquistada pelo grupo, em todo encontro trazia para trocar algum verso ou algum pensamento versado e com este propunha diálogos, convidava as/os outras/os convivas para a criação. Naidna contava situações da sua vida, de como superava diariamente a condição de sofrimento, cada vez que algum(a) conviva estivesse triste ou em um momento mais difícil da vida, do lidar com sua circunstância mental e emocional. Por tudo isto destacamos a importância de Naidna de Souza na vivência e construção “Poesia é a nossa estrutura”.

Antônio Eustáquio sorria da espontaneidade de Naidna e das minhas brincadeiras, esperava o momento de falar como se não pudesse dizer nada em vão. Seus poemas sempre tinham uma conotação mais bucólica, apreciador da natureza como era. Cris Gomes também era bem frequente na vivência, ainda não completados os 40 anos, trazia seu violão e cantava, contava sobre seus sentimentos, dúvidas, desejos e anseios, coletivamente sempre se mostrava reflexivo, emotivo e sentimental. Seus poemas falavam de amor, de solidão e da própria poesia como importante para sua vida. Deolindo de Campos tinha meia idade, inicialmente se mostrava muito sério, desconfiado e calado, com o desenvolvimento do grupo, foi se mostrando mais sorridente e espontâneo, nos agraciando com algumas declarações pessoais da importância daquela vivência para seu processo pessoal. Olhava para a paisagem que circundava nossa árvore como se fosse captar o infinito, e compunha poesias curtas, minimalistas, sintéticas e profundas, sobre o viver e o seu relacionar com as coisas.

Rui Nonato era um senhor fisicamente cansado, mas com uma mente aventureira. Contava as histórias de quando morava na Bahia, pegava o ferryboat atravessando para a Ilha de Itaparica e foi ali naquela travessia que descobriu o que era poesia. Rui escrevia muito sobre a nossa partilha, sobre como achava grandioso nossos encontros e a importância da poesia.

Roseli R. Lapa dançava quando recitava, expansiva, era amante da rima. Paulo BH, seu marido, era um militante da Luta Antimanicomial, experiente com a prática da poesia e com uma escrita bem politizada. Marconi também acumulava uma trajetória de vida com a poesia, e quando vinha para a vivência, trazia suas pastas de longos poemas, para nos mostrar o que estava criando. Lília chegou tímida na oficina, em pouco tempo de frequência passou a se soltar e, como ela mesmo nos disse, arriscar um poema.

O grupo era formado de pessoas de baixa renda, moradoras/es dos bairros da regional norte, uma região periférica da cidade. Na sua maioria eram pessoas negras, apesar de majoritariamente da pele clara. Se tratavam com carinho, respeito e dignidade sobretudo às singularidades e momentos mais frágeis umas/uns dos outras/os. Cada um(a) trazia consigo, para compartilhar na vivência, suas singularidades, histórias, anseios, questionamentos. E o que seria essa prática senão produção de vida? Reverenciando Gilles Deleuze (1997), pensamos na produção de vida para além da cessação de sintoma.

Pela manhã, sob os pés da árvore, estendíamos um pano azul marinho e sentadas/os sobre ele dávamos início à nossa vivência poética, à criação. A dinâmica era movida pelo diálogo, que poderia vir de um poema lido, de um autor trazido, de uma música lembrada, de alguma questão que afligia e angustiava, ou que simplesmente despertava a vontade de escrever. A conversa se pautava em “pensarmos juntas/os”, no meio dela um poema recitado, um cantarolar, uma ideia, um poema que escapava da boca como se fosse fala comum. Com essa partilha construíamos verso, linguagem e cena.

Instauramos uma atmosfera de trabalho, convivência e criação armada para expandir a experiência criativa e a construção de vida, de modos de existir e habitá-la. Através da prática da escuta, da abertura para o diálogo, dos reordenamentos ampliados dos desejos individuais e coletivos, dos pensamentos e vozes compartilhadas, da prática territorial do cuidado, produzíamos abertura para a experiência poética, subjetiva e politizada. Aqui me coloco dentro do “nós” porque como mediadora, pude também gozar dos benefícios que os encontros promovem, em tantos termos de fortalecimento de si e do cuidado com o outro. Ler poesia, falar sobre a vida, trocar, conversar, escrever, recitar, criar, filmar, fazer arte e promover vida foi prática que gerou método de abordagem psicossocial, essencialmente ligada ao sensível, à

experienciação expandida da vida enquanto arte, enquanto tentativa de linguagem para fazer sentido.

Aqui pensamos a experiência como algo que fora vivenciado, experimentado, e que atravessara os corpos a ponto de transformá-los, de contaminá-los com a substância da própria experienciação. O entendimento das práticas artísticas como experiência expandida é um conceito-estratégia inaugurado por Rosalind Krauss (1979) e que nos respalda para revitalizar a relação arte e vida, este defendido por Antonin Artaud (2006). A experiência expandida vem nos mostrar que o campo de pertencimento de determinada linguagem não se faz mais suficiente para caber aquela linguagem, ou que a forma de ação de algo determinado a partir de uma leitura, uma perspectiva de leitura, já tornara-se insuficiente para ler este algo. Assim, as fronteiras do fazer artístico deixam transbordar o que não pode mais estar contido em formas e lugares estabelecidos, recolocando a cada aparição artística, a cada experiência estética, a cada experimentação, o que se entendera e como se entendera até então uma linguagem definida, seja ela poesia, teatro, pintura, vídeo, performance ou outras expressões.

O campo ampliado ou expandido devolve, assim, às práticas de arte, liberdade de re-existir, transbordando da arte para a vida e instalando trânsitos que inventam e reinventam outros recursos, diálogos e territórios, constantemente em movimento. Este fundamento se encontra então com o entendimento de uma poesia que em si não seja somente a palavra escrita ou oral, ou mesmo a própria literatura, mas um estado de vida, como nos traz os estudos de Paul Zumthor (2007).

É na pauta dessa expansão de territórios que foi vivenciada a prática “Poesia é a nossa estrutura”, onde os desejos, as invenções de realidades se fizeram matéria e não característica delirante que apenas precisa ser contida, como nos discursos medicalizantes biomédicos. Uma experiência de arte e saúde mental, essencialmente já requer que a lógica de abordagem seja em território ampliado, porque inicialmente transgride os limites da saúde e da própria arte, que também precisam ser revisitadas para fazerem caber suas muitas vozes. As narrativas dissonantes são ferramentas políticas de afirmação de outras existências que se movem fora das bordas, de narrativas que gritam e que precisam de respostas da vida, precisam se fazer caber em si, na cultura e na sociedade.

Ao mesmo tempo, a saúde também afirma assim que precisa lançar mão de outros diálogos para que sua demanda atenda à população. A experiência dos modelos antimanicomiais explicita que o campo da saúde é insuficiente de recursos para atender aos seus propósitos, requer uma ampliação do campo, requer a arte trabalhando lado-a-lado, percebe-se insuficiente em vocabulário, repertório, tecnologias e ferramentas, em partilha epistemológica

e prática analítica. É a partir dessa insuficiência e da constatação de necessidade do campo ampliado que se passou a pensar também na clínica ampliada, conceito que aqui pensamos através de Marcus Vinícius Oliveira (2017) como um território clínico dilatado pela arte.

Neste sentido, “Poesia é a nossa estrutura” lança mão, através do recurso da linguagem e dos campos expandidos, de possíveis, de construção de possibilidades de vida, de existências que coexistam entre o diálogo e a negociação com os pactos sociais e os anseios pessoais. Afinal, essa negociação não é necessária, existencialmente, para todas/os? Sim, e no caso do nosso público da saúde mental, utilizamos da arte e da linguagem para fazê-lo. Exige de nós muito recurso político para que o ambiente necessário seja desenvolvido, e muito recurso artístico efetivo para que a transformação seja diariamente e paulatinamente exercida.

2.1 O Centro de Convivência: raiz forte num terreno fértil

A cada dia a gente dá um murro na sorte
(Naidna de Souza)

A Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte foi possível ser pensada muito em decorrência das pautas conquistadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que nasceu em consequência da luta pela redemocratização da sociedade brasileira, no período final da Ditadura Militar de 1964-1985. No campo da saúde, a resistência dos movimentos sociais se manifestou no Movimento da Reforma Sanitária, o que resultou na incorporação dos princípios de “integralidade, equidade e universalidade” na Constituição de 1988, que assegura uma saúde pública, assistencial e de qualidade como direito a toda/o cidadã/ão e dever do Estado.

A potente movimentação política de trabalhadoras/es culminou também na conquista do que hoje chamamos de “Humaniza SUS” ou “Política Nacional de Humanização – PNH”, trazendo como central a discussão da humanização dos aparatos de atenção e gestão da saúde pública e coletiva, com protagonismo dos sujeitos tanto em tratamento como trabalhadoras/es, em comunhão com o estabelecimento de práticas do cuidado como modo de gerir o campo da saúde, e ainda com a produção de saúde concomitante à produção de subjetividades. Em decorrência de um cenário de luta já possibilitado por um Estado Democrático de Direito, com Saúde Coletiva e Pública pensadas na pauta da humanização e com base comunitária, foram abertos caminhos para hastear a bandeira “Por uma Sociedade sem Manicômios”, reivindicação inaugurada pelo MNLA.

Por “uma Sociedade sem Manicômios” entendemos uma sociedade livre da lógica manicomial, hospitalocêntrica e asilar, que assim repensa seus aparatos de tratamento a partir não da detenção de corpos, mas da reorganização deles. Uma sociedade que não se pautar na vigilância e punição pelo encarceramento, herdeiro da escravidão, mas que proponha programas de reintegração e atendimento psicossocial, uma estrutura social que não acione a tortura e a abjetificação como processos lucrativos e reordenadores de poder, a partir de violências institucionalizadas, mas que entenda que tratar é sinônimo de atenção e cuidado, e não necessariamente pressupõe a cura. Por fim, uma sociedade que não venda corpos, sujeitos e subjetividades no mercado capitalista, coisifique a vida e viole os direitos humanos, que não subjuguem a pluralidade das existências com exclusões por raça, classe, gênero e suas decorrentes segregações, uma sociedade que queira derrubar os muros físicos e também culturais que representam a instituição manicomial e a represália pelo estigma da mente. Toda organização que se posiciona socialmente contra o projeto excludente e potencializador de hierarquias sociais punitivistas e fundamentalmente manicomiais é um movimento, em essência, antimanicomial. A Luta Antimanicomial é um projeto de sociedade.

O que veio a ser conhecido como MNLA teve início no final da década de 1970, com as intensas mobilizações sociais nacionais, e foi na década de 1980 que promoveu uma ruptura no campo da psiquiatria brasileira, ampliando do campo assistencial articuladamente também para os campos técnico, político-jurídico, teórico-conceitual e sociocultural, como analisou Paulo Amarante (1988).

A Política de Saúde Mental de Belo Horizonte nasceu desta dimensão ampliada da Reforma Psiquiátrica, que articulou assistência, política pública e movimento social, na inauguração de novos conceitos e experimentações da atenção à Saúde Mental, através de muito debate ético, compreensão do próprio território e trocas com outros modelos e experiências, como Trieste (Itália), Santos e Campinas (SP). Desde o final da década de 1980, BH se faz um *locus* dos mais ativos representantes da Luta Antimanicomial no país, que somado às conquistas do SUS nacional e local, ao alcance do poder público municipal pelos movimentos sociais progressistas, à forte representação no Conselho Municipal de Saúde, possibilitou que em 1993 a Rede de Saúde Mental de base antimanicomial fosse implantada como política pública no município, e mais ainda, fosse mantida em contraposição às imensas intempéries de governos posteriores que promovem o sucateamento dos serviços por uma Contra-Reforma Psiquiátrica.

Aqui, é importante ressaltar a indispensável formação política das/os trabalhadoras/es, usuárias/os e famílias da Rede de Saúde Mental do município, expressada sobretudo pelo fortalecimento das entidades Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM) e Associação dos

Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSSAM), que se movimentam cotidianamente para que cada pessoa envolvida na Política de Saúde Mental da cidade possa responder pelos princípios base da Luta Antimanicomial, agigantando assim a mudança no olhar sobre o paradigma cultural da loucura.

É preciso, sobretudo, retirar o projeto antimanicomial do lugar-comum em que muitos colocam, tratando-o como algo quase que inofensivo, como projeto de simples reorganização da assistência, mero rearranjo do poder secularmente estabelecido que determina e mantém os loucos nas periferias da vida, para reafirmar as conseqüências deste empreendimento sobre o edifício teórico-prático da instituição psiquiátrica. (...) é preciso dizer de maneira clara que este é um projeto revolucionário, e, enquanto tal, não produzirá calma e consensos. A luta antimanicomial traz a público, coloca no centro do debate, algo que o Ocidente, há mais de três séculos, tratou como subterrâneo: a experiência da loucura e a relação da sociedade com a mesma. Desde sua captura pelo saber médico, a loucura foi condenada a viver anonimamente, a não existir publicamente. Contrariando a norma, o projeto antimanicomial rompe com o anonimato, abre espaços para a voz dos loucos, que falam em nome próprio e se apresentam publicamente em defesa de uma causa que inventa um outro destino para os que não integram o universo da razão. À tirania da razão, opõe a solidariedade e o compromisso ético de recusa a todas as formas de violência, silenciamento e exclusão das subjetividades. E, à imposição da norma, como recurso de construção da paz pública, contrapõem-se a alegria e a inquietação da invenção de formas de vida que recusam a ditadura da igualdade como saída. (ABOU-YD, 2007, p. 53).

É da alçada dos movimentos da Luta Antimanicomial portanto, agir cotidianamente na restituição de direitos civis e sociais, atrelados às garantias de vida e saúde, ao passo em que sendo “balizadores éticos (d) a defesa do direito à liberdade e à cidadania” e ativadores de alargamentos do diálogo com as comunidades e população, entendendo a importância da participação social na compreensão do lugar social da loucura, promovendo “uma intervenção sobre a cultura de modo a criar espaços e possibilidades para fazer caber a diferença”, como explica Míriam Abou-Yd (2007).

Na perspectiva dos enlaces com a sociedade e a vida, é que o Centro de Convivência nasce, em resposta a um chão brasileiro que negou historicamente a experiência da loucura e a presença da/o “louca/o”. Lidar com o espaço sem pertença, que historicamente enxotou o sujeito da loucura para as quinas do espaço público, é tentar construir outros territórios para existir e habitar. A realidade revolucionariamente conquistada dos Centros de Convivência em Belo Horizonte vem determinar novos lugares para a loucura, descentralizando suas forças e recursos, e manejando uma convivência comunitária que esteja presente em todas as regionais da cidade. Assim, a cidade planejada pela razão moderna, Belo Horizonte, é relocada por outras razões que a (re)territorializam, fazendo caber o incabível, as presenças da loucura.

Existem 9 Centros de Convivência em BH, posicionados em cada uma das regionais geopolíticas municipais, reinserindo o sujeito social na vida comunitária, na cidade como espaço público a ser ocupado pela multiplicidade das experiências. Os CCs tecem a Rede de

Saúde Mental substitutiva aos manicômios, como dispositivos estratégicos de disputas de poderes e lugares sociais, de fala e discursos, e produção de cidadanias possíveis, integrado atualmente ao que chamamos de Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ainda junto dos Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAM, análogo ao CAPS) para atendimento das urgências, acompanhamento clínico e terapêutico, das Equipes de Saúde Mental presentes nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), integrada ao Programa de Saúde da Família (PSF), das Residências Terapêuticas que recebem os egressos de Hospitais Psiquiátricos que depois de anos de internação e isolamento já não têm mais vínculos familiares, e da experiência de economia criativa e solidária através da geração de trabalho e renda (Incubadora Suricato).

O sujeito chega ao Centro de Convivência encaminhado pelo CERSAM ou pela equipe do PSF que o acompanha na sua UBS de referência. Este encaminhamento é feito baseado no seu projeto terapêutico, feito pela equipe multiprofissional que o acompanha e quando necessário, discutido nas supervisões psicanalíticas e reuniões territoriais das microáreas da cidade. A gerência do CC, habitualmente um/a profissional da psicologia, terapia ocupacional ou assistência social, entrevista este sujeito recém chegado, a fim de o acolher e traçar junto dele o plano de oficinas de criação do seu interesse. A partir dali o sujeito experimenta as oficinas nas quais foi cadastrado, podendo alterá-las. O pacto necessário para mantê-lo enquanto frequentador do CC é que esteja em tratamento frequente na RAPS.

A equipe do CC é composta por esta gerência, mediadores das oficinas com formações diversas em artes, ainda conta com auxiliar administrativo, serviços gerais e porteiro.

As oficinas, espaços de experimentação, de criação, convívio e trocas, são as organizadoras do cotidiano do serviço, tendo a arte como eixo orientador. Os artistas e artesãos, profissionais que coordenam estas oficinas, são os facilitadores que motivam e provocam o potencial criativo dos usuários, não com a pretensão de formar artistas, mas de possibilitar a criação de novos repertórios expressivos, explorar novas fronteiras, transformando vidas. (NOVAES; ZACCHÉ; SOARES, 2008, p.163-164).

O CC funciona na prática como um espaço de criação, as oficinas são também motivacionais, muitas vezes tanto quanto as conversas na varanda na hora do cafezinho, onde surge um projeto, uma ideia para ser desenvolvida, que inclusive pode utilizar de recursos e atores de oficinas distintas. O que se estabelece no Centro de Convivência a partir da experiência das oficinas e das outras atividades integradas é uma atmosfera que propicia a criação, o brotar e o desenvolver de ideias que movimentam a existência de outros modos, desvinculado da doença e pautando o cotidiano na produção de vida.

Além das oficinas, os sujeitos são ali inseridos em outras atividades culturais como visitas a exposições, cinema, teatro e atividades de lazer, como futebol e atividades físicas, além

de assembleias e festas comemorativas dentro do serviço, estabelecendo potencialidades relacionais entre os convivas do CC e a cidade. Ainda são desenvolvidas outras práticas integrativas entre os nove Centros de Convivência e a sociedade, que fortalecem tanto o serviço enquanto construção de rede e trocas, como a própria abertura social e empatia da cultura local para a experiência da loucura e as possibilidades do cuidado em liberdade. Na tomada do que as autoras acima chamaram de “gerenciamento da vida”, aportando à arte essa possibilidade conquistada pelos sujeitos no cotidiano dos CCs, é afirmada a relação arte e vida que aqui já defendemos como a transgressão da poesia como modos de existir, acolhendo as subjetividades e até mesmo as estranhezas de cada um/a, na lida das singularidades dentro do espaço da coletividade,

um lugar de reinvenção cotidiana de suas práticas e da descoberta de possibilidades de vida. (...) Sensibilidade e escuta são palavras que estão presentes no cotidiano desse dispositivo – lugar onde se convive abertamente com a loucura, onde as histórias e, muitas vezes, os absurdos das mesmas são abordadas no coletivo, compartilhando dúvidas e soluções, medos e decisões. (NOVAES; ZACCHÉ; SOARES, 2008, p.164).

Ao exercer as práticas dos Centros de Convivência no cotidiano da cidade, o que se transforma não são apenas os sujeitos convivas, mas as relações da cidade com a presença da loucura e dos corpos que passam a trafegar pelas ruas com um poderio novo de si, impregnado de uma existência que já se move diferente, emancipada em si mesma e das causas que a movimentam, a/o pessoa lida como louca/o passa a ser um corpo político em movimento. A sociedade então se questiona em relação às noções arraigadas historicamente no fabricado imaginário coletivo, sobre a periculosidade da loucura e a necessidade de afastamento, isolamento ou extermínio, chegando inclusive a poder questionar a legitimidade dos hospícios, realidade que antes lhe parecera justificável e fora normalizada, causando agora uma certa consciência cultural e política com alguma hegemonia no município. É necessário ressaltar que tudo isso é feito processualmente, através de pequenas doses cotidianas que podem demonstrar a longo prazo mais efetividade em tais transformações. Não nos iludimos com uma leitura romântica a respeito das mudanças geradas por este trabalho, mas compreendemos sim que o se trata de uma construção, de transformações processuais. Os Centros de Convivência, assim, inauguram

(...) enfim, um lugar onde se produz vetores das relações sociais, que vão resultar nas mudanças visíveis quanto à “melhora” dos sujeitos – nas suas relações familiares, na ampliação da sua rede de amigos, na sua preocupação com a continuidade do tratamento, no aumento da capacidade contratual, no raio de circulação das pessoas que dele se beneficiam. (NOVAES; ZACCHÉ; SOARES, 2008, p.164).

Desta forma, propor trocas e decisões compartilhadas como pacto cotidiano na abordagem à saúde mental produzem formação política e emancipação, conquistas preciosas para uma construção antimanicomial e cidadã. A permanência viva dos Centro de Convivência e as movências de consciências e paradigmas que estes impulsionam, afirmam assim a urgência de se pensar a arte como dispositivo indispensável para as políticas antimanicomiais, pela sua capacidade de transformações individuais e coletivas, pela partilha que inaugura como alargamento das possibilidades de existir.

Ao contrário à hegemonia do discurso psiquiátrico que se ocupa da loucura, da supremacia da doença e do paradigma da cura, os dispositivos substitutivos se ocupam da/o sujeita/o, da loucura como experiência de alteridade, produtora de singularidades e complexidades individuais. Porque pensa o sujeito para além da clínica, a ideia do Centro de Convivência se inscreve em apresentar maior repertório de vida onde este possa trafegar, produzir sentido para o campo existencial, relacional e cultural, suas experiências de vida. Já que criar, se relacionar, pensar, sentir, inventar são primordiais para a subjetividade humana, para a existência em si, estes recursos facilitariam uma vinculação com a vida e com a produção de sentidos, através do estabelecimento de um “estado de poesia” (Chico César, 2015).

Aqui é preciso afirmar também que quando exaltamos a arte, não como ferramenta mas como finalidade em si de oferta de vida, não estamos negando que concomitante a ela permaneça o tratamento clínico da saúde mental, pois é imprescindível que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as equipes de PSF e demais dispositivos da Rede funcionem nas suas especialidades, tecendo esta rede de acolhimento aos corpos em sofrimento mental, sofrimentos que existem e que não dependem somente da arte para o seu trato, mas de uma clínica que abarque o encontro indelével da arte com a saúde mental. A articulação em Rede, no fortalecimento das potencialidades de cada dispositivo, é que faz da nossa estratégia de ação social um movimento revolucionário. Há, portanto,

(...) uma espécie de “consciência elementar”, de que se não oferecermos resposta aos casos graves e às crises, enveredamos por um caminho através do qual os dispositivos da Reforma acabam se tornando satélites sem vida e impotentes, gravitando em torno do hospício, justificando-se, assim, a sua existência prática e ideológica.” (SOUZA, 2008, p. 113).

Polípio Souza (2008) nos traz essa reflexão para pensarmos que a atenção nos manejos de uma Rede que contrapõe o hospício deve ser diária, na vigília que garanta a resistência em movimento de melhoramento das práticas antimanicomiais, para que a invenção destas práticas perdue seus respaldos e continue operando insistências em existir. Se faz cada vez mais nítido que a política antimanicomial é um processo transgressor aos padrões hegemônicos da

abordagem ao sujeito em sofrimento mental, complexo em si mesmo justamente por dever alteração na epistemologia, cultura e nos costumes sociais criados pelos poderes, exigindo portanto que todos os dispositivos estratégicos desta Rede funcionem com integridade e cumprimento dos princípios antimanicomiais que a constituem, para que se afine sua permanência enquanto política pública e garantia de direitos.

Ao mesmo tempo, precisamos garantir que a Instituição Inventada, termo cunhado por Franco Rotelli (1988), ou seja, a clínica substitutiva proposta pela e para a derrubada dos muros paradigmáticos, também instaure a derrubada dos “muros manicomiais epistemológicos”, quando a instituição que questionamos não é somente o manicômio físico, mas o manicômio sociocultural, por isto a cada dia do estabelecimento do cotidiano antimanicomial nós precisamos dar um murro na sorte, dialogando com Naida de Souza. Esta Instituição Inventada exige que possamos também construir nossos métodos a partir da invenção de “um outro modo e a criação de oportunidades, (...) em um processo de singularização e ressingularização” (ROTELLI, 1988, p. 2.), criando possibilidades e probabilidades de inventar outros modos de viver, por isto os serviços substitutivos aos manicômios devem entrar com toda força no “território das engenharias culturais, se fazendo motores de sociabilidade” (ROTELLI, 1988, p. 2.), subvertendo as cotidianas opressões através de trocas plurais exercidas também pelas linguagens artísticas. Se trata de inventar uma clínica do cuidado oposta à violência, da criação oposta à inutilidade, da emancipação oposta à imposição da cura, da singularização oposta à coisificação, da relação social oposta ao isolamento, da cultura da diferença oposta à moralidade e à punição.

2.2 O cotidiano do pano azul, em uma estrutura viva

A nossa vivência poética
 É dar sentido às palavras
 Que vêm do pensamento
 E oferecer ao mundo a nossa poesia
 O poema é como o pensamento
 Que vai e volta a todo momento
 Porque a palavra é sábia
 E tem o poder de romper
 o universo do pensamento
 (Rui Nonato)

O trabalho com arte e saúde mental proposto pela política de Saúde Mental de Belo Horizonte, através sobretudo dos Centros de Convivência, se constrói essencialmente diferenciado quando ultrapassa muitas das expectativas do esperado enquanto mais um recurso

da Rede de Saúde Mental, e mostra exemplos do quão essencial, indispensável e transformadora pode ser a arte para a realidade de um sujeito e da sua família. Muitos testemunhos e estudos de casos feitos nas reuniões de micro-áreas e supervisões das regionais da Rede, nos quais não estamos autorizados a compartilhar aqui por motivo ético já pautado, apontam para o trabalho das artes e o dispositivo Centro de Convivência como um pilar na abordagem ao sujeito em sofrimento mental.

Um destes testemunhos dados então durante a experiência “Poesia é a nossa estrutura” foi feito por Deolindo de Campos, autor do poema a seguir:

Cuia na cabeça
 Cuia de sofrimento
 Eu não sabia
 que um dia a cuia cairia
 e meus olhos brilhariam
 (Deolindo de Campos)

Após a leitura deste poema, Deolindo de Campos relatou que sobre sua cabeça ficava presa uma cuia e que um dia, ao acordar, olhou para o chão e a cuia estava caída, derrubada. Foi assim que entendeu que não deixou de sofrer, mas que agora se sentia mais forte para lidar com o seu sofrimento. Na seção *Pesquei um poema na sua boca*, ele ainda explica: “Antes eu tinha medo, agora a poesia me fez perder isso. Se for falar do medo agora falo com mais coragem”.

A efetividade do trabalho dos CCs se faz tão nítida que nos dá a possibilidade de pensarmos no sujeito em recuperação da sua autonomia, sendo possível construir sua vida sem o alicerce diário da Rede de Saúde Mental, ou seja, mantendo a Rede como suporte, mas sem a necessidade da frequência diária aos seus dispositivos. Assim aconteceu, por exemplo, com um membro do grupo, Antônio Eustáquio, que através de uma parceria da Política de Saúde Mental do município com uma empresa, foi contratado com carteira assinada e passou a participar apenas das apresentações e ensaios dos grupos de arte do CCProv nos quais integrava. Antônio dentro do grupo “Poesia é a nossa estrutura” ditava sutilmente o tom das conversas, mediava as euforias, abrandava os dias de chuva, e nos ensinava com sua concepção coletiva de poesia:

Poema pode ser
 de grande utilidade para conviver
 na certeza de cada momento
 que podemos refletir
 com vasta memória
 Com o poema estamos sempre juntos
 (Antônio Eustáquio)

Essa coletividade representa um dos elementos mais caros e importantes no trabalho com a saúde mental, não somente com o grupo em questão. A construção coletiva e o envolvimento de cada ator(a), conviva ou funcionária/o da Rede de Saúde Mental, se faz imprescindível para que seja possível executarmos uma política inclusiva, democrática, com garantia de direitos, construção de arte e cidadania, que trabalhe na contramão das imposições provocadas pelo sistema manicomialista representado pelos biopoderes.

Não podemos nos esquecer que o fato de existir uma política pública ou um programa que tenha sido estabelecido através de uma luta social traz a todas/os as/os envolvidas/os a responsabilidade diária do seu resistente funcionamento, do cumprimento da sua missão social, mas mais ainda, da efetividade da sua prática em sintonia com as ideias da luta que a motivou e efetivou. E esse trabalho não é fácil, é exigente, e requer que diariamente estejam suas/suas atoras/es inteiros para as atividades, sobretudo quem o executa nas bases, como as mediações.

Na perspectiva de instauração de um cotidiano de acolhimento, fortalecimento mútuo, poesia e criação, que extrapola a lógica da doença e do seu duplo, a cura, o grupo “Poesia é a nossa estrutura” se estabeleceu em sua própria fortaleza. Embora nossas armas se pareçam frágeis e lânguidas, produzimos, em contraponto ao sofrimento, a mais forte e movente de todas as armas, aquela que mantém nossos corpos sustentados e resistentes feito árvore, produzimos substancialmente subjetividade, modos de vida, fundamento, seiva bruta, recursos vitais, desmantelamento da ordem que extermina. Nossos recursos artísticos, poéticos e relacionais utilizados por dispositivos de atendimento e mediações humanizadas, nas perspectivas do acesso, acolhimento e produção de encontros e vínculos, desenvolve tecnologia leve, autonomização e gestão, como sugerido por Emerson Merhy (2003). Assim, estes recursos devem ser relacionados às demais tecnologias já estabelecidas e reestruturadas, para que se sustente a construção de um projeto mais humano de intervenção psicossocial na saúde, sociedade e cultura, também por isso a importância do encontro definitivo entre a saúde e arte, e do trabalho estratégico dos dispositivos em rede.

Neste sentido, nossa prática e convivência poética também é uma prática de acolhimento em si mesma, quando propõe o compartilhamento e produção de subjetividades e a construção a partir de trocas substanciais. A experiência coletiva da poesia também se trata de uma prática do cuidado, quando toca com tato as dimensões individuais e coletivas do pensamento e das emoções, quando partilha criações e invenções, quando constrói política de resistência em coletividade, quando faz o sujeito se empoderar da sua importância no mundo, ampliando universos e produzindo sentido para o exercício de viver. Nesta perspectiva, convocamos os olhares vivos, os sentidos atentos, o envolvimento e importância com o outro, o interesse na

atmosfera que se inscreve a vivência, o desenvolvimento de pensamento, crítica, episteme, partilha e pertencimento.

E como isso foi construído? Escolhemos nosso ambiente sobre o pano azul marinho estendido debaixo da árvore no quintal do CCProv (*Imagem 3*), porque entendemos que ali, em contato com a natureza, com a sombra da árvore, o vento que batia fresco, os passarinhos correndo vento, a casa da coruja vizinha da árvore, poderíamos ter um ambiente mais acolhedor para pensar poesia. Queríamos sair das paredes de concreto e dos assentos duros para vivenciar outras possibilidades de criar, pensar e trocar. Não fomos as/os primeiras/os a compreender que o ambiente em contato com a natureza facilita a criação, o ensino, a aprendizagem, o diálogo, o desenvolvimento da mente, emoções e relações, isto já nos foi ensinado tanto por pintores modernos como Monet, Manet, Seurat, aqui no Brasil sobretudo por Alberto da Veiga Guignard, quanto pelo desenvolvimento do aprendizado proposto por Paulo Freire.

Cada um(a) também enriquecia com sua singularidade nossa convivência e experiência poética coletiva. Cada um(a) portava um caderno de bolso que deveria acompanhá-la(o) diariamente, contribuindo para que a poesia estivesse presente no seu cotidiano. Nos nossos encontros essas anotações, anedotas, poesias ou ideias eram compartilhadas com o grupo. Podiam dizer sobre medos, receios, aflições, angústias em relação à alguma situação vivida ou despertada, ou sobre as relações com os outros:

Eu e o outro
 Porque é o outro e eu
 Porque é eu e o outro
 Que pense eu no outro
 (Deolindo de Campos)

Como também podia dizer sobre a própria poesia, a satisfação de estar envolvida/o com a arte e a linguagem, e a constatação das transformações subjetivas advindas deste envolvimento. Eram recorrentes, assim, poemas metalinguísticos:

A poesia já existia
 Antes da imaginação
 nas palavras ditas com emoção
 Até antes da escrita
 Estamos abertos todos os dias
 A rimas e afirmações
 ditas no dia-a-dia
 das sabedorias vividas
 (Adélcio)

Nesse processo de trocas e conversas, como mediadora, eu levava alguns livros de poetas que julgava serem importantes para o nosso diálogo, por abordar temas ou tônicas relacionadas à nossa vivência, ou pela forma de escrever que poderia servir à algum(a) das/os

convivas. Ana Cristina César, Hilda Hilst, Manoel de Barros, Roberto Piva, Waly Salomão, Thiago de Mello, Adão Ventura, Renato Negrão, Mariana de Matos, Manuel Lua-Cheia (meu próprio pseudônimo) e etc. Além destas/es, outros poetas convivas que já tinham uma trajetória mais sólida com o fazer poético, por já terem lançado livros e participado de compilações, e que significavam motivação e referência para essa vivência, Frederico Eymard e Valtinho Folha-Sêca (vinculados então ao Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário e Suricato, respectivamente). Visitávamos, portanto, os trabalhos de poetas diferentes em contemporaneidades, formas da escrita, abordagem temática, mas que tinham em comum a transgressão da existência, da narrativa e da língua. Apresentar sua poesia e dizer um pouco sobre a/o poeta era sempre muito produtivo, os convivas queriam escolher um poema para ler pro grupo e discutir com o grupo, e não me lembro de algum(a) leitura dessas que não tenha gerado alimento e motivação para escrever. É importante compartilhar a percepção de quanto esse público da saúde mental se envolve com as atividades criadoras, o quanto dão importância para as partilhas criativas, para as atividades propostas e o quanto o contato com outros trabalhos sempre gera criação e produtividade.

Depois dos momentos de escrita, tínhamos os momentos de leitura, de cada um(a) apresentar para a coletividade o que tinha feito. Neste momento as trocas também eram muito ricas e transbordavam os tabus da autoria, quando um(a) podia devolver pra/o outra/o: “acho que você deveria melhorar essa parte”, “acho que isso aqui que você escreveu não é bem assim, precisamos conversar sobre isso”. E quando os poemas já estavam mais bem definidos, escolhíamos os que seriam filmados.

A partir daí entrava a concepção de imagem, cena, som, câmera, gesto, o universo da visualidade, plástica e audiovisual. Imersas/os na atmosfera criativa, cada autor do verso já tinha a ideia de como deveria ser a cena, a fotografia, se teria personagem ou filmaríamos um elemento, a performance no caso da(s)/o(s) personagem(ns), o recorte da cena, definição de cena parada ou móvel, quem filmaria, quem seria o narrador, se captaríamos algum outro som além da própria leitura, e outros recursos que poderíamos dispor ou inventar. Todas/os opinavam e o momento da gravação também era outra dinâmica bem interessante, tanto em relação a quantidade de *takes* necessários de acordo com a concentração e sintonia de todas/os envolvidas/os na cena, quanto quando concluíamos e íamos assistir a versão final. Era uma verdadeira diversão, mas também criticamente comprometida com o trabalho ali desenvolvido.

Cena
Em plena cena
não há problema
não há dilema

me meto a cara
 coração dispara
 sempre tem fala
 coração não cala
 (Roseli R. Lapa)

A experiência deste grupo contribuiu para a construção de narrativa pessoal e coletiva, para o reconhecimento de si e para a produção de devir, para o diálogo e o encontro, auxiliando também o campo relacional e a possibilidade da criação definidora do seu lugar no mundo. Estar excluído do encontro consigo, com a/o outra/o e com a arte corrói as possibilidades de construir repertórios subjetivos para viver. É demonstrado, através da experiência deste grupo e de outras vivências, o quão vital é o encontro entre as práticas artísticas e a saúde mental, gerenciado por uma política antimanicomial.

A experiência “Poesia é a nossa estrutura” partiu de uma metodologia experimental ditada e dilatada sobretudo pela sensibilidade de captar a matéria dos instantes para construir propostas coletivas, colocando interesse em todo elemento que pudesse produzir partilha. Para tanto foi preciso ter escuta, apostar nas subjetivações como suspensão de realidades, ampliar os sentidos, o pensamento e os objetos, dar cama para que fluíssem ideias, ainda que desorganizadas, entendendo que o sumo que alimenta e nutre uma lógica criativa antimanicomial é a vida e sua urgência, a valorização de outras razões, saberes e partilhas.

Lidar com as histórias que cada um traz na mochila que carrega nas costas, e as mudas de roupa que quer dividir com os pares e aliadas/os, roupas que por vezes não esquentam o frio, ou fazem queimar no calor, é um constante despir-se do óbvio para acessar o próximo, para aceitá-lo e poder dançar com ele a sua dança, que talvez seja a música mais bonita que você irá ouvir, por mais que porte uma dúvida fabricada sobre isto. Assim, nossa construção sem método pré-imposto, nascida e transcrita pela liberdade conquistada, essencialmente antimanicomial, traçada pelas mãos da arte e da experiência da loucura, utiliza do acaso criativo como forma analítica de expansão, porque todo elemento sincero, vindo da partilha da recriação de vida, aqui é matéria de construção poética, analítica e metodológica para uma prática antimanicomial. Muito do que temos são ranhuras da existência que estamos construindo, deixando falar as vozes, ouvindo-as com atenção, inscrevendo, acolhendo e valorizando narrativas, ressaltando a possibilidade de outras razões, métodos e saberes, que produzem outras estéticas, poéticas e línguas. Simplesmente porque, aquém das supressões que tentaram emudecer as vozes em todas as cabeças, a poesia pode ser seus modos de existir, sua estrutura.

2.3 O livro, o vídeo e outros frutos

Aprendi com a poesia que ao invés de destruir,
eu posso construir
(Cris Gomes)

A vivência “Poesia é a nossa estrutura” moveu vidas, transformou o lidar das dores através da poesia, fez criar re-existências, refez asas, através do acolhimento, envolvimento, cuidado, partilha afetiva, construção coletiva e criação. A poesia transforma, como afirmaram os próprios poetas convivas:

A poesia nos permite viajar e
experimentar nossos sonhos e desejos
Nos faz livres para ultrapassar
Superar e aniquilar
os medos que por vezes nos faz
deixar de sonhar e conquistar
(Adélcio)

Poema pode ser
de grande utilidade para conviver
na certeza de cada momento
que podemos refletir
com vasta memória
Com o poema estamos sempre juntos
(Antônio Eustáquio)

Os poemas contidos no livro e no vídeo-poema foram selecionados pelo grupo, a partir do material reunido durante 1 ano da vivência. Para o livro, escolhemos um número de poemas proporcional à produção de cada um(a) das/os autoras/es. Foi feita uma sequência baseada no processo de trabalho e discussões, juntamente com a escolha minuciosa da tipografia e diagramação que comporia mais singularmente cada poema. Na capa (*Imagem 4*) foi desenvolvida uma xilogravura do Jorge, desenhista, também conviva do dispositivo Centro de Convivência Providência e morador de uma Residência Terapêutica da Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte. O custeio foi feito com verba independente do próprio CCProv, sem financiamentos ou subsídios, com a primeira tiragem de 100 cópias, já esgotadas. O CCProv ainda pretende fazer nova tiragem física e também disponibilizar o livro online para download.

O vídeo-poema experimental média metragem (*Imagem 5*), também homônimo ao grupo, foi gravado durante um ano de duração das oficinas. As cenas foram construídas a partir do roteiro da/o autora/o do poema com sugestões do grupo, de forma natural, harmônica e orgânica. As cenas duram o tempo do poema e sua performance, se modificam em acordo com a colocação discursiva de cada autor-performer, diferentes tons, cadências, entonações,

humores e ranhuras. Como na compilação, foi também seguido um roteiro baseado no processo de vivência. A edição manteve quase toda a captação na íntegra, optamos por conservar as marcas estéticas e sonoras de uma produção audiovisual feita de forma caseira, com câmeras de poucos recursos, deixando um aspecto nada maquiado. Assim como o livro, o vídeo-poema ainda deverá ser disponibilizado para assistir online.

A noite de lançamento (*Imagens 6 e 7*) foi realizada no Espaço Suricato, uma iniciativa independente, nascida da associação de artistas e usuárias/os da Rede de Saúde Mental de BH, que, desde a década de 1990 organizaram sua produção artística para além do Centro de Convivência São Paulo, onde a iniciativa nasceu. Se construíram a partir de quatro principais núcleos de produção de Economia Criativa e Solidária e Geração de Renda: carpintaria, mosaico, bordado e gastronomia. Nos anos 2010, conquistaram um espaço cultural físico, que abriga atualmente manifestações artísticas e culturais, com bar e restaurante, e um *showroom* dos produtos dos núcleos, que têm seus ateliers em espaços físicos outros. O Espaço Suricato tem sido uma importante casa de cultura do município da capital mineira, uma referência que tem contribuído para o fortalecimento da cena cultural e de grupos artísticos. Sobretudo, tem posto a vida cultural para lidar de perto com a diferença, com a experiência e desestigmatização da loucura e da figura do louco, quando os componentes da equipe do espaço, em sua maioria, são convivas em tratamento na Rede de Saúde Mental. A experiência da Suricato é das mais importantes e relevantes para se pensar sobre a relação da arte com a loucura, sobre desinstitucionalização, ocupação da cidade, economia criativa e solidária e geração de renda. Se faz como uma experiência modelo, tanto nacional quanto internacionalmente.

Como todo evento na Suricato, a loucura não se faz motivo para segregar, mas mote para a liberdade de existir singularmente, unindo diálogos, afetos, celebrações. Se ver e ver seu ente deslocado do lugar lido e insistido como doença, contravenção e periculosidade para o lugar da sensibilidade, subjetividade e reconhecimento foi o que significou a noite de lançamento de *Poesia é a nossa estrutura* (livro e vídeo-poema), que recebeu um vasto público, contando com as famílias das/os autoras/es, amigas/os, parceiras/os, público da arte e cativas/os do próprio espaço.

Outras experiências com práticas artísticas em dispositivos de saúde mental, por todo o território nacional e inclusive no município de Belo Horizonte/MG, têm apresentado resultados significativos no que confere à ressocialização do sujeito, reinserção social, manutenção de vínculos, e têm trazido resultados ainda de descobertas de habilidades artísticas, continuidade de trabalho no mercado cultural, além do efeito terapêutico que não é o fim da atividade artística

assim proposta, mas se torna consequência na medida em que agrega a possibilidade de um outro lidar mais possível com a vida e consigo mesmo.

O próprio deslocamento de leitura de si enquanto usuária/o de um serviço de saúde mental para um(a) trabalhador(a) da cultura, um(a) artista, traz consigo inúmeros efeitos sobre a autoestima, o autocuidado e uma maior possibilidade de enfrentamento das vicissitudes da vida. Quanto mais investimento do poder público em modelos assistenciais que se provam efetivos para usuárias/os dos serviços de saúde mental e suas famílias, uma maior abrangência de público poderemos alcançar, contribuindo também de forma singular e transformadora para a revisão de paradigmas sociais interpostos pela exclusão.

Incluir é o trabalho de viés democrático da arte, como ferramenta de emancipação do sujeito. Desinstitucionalizar é um trabalho extramuros físicos e intramuros sociais, como sugeriu Franco Rotelli (1988). Trabalhadores da Luta Antimanicomial por todo o território nacional já se mostraram dispostos e têm proposto tecnologias e recursos relacionais, estéticos e multidisciplinares, como ferramentas emancipatórias para a execução das práticas antimanicomiais. Devemos partir da emancipação de sujeitos que já não podem mais se calar, apoiando-as/os nesse movimento gradual de se reorganizarem e se (re)inscreverem na vida e na produção de devir, para ao mesmo tempo refazerem suas asas criadoras e seu firmamento.

3 LUTA: PARA ALÉM DOS MUROS

Eu nasci para libertar
(Naidna de Souza)

“Luta” é a seção que fundamenta “Árvore”. Aqui, propomos dialogar com quem construiu a realidade antimanicomial que temos hoje, uma itinerância na fronteira da saúde mental antimanicomial e da arte. Na seção “Árvore” apresentamos os atores da vivência “Poesia é a nossa estrutura”, em “Luta” apresentaremos alguns atores emblemáticos e acontecimentos definitivos para o processo de luta e conquistas das políticas antimanicomiais. Nos interessa aqui um trânsito por experiências emblemáticas sobretudo como referências para a Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte, que causaram marcas imperecíveis tanto em relação à estruturação fundante da construção dos manicômios, quanto ao nascedouro das políticas e experiências de resistência em arte e saúde, que possibilitaram com que corpos destinados pelo projeto manicomial ao aniquilamento físico e subjetivo, estivessem hoje em tentativa de suspensão de si mesmos e das suas relações de vida, concomitante às propostas de mudanças de paradigmas reivindicados à sociedade.

A seção “Luta” se faz concepção para a existência da seção “Árvore” e suas narrativas, por isto dialogamos com experiências outras que marcaram o cerne da nossa natureza, para demonstrar que a vivência “Poesia é a nossa estrutura” tem raiz forte, que brotou de uma terra afagada e regada por desejos de justiça sociais e direitos humanos. Portanto é preciso reconhecer o plantio, perpetuar o afago da terra, e fazer brotar constantemente enquanto alimento reconstrutor de re-existências e forças vitais.

A Luta à qual nos reportamos aqui fora traçada no cruzo entre arte e saúde como política de re-existências e encontros de possibilidades de vida, a partir de um movimento de reação à supressão histórica de corpos e narrativas pelo projeto manicomialista. Da metade do século XIX para o início do século XX, a organização psiquiátrica estava se consolidando, se adentrando às instituições hospitalares e se tornando uma especialidade médica autônoma. Desde esta gênese até os anos 1920 - 1930, período em que passou a ter mais impacto social, é ditadora a influência da interpretação biologizante proposta pela psiquiatria organicista alemã, que diretamente relacionada ao nazismo alemão, acreditava poder explicar e controlar o funcionamento das instituições sociais, família e Estado, e exterminar o diferente do padrão ariano, segundo Jurandir Freire Costa (2007).

A ideologia eugenista brasileira, herdeira do nazismo, foi defendida também pela psiquiatria ortodoxa através da chamada “prevenção eugênica”, ação psiquiátrica que consistia em ações de controle social, para dar manutenção à exclusão social racializada, através da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). O biologismo eugênico se queria científico, mas, na verdade, carregava ideologia moralista e fundamentalmente fascista, na qual aos alvos da clínica psiquiátrica destinava-se uma intervenção preventiva antes do aparecimento dos sinais clínicos. Essa prática resultara nas ações psiquiátricas ao indivíduo “normal”, para preveni-lo em um estado chamado “pré-patogênico”, e também para prevenir a sociedade de um mal que poderia acometê-lo.

Assim, as ações psiquiátricas extrapolaram as instituições hospitalares para agir nas escolas, em outros meios de trabalho e na vida cotidiana, invadindo o campo social através das práticas de higiene mental. A partir da ordem de uma psiquiatria eugenista e higienista concubina de um controle social racializado, foram suspensos os muros das primeiras colônias, albergues, manicômios e hospícios para isolar “loucos”, “degenerados”, “incapazes”, “criminosos”, “anormais”, “mulheres de vida fácil”, “bêbados”, sujeitos julgados pelos biopoderes como contaminadores morais da parte sã e produtiva da sociedade, como nos trouxe Michel Foucault (1972). Estas instituições inicialmente recebiam subsídios federais e ajuda filantrópica, e mais tarde receberam também forte investimento privado, tornando-se uma máquina lucrativa da relação psiquiátrica público-privado.

Os psiquiatras da Liga se propunham criar uma sociedade nova impondo normas de saúde mental e comportamento social. E, quando consideravam que uma determinada herança cultural, psíquica e biológica, se mostrava rebelde a se converter a norma, o remédio proposto era a sua extinção. (...) se diziam apóstolos da higiene mental, referiam-se às suas campanhas eugênicas chamando-as de cruzadas e, por vezes, comparavam suas mensagens eugênicas às mensagens evangélicas. (COSTA, 2007, p.102).

O médico psiquiatra se tornou o sacerdote do espírito, respaldado não somente pelas instituições estatais que demandaram sua política eugênica muito bem assimilada, mas também por uma das instituições mais influentes na ordem social: a Igreja Católica. Se estabeleceu assim o interesse entre a psiquiatria, o controle social eugênico pelo Estado e pelas demais instituições de poder, incluindo a Igreja, através de uma ideologia essencialmente racializada e de princípios atavicamente fascistas, respaldando as “cruzadas eugênicas”.

Neste período, Nina Rodrigues publicou textos sobre o ideário eugenista e dedicou a Cesare Lombroso, criminalista e psiquiatra italiano que influenciou a LBHM e defendeu a ideia de que negros são criminosos natos. Essa dedicatória, portanto, denota interesses mútuos entre os processos de extermínio e exclusões por ordens raciais e a manicomialização. As orientações

confluiram tais interesses, e a ideologia eugenista e higienista impôs a necessidade de se eliminar os sujeitos “considerados degenerativos e criar o brasileiro mentalmente sadio” (COSTA, 2007). Assim, o fundamentalismo se fortaleceu em varrer e exterminar da sociedade e dos espaços públicos qualquer sujeito que representasse o que entendia como degeneração social, a/o “louca/o”, a/o preta/o, a/o mestiça/o, a/o pobre, a/o alcoolista, toda/o aquela/e que não representasse, racial e/ou moralmente, a razão branca cristã eurocentrada, dominar quem resistisse existencial, subjetiva, e relacionalmente à normatização pelo seu padrão, consolidando em muitas instâncias o que Achille Mbembe nomeou de necropolítica (2016).

As consequências desta aliança estamos vivendo até hoje na sociedade, com a institucionalização legalizada da loucura através dos hospitais psiquiátricos e mais recentemente também das fazendas patrocinadas pelas igrejas evangélicas neopentecostais, inventoras da “guerra às drogas” que dão manutenção aos “Outros” que devem ser banidas/os da sociedade. Ainda como consequência dessa aliança, a construção dos poderes manicomial supressores capilarizados na sociedade, na criação da leitura destes enquanto ameaças, na estigmatização da/o “louca/o”, na disseminação da sua exclusão em manifestações dispersas e não organizadas da vida social, tanto em instituições como em relações pessoais. Representam novos reordenamentos sistêmicos de um velho padrão de exclusão, desde a criação à permanência de sujeito de direitos enquanto “Outros”.

No filme *Em nome da razão* (1979), Helvecio Ratton denuncia o sistema manicomial do Hospital Colônia de Barbacena/ MG, nomeado por Franco Basaglia de “Holocausto Brasileiro”, administrado pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). Traz imagens documentais das condições desumanas, insalubres e perversas em que viviam as/os internas/os, levados pelo trem da morte, nomeado pelo escritor João Guimarães Rosa de “trem de doido”, que carregava os deserdados sociais, homens, mulheres e crianças, advindos de todas as partes do país, para os “porões da loucura”, termo-denúncia cunhado pelo jornalista Hiram Firmino. Daniela Arbex parte da mesma instituição criminosa para escrever *Holocausto Brasileiro - vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil* (2013):

Sessenta mil pessoas perderam a vida no Colônia. As cinco décadas mais dramáticas do país fazem parte do período em que a loucura dos chamados normais dizimou, pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror. Restam hoje menos de 200 sobreviventes dessa tragédia silenciosa. (ARBEX, 2013, p. 24).

Arbex narra muitas histórias de internos e trabalhadores do nomeado Hospital Colônia (*Imagem 8 e Imagem 9*): um esgoto a céu aberto que cortava os pavilhões e era fonte de água para os internos; cadáveres vendidos em lote para a Faculdade de Medicina da Universidade

Federal de Juiz de Fora (UFJF), por valor equivalente atualmente a R\$364; vidas decepadas pelo negócio lucrativo e abominável dos manicômios; um projeto fascista brasileiro descrito em detalhes.

Em novembro de 2014, o Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM), a Associação dos Usuários do serviço de Saúde Mental (ASSUSAM) e a Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte/ SUS/ Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), realizaram o seminário “35 Anos de Basaglia no Brasil: a marca de uma prática revolucionária”, uma conferência que recebeu convivas dos serviços, suas famílias, trabalhadoras e trabalhadores dos dispositivos de saúde, militantes da Luta Antimanicomial, estudiosos da Reforma Psiquiátrica e dos modelos substitutivos aos manicômios, estudantes e sociedade civil. Um dos momentos de comoção foi a participação de sobreviventes do “Holocausto de Barbacena”, os chamados “meninos de Barbacena”, que agora viviam nas Residências Terapêuticas da Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte/ MG.

“O muro que nos prendia é agora o muro que nos liberta” (*Imagem 10, Imagens 11 e 12*), sentença dada por Rui Nonato, integrante do grupo “Poesia é a nossa estrutura”, foi o nome da exposição que fazia parte do seminário e vinha trazer duas cenas da experiência humana: a manicomial e a antimanicomial, deste lado trabalhos plásticos dos artistas dos 9 Centros de Convivência da Política de Saúde Mental de BH, dispostos em simulações de muros quebrados e daquele outro lado fotos em tamanho real de corpos delimitados pelas suas silhuetas, fotografados pelo artista e hoje Monge Ryo Kei, Napoleão Gontijo, em visita ao Hospital Colônia de Barbacena. Assino a curadoria junto às artistas Maíra Paiva e Márcia Stanyslaw, em que criamos uma possibilidade de habitar duas cenas distintamente bem definidas, duas experiências, por autodefinição, vida e morte. Durante o processo de criação da exposição, Napoleão narrou que o que mais o chocou na visita ao maior hospício do Brasil, para além das imagens que confessou nunca mais desfocarem dos seus olhos, foi o cheiro malfazejo que até hoje sente como sensações de terror.

No filme *Bicho de sete cabeças* (Laís Bodanzky, 2001), baseado na autobiografia *Canto dos malditos* (1990), de Austregésilo Carrano Bueno, também podemos dialogar com a denúncia das estruturas criminosas nos hospitais psiquiátricos em que esteve internado e suas condições inumanas de um suposto tratamento mental. A narrativa denuncia ainda a criminalização psiquiátrica do então adolescente e o enredo manicomial que a partir dali pautou a sua sobrevivência, imerso em internações subsequentes, por uma intervenção familiar orientada e conduzida por “especialistas” psiquiatras. Assim como era realidade de muitas famílias que entregaram seus familiares ao “trem de doido” para serem conduzidos ao Hospital Colônia de

Barbacena, o não saber lidar com uma condição de sofrimento que afligia seus entes, e a produção de um imaginário cultural que as influenciava na condução à contenção e confinamento.

Em *Bicho de sete cabeças* também é denunciado o processo lucrativo dos leitos psiquiátricos, o que fazia com que todo motivo de suposto “desvio social” pudesse pleitear mais uma vaga, um leito, um lucro para a malha psiquiátrica criminosa, que dominava as formas psiquiátricas de “tratamento” em todo o país. Abominável no passado recente e ainda abominável na atualidade, por se tratar, sobretudo, de uma lógica que deveria ter sido extinguida das práticas psiquiátricas, as internações, abusos medicamentosos e eletrochoques, chamados cordialmente de eletroconvulsoterapias, são práticas ainda executadas pelo aparelhamento do estado punitivo, como continuidade do projeto da necropolítica, de extermínio dos tratados como “Outros”, presente no Brasil desde o Império, e remodelado pelas aberrações sistêmicas entre poder público e iniciativa privada. No poema *Sequelas... e... sequelas*, Austregésilo Carrano Bueno denuncia:

Sequelas não acabam com o tempo. Amenizam.
 Quando passam em minha mente as horas de espera, sinceramente, tenho dó de mim.
 Nó na garganta, choro estagnado, revolta acompanhada de longo suspiro.
 Ainda hoje, anos depois, a espera é por demais agonizante. Horas, minutos, segundos
 são eternidades martirizantes. Não começam hoje, adormeceram, a muito custo...
 comigo.
 Esta espera, oh Deus! É como nunca pagar o pecado original. É ser condenado à morte
 várias vezes. Quem disse que só se morre uma vez?
 Sentidos se misturam, batidas cardíacas invadem a audição. Aspirada a respiração não
 é... é introchada. Os nervos já não tremem... dão solavancos. A espera está acabando.
 Ouço barulho de rodinhas.
 A todo custo, quero entrar na parede. Esconder-me, fazer parte do cimento do quarto.
 Olhos na abertura da porta rodam a fechadura. Já não sei quem e o que sou. Acuado,
 tento fuga alucinante. Agarrado, imobilizado... escuto parte do meu gemido. Quem
 disse que só se morre uma vez?
 Poema das 4 horas de espera para ser eletrocutado... (aplicação da
 eletroconvulsoterapia). (BUENO, 1957, epígrafe).

Podemos dimensionar até aqui as amarrações do projeto eugenista, higienista e genocida do intolerante, vigilante e punitivista Estado brasileiro, que se perpetua como ideologia fundante da sociedade, promovendo ações de caráter racializado, escravagista, classista e manicomial. Os remodelamentos modernos e sistêmicos das suas presas e aparelhamentos de extermínio, para banimento do diferente ainda mantém suas presas. Mas, como anunciou Lélia Gonzalez (2017), o segregado, isolado, exterminado, o banido, “o lixo agora vai falar”.

3.1 Direitos humanos, desinstitucionalização da loucura e promoção de cidadania

A revolução é libertar o corpo físico, mental e espiritual
(Naidna de Souza)

Em ocasião da exposição integrada ao seminário “35 Anos de Basaglia no Brasil: a marca de uma prática revolucionária”, a equipe do grupo “Poesia é a nossa estrutura” participou ativamente da curadoria da exposição, tendo como suporte minha mediação. Discutimos sobre a ressignificação dos muros, a luta que tanta gente precisou travar para fazermos a travessia entre quebrar simbolicamente o muro violento do manicômio e suspender a construção dos serviços substitutivos a ele. Quando Rui Nonato anunciou firmemente a sentença que nomeou a exposição “O muro que nos prendia é agora o muro que nos liberta”, entendemos que ressignificar o muro seria tal qual ressignificar a vida, não poderíamos esquecer que ele esteve ali circunscrito à tantas narrativas, só afirmando-o poderíamos superá-lo. Assim, a presença dele se fizera importante para dimensionarmos a força de transformação através da luta, e redimensionarmos com mais firmeza a construção feita através dos seus destroços. Este assim, representaria os caminhos trilhados pelas políticas antimanicomiais, os caminhos inaugurados pela e para a ressignificação de tantas vidas, o triunfo, a transgressão e a suspensão de outras possibilidades. Assim, construímos para a exposição um muro despedaçado, e o ressignificamos dependurando sobre ele pinturas e pichando poemas, fazendo simbolicamente existir sobre as ruínas nossa proposta de vida, de construção, para além dele e a partir da existência dos seus destroços.

A construção ou invenção de uma lógica de pensamento e política que sobreponha a manicomial anuncia a desinstitucionalização, conforme Franco Rotelli (1988). Esta pressupõe que, para além da desospitalização defendida pelas políticas antimanicomiais, haja a desinstitucionalização, quando entendemos que o trabalho pelo fim dos manicômios deveria ser também um trabalho extramuros. Seria insuficiente pensar na derrubada institucional do manicômio, se no lugar deste se reproduzisse um modelo tão institucionalizado quanto, fazendo permanecer os reordenamentos das instituições de poder. Ainda, a desinstitucionalização seria um trabalho de alteração no âmago da sociedade, quando a instituição de poder e controle perece em sua estrutura, na construção do imaginário, da moralidade e dos valores comuns. A conquista conseqüentemente seria a de desinstitucionalizar a própria loucura, extraíndo-a como experiência e limpando dela o sufoco do controle social. Desinstitucionalizar apenas o indivíduo, desospitalizando-o, não seria o suficiente, quando a sociedade institucionalizada

permanece adoentada, produtora de estigmas, criminalizadora da cultura da diferença, e criminosa nas práticas de contenção de corpos. A desinstitucionalização se afirma assim, política e existencialmente na tentativa de derrubar também os “muros manicomialmente epistemológicos” (ROTELLI, 1988).

Em palestra no encontro de trabalhadoras/es da Política de Saúde Mental de Belo Horizonte, em 2014, o psicólogo, professor e militante Marcus Vinícius de Oliveira, o Marcus Matraga, disse que, sendo a Rede de BH das mais complexas e efetivas na intervenção e transformação de vidas a partir de uma lógica criativa, inventora e antimanicomial, deveria se educar para que seu cotidiano não replicasse a lógica institucionalizante, em uma autoanálise diária que balizasse as práticas, o lidar, o trato, as condutas e decisões em uma direção de manter viva e pulsante a lógica libertadora de subjetividades e corpos, da qual nasceu e pela qual trabalham as propostas antimanicomiais. Ao mesmo tempo em que possibilitasse dialeticamente a transformação da visão do outro sobre o sujeito em sofrimento mental e em relação à própria loucura, produzindo o que chamara de “efeitos na cultura” (OLIVEIRA, 2017).

Os modelos defendidos pelas políticas antimanicomiais propõem um olhar diferenciado para o sujeito, ocupando-se da sua relação complexa com o devir, incluindo a experiência de sofrimento em relação ao corpo social, ao contrário do que faz o manicômio quando se ocupa do que entende como doença, a loucura, aquém do sujeito, segundo Paulo Amarante (2017). Essa substituição de leitura e lidar se trata de uma ruptura epistemológica, que substitui a exclusão e coisificação do ser pela sua possível negociação com a sociedade, construindo e reinventando novos territórios de existências e experiências, sendo efetiva no seu alicerçamento para com a vida, na construção de sentidos e vínculos com a sociedade.

A institucionalização da loucura se faz, portanto, como uma colonização do devir, um saqueamento subjetivo e simbólico das singularidades humanas, do tratado de outras cosmogonias e relações com a existência. A ideologia manicomial coloniza o devir e corrompe as possibilidades de existir quando atenta à vida do sujeito em todas as dimensões, em nome da briga instaurada contra o seu sofrimento, nomeado de doença. Dizer isto não se trata de negar as condições psíquicas de sofrimento, mas entender que o trato deste sofrimento é possível através do acolhimento, tratamento em liberdade, convivência, arte e coparticipação do sujeito no seu projeto de saúde. Os movimentos de resistência aos manicômios têm experimentado projetos distintos em termos de dispositivos e funcionamentos das políticas antimanicomiais por todo o território nacional. Estas políticas têm se mostrado efetivas para a pessoa em sofrimento, sua família e seu campo relacional, e ainda para o dismantelo da figura

estigmatizada do louco. Se trata, portanto, de afirmar mais uma vez a institucionalização como mecanismo de colonização e contenção de corpos e subjetividades, figurada tanto no encarceramento manicomial, como também nas medidas de repetições da lógica manicomial fora dos hospitais psiquiátricos, como no uso abusivo de ações medicamentosas e na não tentativa de vinculação do sujeito à sociedade, através de outras práticas do cuidado e atenção psicossocial.

A desinstitucionalização (desinsti.) da loucura é, portanto, uma ferramenta de descolonização, um recurso de luta que pressupõe a desospitalização, mas entende que esta sozinha é insuficiente. O manicômio se tornou muro a ser derrubado nas moradas internas dos corpos colonizados/manicomializados pelas sociedades e poderes, exige assim que recursos potentes e epistêmicos confluam, alicerçando a batalha descolonial/antimanicomial.

Como um desdobramento das estratégias de desinsti. propostas por Rotelli (1988), perspectiva essa que originou a proposta da Reforma Psiquiátrica e ao mesmo tempo também culminou no entendimento trazido pelo teórico Joel Birman (Apud AMARANTE; NUNES, 2018) de que as ações sociais do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial carregavam de maneira pungente um outro delinear do lugar social para a loucura no espaço cultural. A participação social e o protagonismo dos sujeitos do MNLA nas frentes de intervenções sociais se tornaram potentes motores de uma lógica desestigmatizante da loucura, além de propiciarem a própria vinculação da sua pertença, identidade e empoderamento coletivo, que efetivamente se movem na construção deste novo lugar social reinvincado. Os modelos substitutivos requerem, assim, um enfrentamento que crie oportunidades de se instaurarem em outros modos de vincular loucura e sociedade, no âmbito das práticas culturais.

A partir desta perspectiva podemos pensar em dois pontos essenciais para pautarmos, primeiro, o movimento social protagonizado pelos sujeitos em situação de sofrimento mental, que requerendo suas vozes e autoridades para falar, recuperam mobilização, representatividade e força política; e segundo, a participação da arte e produção de cultura enquanto frente transformadora dentro do projeto de desinsti.

O artigo *A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios* (2018) traça um itinerário desde o nascedouro do que veio a ser o MNLA à construção dos serviços substitutivos e da própria RAPS, enquanto conquista nacional, a Lei 10.216 da Reforma Psiquiátrica, de 6 de abril de 2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” e outras portarias em níveis municipais e estaduais que também contribuíram para o fechamento de leitos de hospitais psiquiátricos e para a permanência dos serviços substitutivos. Ainda no

itinerário trazido pelo artigo, podemos mensurar a força que os Congressos, Seminários, cadernos de saúde mental e outras reuniões de agentes do MNLA e trabalhadoras/es puderam antes e podem hoje alimentar em relação à mudança de paradigma social proposta pela Reforma Psiquiátrica e pela desinstitucionalização da loucura.

Quanto à mobilização por parte dos sujeitos em situação de sofrimento mental, trazemos como referência o artigo *Loucura e Cidadania* (2008) escrito por militantes integrantes da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSSAM), que discorre a partir de suas próprias narrativas pessoais e coletivas sobre a importância do seu engajamento na Luta Antimanicomial. Diz também de outras associações de usuárias/os dos serviços de saúde mental que se movimentam ativamente na sociedade, transformando realidades para si mesmas/os, no lidar com a vida cultural e com a leitura sobre a loucura. Este artigo aqui é metalinguístico, são as vozes dessas/es sujeitas/os afirmando a importância das suas próprias vozes e militância. Neste assinam a Diretoria da ASSUSSAM na ocasião.

Como se pode observar, a profundidade e amplitude destes propósitos, perseguidos pela ASSUSSAM, só podem se realizar no momento em que nós, usuários, nos tornamos muitos, muitas vozes que demonstram ser possível, necessário e justo substituir o manicômio por serviços abertos de saúde mental, nos quais os usuários são tratados e reconhecidos como cidadãos e, além de receber saúde de qualidade, também são destinatários dos direitos sociais básicos, como: trabalho, educação, moradia, lazer, cultura, etc, garantidos nas constituições Federal, Estadual e na Lei Orgânica do Município para todo o povo brasileiro. (...) A idéia de uma transformação social que inclua na vida dos cidadãos a cultura, saúde, educação, política e ética é incontestável e notória. (...) Não é fácil a travessia. Talvez a arte e toda a sua didática subjetiva, provocativa, nos ajuda a propor novas ordens para o entendimento das diferenças. Talvez cada um proponha, ao outro, novas formas de compreender o mundo numa sutil fronteira entre o individual e o coletivo. A luta em defesa da vida, de uma vida de qualidade para nós que vivemos a diferença estigmatizante do sofrimento mental, é uma luta que não pode e não deve ser levada solitariamente. É uma luta permanente, de um coletivo, do nosso coletivo que busca construir espaços dignos de vida nos quais os mais diferentes modos de viver possam encontrar cabimento. Neste caminho de ações construtivas temos encontrado diferentes parceiros como serviços públicos, ONGs, familiares, amigos, técnicos, e juntos trilhado caminhos para a vida, para o amor, para a dignidade, para o trabalho, para o lazer, para a cultura, para a saúde de qualidade e, finalmente, para a nossa inclusão social. Com a participação dos usuários na cena pública e centros de decisões vê-se a conquista crescente de seus direitos e de sua autonomia. Nesta militância, a presença dos usuários e seu exercício de cidadania têm assegurado a legitimidade dos desejos e demandas que sustentam suas falas. (...) A ASSUSSAM tem uma missão que transcende limites e aponta para a criação de uma nova cultura, baseada na ética, na solidariedade, na justiça, gerando uma nova ordem, na qual a vida esteja no centro dos cuidados e atenções. (FERREIRA; LOPES; SENA; MAGALHÃES; CARVALHO; BRAGA, 2007, p. 232-234)

O engajamento em sua missão, na própria causa coletiva é também conquista do Movimento da Luta Antimanicomial, na qual as/os usuárias/os da RAPS investem as próprias vidas não somente por requererem garantias de direitos e mudanças de paradigmas em diálogos

civis e junto ao poder público, mas também por trabalharem para que seus pares se apropriem cada vez mais deste engajamento, repensando seu próprio lugar diante do mundo e admitindo sua força essencial e indispensável para contribuição nesta luta.

Sobre a participação da arte e produção de cultura no processo de desinstitucionalização da loucura, que também gera emponderamento e consciência de si, se refletiria no entendimento da arte como recurso de vida, que por ampliar as possibilidades do indivíduo e do coletivo, promove saúde e respaldo para a instauração de políticas públicas inclusivas, na medida em que gera ressocialização e reinserção social, desperta desejos e trocas, por consequências da sua própria estrutura. Retomamos:

A utilização da arte e da cultura, para além de recurso meramente terapêutico ou auxiliar da clínica, passou a assumir a dimensão de produção de subjetividade e de vida²⁴. Nesta linha de atuação, o processo de RP é tomado por um enorme contingente de iniciativas artístico-culturais no sentido de promover transformações no imaginário social e nas práticas discursivas sobre loucura, diversidade e diferença. (AMARANTE; NUNES, 2018, p. 2071)

Um dos direcionamentos da própria luta antimanicomial, na criação e experimentação de modelos substitutivos, e estabelecimento de uma atenção psicossocial libertária, foi o de se pensar em práticas artísticas entendendo-as como ampliação do repertório de vida ofertada ao sujeito, implicando em um redimensionamento do viver. Neste sentido, a Luta Antimanicomial desde a sua gênese é essencialmente multidisciplinar e fronteiriça, quando entende que os entrecruzamentos do conhecimento prescindem de uma ampliação substancial da vida e alargamento de consciências, e que o próprio campo da saúde, neste caso, demanda expansão.

A derrubada dos muros manicomiais com a substituição da catatônica e isolada vida hospitalar imposta por uma vida mentalmente ativa, foi pensada também pela sutura da saúde com as práticas artísticas. O martelo desinstitucionalizante da justiça, utilizado para derrubar muros e devolver liberdade à tantas vidas, fora desenhado pela política de fronteira, um conceito estético, epistêmico e também um modo de viver, na composição e afirmação de outras razões. A arte, estando no lugar cruzado de encontro com a saúde, e reportando a ela matéria libertadora de subjetividades e propostas de vidas, afirma o processo desinstitucionalizante da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, “por uma sociedade sem manicômios”, estabelece na sua própria prática cidadania e direitos humanos.

3.2 Políticas de ação entre saúde e arte

O sujeito humano não pode não aspirar, não desejar, não representar e não trocar.

(Ana Lúcia Cavani-Jorge)

Foi na tentativa de devolver um trânsito subjetivo sobre a vida para sujeitos internos na lógica manicomial operante, que batalharam trabalhadoras/es como a psiquiatra Nise da Silveira (1992) e sua equipe. Precursoras/es do enfrentamento do aparelhamento hospitalar manicomial em um movimento para fora dos manicômios, no Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, Engenho de Dentro, Rio de Janeiro/ RJ, instaurou práticas que poderiam parecer frágeis ou mínimas como recursos de transformações e emancipação, mas que se mostraram tecnologias efetivas no resgate de sujeitos. A psiquiatra instalou um atelier de pintura dentro da ala de terapia ocupacional do hospital psiquiátrico e, através dele, se conectou com internas/os que passavam por processos de violência extrema, alienação e coisificação das suas existências subjetivas e cognitivas, e controle dos seus corpos. Tecnologia esta já aplicada anteriormente pelo psiquiatra Juliano Moreira dentro do manicômio.

Nise da Silveira e sua equipe conseguiram inúmeros avanços relacionados à comunicação com essas pessoas, que no confinamento, sob efeito de medicação intensa e eletrochoques, haviam perdido muito da fala e capacidade cognitiva. Mas não de forma definitiva, já que a linguagem não-verbal da pintura, associada ao acolhimento da equipe e cuidado no trato, pôde levar estímulos para que se manifestassem e reagissem à lógica mortificadora imposta no ambiente.

A psiquiatra atribuiu muito da potência das práticas artísticas à capacidade de organização cognitiva gerada pela pintura, pelo criar, pela manipulação da matéria e pela invenção característica da experiência pictórica e de outras linguagens. Pelo ato de criar reorganizavam “sua psique dissociada”, reorganizavam seus corpos dilacerados. Em um estado onde o indivíduo se encontrava aterrorizado contra toda a significância violenta e perversa que o rodeava, nos termos utilizados por Nise, “a palavra fracassa”, assim a pintura se apresentava possibilidade de produzir sentido e resgate de vida através da linguagem não-verbal, diante do embrutecimento do sistema de cárcere e tortura manicomial,

a necessidade de expressão, necessidade imperiosa inerente à psique, leva o indivíduo a configurar suas visões, o drama de que se tornou personagem, seja em formas toscas ou belas, não importa. (SILVEIRA, 1992, p. 2).

Entendamos que, quando trazemos a noção de que a linguagem verbal ainda seria muito inatingível por pessoas acometidas pela tortura dos manicômios, não estamos dizendo sobre algo distante. Primeiro porque a experiência vivida pela equipe de Nise aconteceu na década de 1940, historicamente um tempo muito curto até o atual. Segundo porque a Reforma Psiquiátrica e as portarias que garantem direitos humanos às pessoas em situação de sofrimento mental não asseguram o cumprimento do fim dos manicômios e das práticas manicomialistas, fazendo coexistir aos modelos antimanicomiais das redes substitutivas, o Hospital Psiquiátrico e suas práticas. A este respeito, trazemos a referência do recente filme *A loucura entre nós* (Fernanda Fontes Vareille, 2016), que mostra a configuração e funcionamento interno do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, em Salvador/ BA, com seus leitos, internações compulsórias, prática de eletroconvulsoterapias, impregnações por abusos medicamentosos, como em muitos hospitais ainda existentes no território nacional.

Este exemplo nos leva à terceira consideração, o fato de a lógica manicomial estar tão estruturada na consciência da sociedade, portanto mesmo um Hospital Psiquiátrico com uma coordenação antimanicomial que pense em diretrizes distintas, ou um CAPS que vem embrionariamente da base antimanicomial, ainda podem repetir, e assim por vezes o fazem, vícios de condutas arraigados nas práticas manicomialistas de repreensão e respostas não humanizadas ao cotidiano de cuidado e sobretudo às crises.

A linguagem verbal se faz então campo trafegado como consequência de trânsitos anteriores por linguagens talvez mais imediatas, mesmo porque o estigma da loucura pôde ser instaurado sobretudo sobre corpos já em situação de vulnerabilidades sociais, onde se localiza com incisão o analfabetismo funcional, o que denuncia mais uma vez o projeto racial da necropolítica.

Assim, a prática da linguagem verbal passou a ser aplicada depois da experiência da linguagem não-verbal inaugurada no Brasil como fazer terapêutico por Juliano Moreira e mais tarde como linguagem e criação por Nise da Silveira. A psiquiatra se correspondia com o pensador Carl Jung e passou a partir dessas correspondências, a dimensionar o universo das imagens e o quanto respondiam às singularidades humanas e construções das psiquês. Além disto, se aproximando do crítico de arte Mário Pedrosa, pôde também dimensionar o valor estético e complexidade das pinturas feitas por aquelas pessoas negligenciadas nas noções mais básicas de vida. A psiquiatra e o crítico realizaram exposições e a partir desses acontecimentos inauguraram um circuito específico das artes plásticas, que no território nacional transitou pelo que se convencionou chamar *arte bruta*, *arte naif* ou *arte & loucura*. Atualmente discutimos o quanto essa produção precisa e deve estar vinculada à tais denominações, que em determinada

perspectiva limitam a circulação desses trabalhos e de certa forma os estigmatizam. Apesar disto, o fato de tal prática ser reconhecida como arte a qualifica de modo a refletir também na leitura sobre quem a produz, possibilitando que essas pessoas em certa medida se livrem da carapuça da doença, para vestir o artista, ou seja, de inútil possa ser enxergado enquanto o sujeito que cria, que produz.

Reconhecemos que a experiência proposta pela equipe de Nise da Silveira fora uma obra paradigmática que representou um ponto de virada e representa ainda hoje uma ferramenta de luta. Ressaltar esta experiência se faz cara pela influência que tem nas condutas de trabalho e produção de saberes para o campo de encontro entre as artes e a saúde mental, onde se localiza a vivência “Poesia é a nossa estrutura”. O cruzo entre arte e saúde se faz irrefutável, o diálogo entre os campos na insurgência definitiva desse terceiro campo que se estabelece pelo encontro interdisciplinar dos dois primeiros, então se mostra cada vez mais urgente.

Assim não poderíamos deixar de demarcar também a influência do psiquiatra italiano Franco Basaglia, que alterou a forma de se pensar a clínica no seu país. Liderou os primeiros enfrentamentos à lógica hospitalocêntrica manicomialista dos hospitais psiquiátricos, sobretudo nas cidades de Gorizia e Trieste, fundamentando e inaugurando práticas antimanicomiais que foram proliferadas em outros países. Em 1978, ocasião da sua primeira visita ao Brasil, esteve em alguns Hospitais Colônias, como o de Barbacena/ MG, quando o comparou ao Holocausto. Essa comparação nos leva à uma repulsa inicial tamanha que nos perdemos em mensurá-la. São números de pessoas assassinadas que pela leitura racial caracterizam genocídio, e ainda expressam a eliminação de sujeito um a um, extermínio de singularidades, de individualidades, de existências, histórias únicas e suas importâncias.

Nos anos 1970–1980, influenciado pelo pensamento de Michel Foucault, Franco Basaglia (2005) analisa as formas de contenção usadas pela sociedade para que o sujeito se identifique com a instituição de vigilância, controle e alienação, e então se institucionalize. Analisa a construção violenta de um lugar social que não serve ao cuidado e acolhimento das diferenças, mas à punição moral e isolamento daquilo que foge ao seu controle. O manicômio não tem o caráter de curar o portador de sofrimento mental, mas sim destruir e matá-lo com intuito de controlar sua produtividade e suposto desvio:

A imagem do institucionalizado corresponde, portanto, ao homem petrificado dos nossos hospitais, o homem imóvel, sem objetivo, sem futuro, sem um interesse, um olhar, uma expectativa, uma esperança para a qual apontar; o homem aplacado e livre dos excessos da doença, mas já destruído pelo poder da instituição; o homem que só poderá ser impelido à busca de si mesmo, à reconquista da própria individualidade somente pela posse da própria liberdade, se não quisermos que continue a identificar seu vazio interior com o espaço limitado e vazio do manicômio. (BASAGLIA, 2005, p. 27).

Basaglia (1979) percebeu que para humanizar e garantir direitos seria preciso enfrentar e combater os fundamentos da permanência dos manicômios enquanto lugar de tratamento, questionando os paradigmas psiquiátricos que centraram no saber médico a experiência da loucura, reduzindo-a ao status de doença mental. E, para lidar de uma forma diferente com a loucura, seria preciso colocar a “clínica entre parênteses”, ou seja, não negar a existência da loucura, mas afirmar que o sujeito existe em sua complexidade, e que é preciso colocar sim entre parênteses a experiência de sofrimento como mais um dado da sua existência, e não como a totalidade da sua vida. Somente a partir do entendimento desta quebra de paradigma epistêmico poderíamos estabelecer um tratamento humanizado, em liberdade, com garantia de direitos e promoção de cidadania.

Assim, Basaglia também propôs que as reformas psiquiátricas combinassem a clínica e a terapêutica às atividades criativas e solidariamente laborativas, assim como a vivência coletiva e comunitária. Também sustentava o pensamento de que a construção subjetiva, cognitiva e simbólica seria definitiva para a reorganização dos sujeitos. Essa ideia formadora foi primordial para a elaboração das políticas antimanicomiais nacionais, assim como para as pautas fundantes da Reforma Psiquiátrica.

4 ARTEVIDA: E QUEM DISSE QUE ISSO NÃO É POESIA?

A percepção que o homem ocidental tem de seu tempo e de seu espaço deixa aparecer uma estrutura de recusa, a partir da qual se denuncia uma fala como não sendo linguagem, um gesto como não sendo obra, uma figura como não tendo o direito a um lugar na história. (Michel Foucault)

Há tempos me pergunto intimamente se há algo no terreno da criação guardado ao acesso de pessoas ou grupos específicos de pessoas, que determina diferença naquilo que produzem em termos de arte e linguagem. Não saberia responder, mas penso que, se o que pode ser dito (escrito, pintado, representado, ...) e da forma que pode ser dito, tem relação com as narrativas vividas pela pessoa e por um grupo de pessoas da qual faz parte, existe sim algo no terreno da criação que só é acessado por determinadas experiências. E aí a criação também pode ser compreendida a partir do seu lugar de fala, como nos traz Djamila Ribeiro (2017), ou seja, a partir de experiências específicas que atravessam o corpo, a existência, se poderia produzir discursos e perspectivas de linguagens só possíveis a quem viveu tais experiências. Assim, para quem não viveu, só seria possível tangenciar tais narrativas através da empatia e do exercício de alteridade.

Porém as narrativas de muitos grupos não são reconhecidas a partir das suas próprias vozes, leitura comum da sociedade porque existe um grupo dominador específico que pode falar e terá respaldo incondicional para ser ouvido. E este grupo, pautado no “ser humano oficial”, homem branco cis hetero cristão normativo racional, não permite que outras razões, perspectivas, narrativas, experiências, vozes e culturas se afirmem. É por isto que quando a/o “louca/o” fala, o senso comum diz que não pode ser levado a sério. É por isto que quando alguém diz algo que nos parece absurdo, respondemos “você está louca/o”.

A seção “Pesquei um poema na sua boca” do livro *Poesia é a nossa estrutura* traz anedotas, recortes de falas ditas durante a vivência de poesia, que entendemos como relevantes para estarem no livro, para demonstrar um pouco sobre os pensamentos e diálogos que fizemos. Nesta seção, temos uma passagem de Naidna de Souza: “Os poderosos desde o início quiseram impor o padrão deles, cortar nossa liberdade de ser”. Aqui a poeta retira o termo “os poderosos” do lugar adjetivo e o reloca para o de substantivo. Assim, apesar de parecer indeterminado, sabemos quem é, ou melhor quem são os sujeitos, podemos identificá-los, não temos dúvidas, são eles os criadores, donos e adoradores do padrão oficial de vida, de autoridade da língua e da sociedade.

Mas Naidna de Souza coloca a questão e na mesma intensidade a soluciona: “A arte dá o aval pra gente existir”. Ela então aponta para o lugar onde a fala deste grupo é possível, onde é autorizada pelo próprio campo, onde trafega com aval, sem receio. A experiência da arte e da linguagem vem aqui abrir um universo de possibilidades, porque movimenta recursos ligados à produção e reordenação de subjetividades, à expansão do corpo sensível e à compreensão do próprio sensível como mecanismo possível na partilha de vida e nas tessituras das relações. O sofrimento também advém do controle do imaginário, da tentativa corrente, histórica e geracional de corromper as pulsões de vida. Quando a resposta ao controle se faz estímulo, há um desvio deste controle, um desvio na linguagem padrão, um desvio sobre aquilo que pode ser dito, sobre quem pode dizer. As leituras sociais padronizadas são então corrompidas e a confusão se manifesta: “você está levando o que eles falam a sério!”, “quem disse que isso é poesia?”.

A confusão do outro lado, de quem desvia o controle, se qualifica, se afirma, ressignifica e responde: “e quem disse que isso não é poesia?”. O desvio questiona o padrão e produz vida, produz modos de existir “na cara do padrão”, de frente para “os poderosos”. E anuncia: “Eu nasci para libertar”, como dito por Naidna de Souza, no livro *Poesia é a nossa estrutura* (2015). Manifesta-se, re-existe, recupera linguagem, inaugura outras racionalidades, ressignifica a beira da estrada, a porta da venda, o banco da praça. “A/o louca/o” deixa de representar este mesmo personagem para se ressingularizar, para afirmar seu não-lugar como lugar onde se socializará e anunciará a sua existência. Através da militância, da criação de arte, ou no silêncio da sua reorganização para com a vida, o sujeito pode ultrapassar o discurso que o desqualificou e produzir fala, representatividade, vida, manifesto.

Mas estar em território propício à colheita, facilita o arado. No Centro de Convivência Providência, quando começamos a Oficina Poesia & Vídeo que culminou no grupo “Poesia é a nossa estrutura”, já existia há alguns anos o grupo “Persona Grata” (*Imagem 15*), que trabalhava sobretudo com performance e música, além de trafegar pelas linguagens do teatro, poesia e artes plásticas. Além disso, a experiência de algumas oficinas anteriores já tinha sido definidora para a abertura das/os convivas à criação, arte e linguagem. Talvez por este motivo o amadurecimento do grupo e da vivência “Poesia é a nossa estrutura” tenha sido tão fluido e relativamente rápido, a ponto de sequenciar também o livro e o vídeo-poema, objetos comumente tão complexos de se materializar, sobretudo diante da coletividade e diversidade de desejos.

No Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário instalamos o Laboratório de Experiências Intensas em Arte (L.E.I.A.), um atelier livre de artes plásticas e visuais (*Imagens*

16 e 17). Pensar as cenas pictóricas com singularidade, desejo e invenção foi um dos motes do atelier-oficina. No início as/os convivas estranhavam a minha resposta quando me abordavam: “Ana, eu sei que não existe gente de pele azul, mas eu queria tanto pintar assim, vou parecer doida né?”, quando eu respondia “A pintura é sua, ela não existe no mundo, você está inventando a existência dela, é a sua criação, então você pode fazer do jeito que quiser.” Uma sentença tão óbvia para os corpos que ardem liberdade, mas incomum pelos condicionamentos sociais impostos às subjetividades e sensibilidades.

Também parte das práticas se fazia destituir a nobreza dos materiais e ferramentas, por condições orçamentárias de não poder adquirir “materiais nobres”, mas sobretudo por lançarmos mão do que temos, do que nos é ofertado no cotidiano para criar, também como opção estética. Assim, fita crepe, purpurina, jornal, giz de cera também ganhavam outra notoriedade nos objetos de arte. Ouso relatar que assisti a muitas descobertas plásticas experimentais relevantes que nunca presenciei na academia de arte ou em outros espaços experimentais das artes, como no L.E.I.A. A este fato atribuo uma liberdade intrínseca ofertada pela experiência de resistência em convergência com o processo metodológico de arte que ali se inscrevera.

Neste sentido, foi muito caro instaurar um cotidiano experimental de criação plástica que, ao mesmo tempo em que possibilitasse o desenvolvimento dos processos artísticos e as pesquisas individuais, também pudesse fortalecer o trabalho coletivo, a atmosfera de trocas instaurada como mote de criação e contaminação de pares. Agregada à prática de atelier, também nos engajamos em visitar exposições e mostras, e discuti-las extensamente, como prática já consolidada anteriormente pelos Centros de Convivência, inclusive.

Participamos de algumas exposições coletivas em uma cidade que já propiciara certas aberturas na cena de arte para a narrativa da saúde mental, e após dois anos de trabalho no L.E.I.A., lançamos a exposição “Pássaros que vivem avoando, vivem avoando sem nunca mais parar” (*Imagens 18, 19 e 20*), em 2015, na Galeria Mama Cadela, um espaço que está no intermeio entre a galeria de arte tradicional e a *underground*, uma exposição muito bem recebida pela mídia local, que fizera vasta cobertura, pela sociedade e público das artes, e ovacionada por trabalhadoras/es e famílias das/os convivas.

A Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte vem, desde que existe, buscando lugar para escoamento da vasta produção de arte dos Centros de Convivência, ocupando os Centros Culturais Comunitários da Prefeitura e outros espaços mais tradicionais como o Centro Cultural da UFMG, Funarte MG, Espaço 104, CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), com mostras de artes, audiovisual, performance, poesia e música. Dois eventos de maior porte promovidos

pela Rede são o “Festival da Canção” (*Imagem 21*), que acontece anualmente recebendo músicas das/os convivas dos CCs, onde uma banca de músicas/os da cidade seleciona os finalistas para se apresentarem no evento aberto ao público, em que são selecionadas três canções e suas/seus autoras/es premiadas/os, respeitando vários quesitos como execução, composição e performance.

E, juntamente importante, a “Mostra de Arte Insensata” (*Imagem 22*) que teve sua execução bienal durante três edições, sendo impossibilitada de continuidade pela falta de investimento público. A “Insensata” reunia exposições, oficinas, shows, palcos abertos e seminário de formação. O cunho revolucionário atribuído a ela, se fez justamente por oferecer à população uma experiência de convívio com a arte e a “loucura” através da liberdade de linguagem, transgressão artística, laços afetivos e sem discriminações sociais.

Ainda o desfile-ato-passeata do 18 de maio (*Imagem 23*), Dia da Luta Antimanicomial, realizado pelo Fórum Mineiro, ASSUSSAM e Rede de Saúde Mental, através da “Escola de Samba Liberdade ainda que Tam-tam”, reúne anualmente desde a década de 1990, convivas e trabalhadoras/es de todos os dispositivos da Política de Saúde Mental do município, militantes, estudantes apoiadoras/es, representantes de municípios vizinhos, movimentos sociais aliados, grupos de artistas parceiros, outros agentes culturais e a sociedade civil sensibilizada pela causa antimanicomial. O desfile é desenhado coletivamente, em reuniões semanais desde o início do ano. Pensa-se mote, conceito geral, conceito das alas, fantasias, banda e trios elétricos. O caminho percorrido pelo desfile são as vias centrais e principais da cidade, somando um contingente de mais ou menos 5 mil pessoas.

Uma cidade ocupada pela loucura, arrombada pela afirmação de outras racionalidades, de narrativas dissonantes, sustenta outras relações, outras partilhas, afirma que a arte pode ser um grande empreendimento de saúde, um grande e coletivo manifesto errante, pelas calçadas, esquinas e vielas da cidade alterada, ressignificada, fazendo outros grupos também terem direito a ela.

4.1 Sobre Bispos, Stelas, barcos, falatórios, invenções e resistências

A arte como exercício experimental da liberdade
(Mário Pedrosa)

A relação arte, vida e experiência da loucura, conceitos tratados ao longo dessas páginas, se desenvolve como uma tríade implícita para o exercício de cabimento de experiências dissonantes em uma sociedade moldada para aceitar somente normatizações culturais, padrões identitários e raciais bem definidos e saqueadores de existências múltiplas. Nessa dissertação fica marcado, como um ponto riscado, que a partilha se estabelece pela construção de outras epistemes, pela partilha do sensível, segundo Jacques Rancière (2005), como essência do campo relacional, pela retomada engajada de si junto a um coletivo.

A busca para tal construção pressupõe um campo de saberes – semântico, estético, ético e metodológico-analítico –, que não está contido no contrato da razão hegemônica branca eurocentrada, mas em razões outras que transitam por outras respostas, partilhas, práticas, desejos, culturas, povos e cosmogonias. Através dessa possibilidade de expansão das condições de produção de pensamento, linguagem e subjetividade, desenha-se um chão que se dignifica a ser pisado pela diversidade das experiências e multiplicidade das existências, das vozes, suas realidades e invenções compartilhadas, que em território de controle poderia ser pejorativamente reconhecido como delírio ou doença. Pensar no que representa o sofrimento mental nos meandros da cultura, no imaginário social, é pensar no que se entende como loucura e/ou a quem atende tal entendimento.

Já consideramos questionado o projeto segregacionista capilarizado na sociedade e capitalizado pelas instituições de poder. Projeto que serviu e serve a um recorte da população que representa o próprio poder, em termos de classe, raça e moralidade, sobretudo, um poder branco eurocentrado, de moralidade cristã. Este projeto sistemicamente abasteceu exclusões, e no caso do sofrimento mental, quando não internou nas condições criminosas constatadas, excluiu nos meandros das próprias comunidades. Assim, todas/os têm uma história de infância para contar da/o “doida/o de rua” que corria atrás das crianças, “a doida da porta da venda”, “o doido da rua tal”, etc, uma incapacidade social fabricada para não deixar caber e lidar com narrativas múltiplas e discordante.

Mas na relação proposta nesse texto entre arte, vida e a experiência da loucura, afirma-se uma tríade que busca respostas para a construção de possibilidades, para a possibilidade de escuta dessas vozes roubadas, caladas, dessas narrativas dissonantes embrutecidas pelos

biopoderes, suas instituições e expansões sociais. A ideia de poesia que trazemos aqui trafega exatamente no encontro entre arte/ linguagem, vida, produção de devir e experiência da loucura. Se constrói para além da palavra articulada, podendo se manifestar através de formatos distintos de linguagens ou no encontro híbrido entre elas. A poesia para nós é um modo de vida, uma forma de se relacionar com o mundo e de tangenciar a existência, podendo assim gerar pluralidades de discursos e relações. E pretendendo ajudar a fazer caber as emoções diversas, através do agenciamento da arte e da criação.

Joseph Beuys (Apud MAXWELL, 2019), artista visual, relacionando-se ao conceito de campo ampliado propôs a escultura social como a dimensão digna da existência humana como obra de arte. Beuys sobreviveu à 2ª Guerra Mundial, e através da resistência ao acometimento da sua vida, entendeu que a pauta arte e vida poderia salvar da morte das suas subjetividades e singularidades. A partir disto propôs a arte como uma política de afirmação da vida, de sustentáculo para vozes que historicamente foram interrompidas de falar sobre suas narrativas. A poesia e a linguagem enquanto modos de existir se manifesta na experiência de vida de Arthur Bispo do Rosário e Stela do Patrocínio, duas referências de resistências e atuação dentro das instituições manicomiais. São emblemáticas para o campo de conhecimento arte e saúde mental e assim também para a mediação em arte e linguagem que formou o grupo “Poesia é a nossa estrutura”.

Stela do Patrocínio esteve internada primeiramente no Hospital Engenho de Dentro, em 1962. Em 1966, foi transferida para a então Colônia Juliano Moreira, ambos no Rio de Janeiro. Neste último, onde esteve 25 anos internada, foram recolhidas suas falas, através da artista visual Carla Guagliardi (Apud PATROCÍNIO, 2009). Patrocínio não nomeava o que fazia de poesia, mas falatório, até porque imersa na represália institucional e igualmente no estigma da loucura, quem de fato se entenderia enquanto poeta (?). Apoiada na oralidade da linguagem verbal, fazia prova de que algum agenciamento mesmo que silencioso brotava falatório criador, por resistência, mas também talvez por conta de algo de certa ambiência de escuta, que já começara a ser construído com a presença de Carla Guagliardi e sua equipe.

Stela do Patrocínio fazia denúncia da estrutura hospitalar mortificadora, dos abusos de poder, das violências contra o seu corpo e dos seus pares, denunciava estupro, choque, excesso medicamentoso, insalubridade, internações compulsórias, regime prisional, corte de liberdade de ir e vir, de existir. Denunciava seu corpo sendo violado, sua subjetividade sendo suprimida, em vozes múltiplas que nenhum silêncio fétido poderia calar, posto que não calou:

Eu estava com saúde
 Adoeci
 Eu não ia adoecer sozinha não
 Mas eu estava com saúde
 Estava com muita saúde
 Me adoeceram
 Me internaram no hospital
 E me deixaram internada
 E agora eu vivo no hospital como doente
 (...)

O remédio que eu tomo me faz passar mal
 E eu não gosto de tomar remédio pra ficar passando mal
 Eu ando um pouquinho, cambaleio, fico cambaleando
 Quase levo um tombo
 E se eu levo um tombo eu levanto
 Ando mais um pouquinho, torno a cair
 (...)

Estar internada é ficar todo dia presa
 Eu não posso sair, não deixam eu passar pelo portão
 Maria do Socorro não deixa eu passar pelo portão
 Seu Nelson também não deixa eu passar lá no portão
 Eu estou aqui há vinte e cinco anos ou mais
 (...)

Aqui no hospital ninguém pensa
 Não tem nenhum que pense
 Eles vivem sem pensar
 Comem bebem fumam
 No dia seguinte querem saber
 de recontinuar o dia que passou
 Mas não tem ninguém que pense
 e trabalhe pela inteligência
 (...)

Dias semanas meses o ano inteiro
 Minuto segundo toda hora
 Dia tarde a noite inteira
 Querem me matar
 Só querem me matar
 Porque dizem que eu tenho vida fácil
 Tenho vida difícil
 Então porque eu tenho vida fácil tenho vida difícil
 Eles querem saber como é que eu posso ficar nascendo
 Sem facilidade com dificuldade
 Por isso é que eles querem me matar
 (...)

Eu já fui operada várias vezes
 Fiz várias operações
 Sou toda operada
 Operei o cérebro, principalmente
 Eu pensei que ia acusar
 Se eu tenho alguma coisa no cérebro
 Não, acusou que eu tenho cérebro
 Um aparelho que pensa bem pensado
 Que pensa positivo
 E que é ligado a outro que não pensa
 Que não é capaz de pensar nada e nem trabalhar
 Eles arrancaram o que está pensando
 E o que está sem pensar
 E foram examinar esse aparelho de pensar e não pensar
 Ligados um ao outro na minha cabeça, no meu cérebro
 Estudar fora da cabeça

Funcionar em cima da mesa
 Eles estudando fora da minha cabeça
 Eu já estou nesse ponto de estudo, de categoria
 (PATROCÍNIO, 2009. p. 43-61)

A poeta, dentro de uma estrutura de poder arcaica e punitiva, conseguira desenvolver marca poética diante da vida roubada, fazer falatório com cadências, entonações, pausas e performances orais singulares. É relevante aqui pensarmos na perspectiva de vida que Patrocínio traz nos seus versos, se comparada ao cenário das/os autoras/es do livro *Poesia é a nossa estrutura*, quando se diferenciam pela experiência vivida, pelo cenário ideológico onde foram produzidas, a primeira dentro de um manicômio e a segunda no contexto dos serviços substitutivos. A pulsão de vida que movimenta as palavras e os próprios questionamentos críticos são distintos, de um contexto de represália para um contexto de acolhimento, igualmente os versos e os verbos se distinguem entre a violência e a busca de si, mas se encontram enquanto corpo, palavra, existência e voz munidos de resistência.

Arthur Bispo do Rosário, homem negro sergipano, que inclusive dá nome ao Centro de Convivência da regional leste de Belo Horizonte (*Imagens 13 e 14*), é referência direta para o campo epistêmico arte e saúde mental, emblemático nas discussões sobre arte e como exemplo de transgressão estética para os convivas dos serviços relacionados, sobretudo nas oficinas de artes plásticas, mas também de letras e bordado. Bispo foi interno na Colônia Juliano Moreira, assim como Patrocínio, por aproximadamente 50 anos, com pouquíssimos afastamentos durante os 20 primeiros anos.

Isolado do mundo pela acusação de “delírios místicos”, reinventou sua vida a partir da criação, fez do espaço de isolamento e doença lugar de construção e organização do mundo. Determinou sua política para viver com o pouco recurso que a vida lhe permitiu e com tudo que lhe tirou. Todo material que se fazia disponível era usado como matéria para criação de objetos de arte, que desde a década de 1970 com as vanguardas artísticas podemos denominar de *ready-mades* e *assemblages*, composições, manipulações e ressignificações de objetos. Além de ser precursor na invenção de *ready-mades* e *assemblages*, Bispo também representou vanguarda artística na inauguração do diálogo das artes plásticas com a palavra e o bordado, e ainda na composição plástica híbrida que produzia desenhos com linhas, bordados com palavras, cruzamento de linguagens e sobreposições.

A feitura dos objetos era, como Bispo mesmo declarou, uma forma de organizar o mundo, atividade na qual se dedicou como um estado de vida, um constante estado de criação, construção de linguagem, performance, uma instauração híbrida de arte e vida. Neste estado,

teceu o manto que vestiria no “dia do juízo final”, bordando nele as palavras que narravam seus atos e pensamentos, desenhos que alinhavavam sentidos para a sua vida, imagens e significantes que transitaram pela sua história. Bispo também construiu um barco de madeira, remetendo à época em que foi marinheiro, que trazia tesouros recolhidos no cotidiano, ressignificava o próprio transitar, navegar pela vida. Ao anunciar que “um homem não pode viver sem um barco, sem um barco ele estará perdido” (Hugo Denizart, 1982), Bispo compreendia que sem um barco a existência não seria digna e possível.

Bispo morreu após um longo confinamento. Depois da sua morte, sua obra de vida passou a ser compreendida como arte, a fazer parte de exposições, bienais, livros e filmes, a ser memorizada, e junto dela muitas e distintas análises a respeito da conexão “arte e loucura”. O paradoxo perverso que se desenha aqui, e que é relevante tangenciarmos, é como um fazer posteriormente reconhecido como precursor de um saber específico e tão premiado na sociedade, pôde ser encarcerado como crime na mesma existência. Ou, que projeto é este de sociedade que reconhece e aplaude uma criação ao mesmo tempo em que aniquila a existência do seu criador. Ou ainda, onde estavam esses olhares descobridores da obra de vida de Bispo quando podiam tê-lo salvaguardado do confinamento antes da morte?

Estas e outras questões se relacionam à construção social advindas dos biopoderes e do projeto necropolítico, com todas as suas conseqüentes exclusões. A resistência, criação e invenção de existência feita por Arthur Bispo do Rosário e Stela do Patrocínio representam exemplos de vida, e também para o campo interdisciplinar arte e saúde mental. Dentro das políticas antimanicomiais contribuem muito, inclusive para que convivas hoje trabalhem para reestruturar suas vidas e agenciar junto das artes possibilidades de existir. A poesia se faz, assim, inseparável do território narrativo da liberdade, e essa busca se constrói tão urgente quanto a própria vida.

4.2 O corpo como “manifesto errante”: narrativas, performances e soerguimentos

É dito: pelo chão você não pode ficar
 Porque lugar de cabeça é na cabeça
 Lugar de corpo é no corpo
 Pelas paredes você também não pode
 Pelas camas também você não vai poder ficar
 Pelo espaço vazio você também não vai poder ficar
 Porque Lugar de cabeça é na cabeça
 Lugar de corpo é no corpo
 (Stela do Patrocínio)

Desde a institucionalização da loucura nos primeiros asilos e hospitais da história ocidental, esta é acionada como assunto apropriado sobretudo pelo domínio médico, e internamento é sinônimo de vigilância e punição pelas leis, contratos e constructos sociais. Os corpos-alvos eram, e ainda hoje o são em grande parte, entendidos como “alienados, devassos, dissipadores, blasfemadores, libertinos”, afirma Foucault (1972, p. 116), então submetidos ao internamento não como função de tratamento, mas com uma condenação, um prazo para o seu arrependimento, uma punição moral ao “desarranjo nos costumes e no espírito”, ao desatino. A hospitalização da loucura não deixa nenhuma perspectiva que poderia ser traçada fora da doença, dos remédios e da eventual cura, a dita alienação teria para tal entendimento um caráter patológico, advindo de uma imoralidade incurável, que por assim ser, só poderia ser punida, o internamento destina-se a corrigir, por isso seu aspecto prisional.

Mas os complexos asilares e hospitalares são falhos inclusive para seu projeto de contenção, justamente porque existe algo na “loucura” que a medicina e a prisão não podem conter, que pertence ao domínio da experiência, jamais esgotável no conhecimento clínico-psiquiátrico. A institucionalização da/o “loca/o” foi um investimento das instâncias médicas, prisionais e históricas de poder, controle e alienação, uma colonização desta experiência, quando se entende que a loucura seja em si um movimento de vida, passível de risco e erro, que também pode acionar ferramentas múltiplas de imaginação e invenção para um negociar com a existência. Mas a leitura e o lidar com a experiência da loucura em muitas sociedades também se torna fator de sofrimento, o que retroalimenta o estatuto de doença em relação à experiência.

Os constructos sociais tais quais estabelecidos pelos padrões ocidentais e, na experiência do Brasil, tendo sofrido ainda com a ocorrência da colonização, têm como base fundante uma estrutura de pensamento, comportamento e cultura pautada na represália de muitos grupos, em nome da totalidade da razão única, oficial e científica, e em detrimento da experiência de outras razões, que talvez pudessem responder com mais efetividade e produção de sentido às

alteridades e singularidades dos sujeitos, ao mesmo tempo em que às possibilidades de alicerçamentos, pertencimento e identidade de grupos e comunidades.

A arte então foi acionada como potência transformadora, como componente orgânico para a construção de possibilidades de vida, de vínculos, representações, partilhas do ser para com a existência. A arte traria a oferta para o agenciamento de um estado fluido de criação, um estado poético que poderia ser acionado nas relações do sujeito com o mundo que o cerca e que nele influi. Poderia ser a arte uma movência e provedora de recursos que facilitariam as negociações subjetivas, relacionais e socioculturais, tornando-as mais possíveis. Naidna de Souza anuncia em *Poesia é a nossa estrutura* (livro): “Poesia - tudo podemos com essa que nos fortalece”, como se portasse um amuleto que a munisse de força para trilhar seu caminho e que, ao mesmo tempo, este exercesse sobre ela, ou melhor, sobre “nós” enquanto seus pares, um fortalecimento, um estabelecimento de capacidade, de potencial para os enfrentamentos.

A este respeito, o dramaturgo, ator e diretor José Celso Martinez Corrêa fala sobre a instauração de algo como um “estado de criação” que supere os condicionamentos hegemônicos instaurados pelas instituições de poder, no controle do nosso imaginário, capacidade de invenção, movências do corpo, pulsões de vida e desejos, e assim emancipe o ser, como uma nova política para o existir. Assim podemos retomar ao conceito de poesia como modos de vida, já que expropriar da supressão das subjetividades e singularidades significa dar respostas de re-existências das próprias condições de vida, de escolha em existir corpo em decorrente criação, a despeito do aniquilamento tracejado pela sociedade, e como possibilidade de se fortalecer diante desta.

Ao mesmo tempo, esse “estado de criação”, além de gerar um posicionamento transformador para o ser nas relações consigo mesmo, com o outro e com a sociedade, também pode criar outras movências, em relação às respostas desta sociedade. Quando a presença do sujeito e do grupo emancipa suas existências, também convoca a sociedade para que se reveja, causa reações e alterações nos padrões culturais de relação com o grupo, fazendo aparecer os ferimentos sociais e as possíveis ressignificações. Criar se faz, assim, lutar. O discurso da criação como mais uma ferramenta clínica ultrapassa o esperado, e passa a gerar consequências para além da terapêutica, passa a gerar perspectivas, pulsões, planos, devires. Como constatou Gilles Deleuze (1997), entendemos que no ato de criar, em estado de criação, o ser se encontra em um devir artista que o afasta da doença.

A doença, para a nossa leitura, ultrapassa a imposição determinista da clínica, e é somada também a um mal-estar em relação às influências da civilização. O sofrimento individual é, portanto, também coletivo, quando excede o sujeito desde a origem até as

implicações reacionais. E a condição de sofrimento influi diretamente na psique, mas também no corpo, nas reações emocionais, no campo relacional, na produção de subjetividades e na vinculação de sentidos. Insurgir do sofrimento é possibilitar outras relações emocionais diante de uma estrutura civilizatória que permanece excludente e reativa nas entranhas e imposições cotidianas, segundo o pensamento de Sigmund Freud (2010).

Para dialogar com esse pensamento, trazemos a experiência da Rede de Saúde Mental de Salvador/BA, através das figuras de Girlene Almeida e Raimundo, ambos retratados em filmes do diretor Talbert Igor em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Saúde Mental (NISAM/ ISC/ UFBA). Girlene Almeida, artista plástica, atriz, militante e usuária da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Salvador, declarou no filme sobre a sua vida *Eu sou aquela planta seca, mas que está viva* (Talbert Igor, 2019): “Eu não tenho medo de ser louca, eu tenho medo de ser enlouquecida por esse mundo aí, mas da minha loucura eu mesma cuido (...) eu sou assim, eu sou aquela planta seca, mas que está viva.”

A análise da estrutura de sofrimento através de uma leitura biopsicossociocultural parece trazer uma perspectiva mais complexa para enxergarmos as relações do sujeito com a experiência da loucura. As interseções entre os campos da biologia, psicologia, sociedade, história e cultura costuram-se para compreender o sofrimento mental, porque formam juntas um emaranhado de nuances que constroem a situação psíquica-emocional de sofrimento, “de modo a fazer ressaltar, sucessivamente, um ou outro elemento, à moda de uma gestalt”, como colocado por Mônica Nunes (2012, p. 912). Considerar a integralidade dos fundamentos do sofrimento mental poderia facilitar a lida com os sujeitos em sofrimento e contribuir para a reconexão dos seus laços sociais.

O estudo de alguns desses aspectos tem evidenciado a possibilidade que eles abrem a uma posição de maior compreensão, comunicação, respeito, ou acolhimento da diferença. Esses estudos reposicionam sintomas como dimensões da experiência subjetiva e social, restituindo-lhes a possibilidade de fazerem sentido dentro de uma lógica relacional e humana. (NUNES, 2012, p. 910).

Este reposicionamento tem relação com a estrutura ética do cuidado com o sujeito e seu sofrimento, como com todo mal que pode perseguir sua saúde emocional e clínica. Assim, a aplicação dos recursos deve ser pensada, sobretudo, a partir do exercício da alteridade e da consciência de que as psicopatologias dizem muito sobre os posicionamentos coletivos, e podem tensionar ou distensionar as situações de sofrimento e mesmo as condições de estabilidade em relação a todo sujeito e não apenas àquele em sofrimento mental. O sofrimento mental é um constructo, e o cuidado deve tangenciar as origens e não apenas o cessar dos sintomas.

As análises empreendidas (...) favorecem a apreensão da atmosfera cultural e do ar do tempo que matizam a experiência coletiva de mal-estares e formas de sofrimento a partir de um campo semântico e pragmático que as circunscreve. Como campo semântico e pragmático, entendemos um conjunto de valores, símbolos, construções de pessoa e modos de fazer compartilhados e produzidos em contextos sociais definidos a partir de uma conjuntura histórica, que envolve relações de poder e econômicas, semelhante ao que Foucault chama de dispositivos ou práticas discursivas. Nesse caso, sintomas e patologias subscrevem valores morais e se situam em relações sociais concretas, refletindo e participando dos jogos de posicionamento social e sofrendo os efeitos dos seus conflitos e dinâmicas sociais.(...) As descrições antropológicas das formas pelas quais essa densa textura do social interage com sintomas psiquiátricos informam acerca da inelutável constituição multifatorial das doenças mentais: na construção histórica do normal e do patológico; nas condições materiais da sua experiência e conseqüente incorporação das mesmas nos seus sintomas, ou no desvendamento da sua compreensão; na recuperação dos recursos biológicos na (re)tessitura de laços sociais; nos interesses socioeconômicos em jogo na economia das terapêuticas e da produção das doenças. (NUNES, 2012, p. 906-909).

Nesse jogo biopsicossociocultural, a dimensão cultural se inscreve no sentido de mensurar, orientar e mover as relações das sociedades com suas alteridades, dentre elas a experiência da loucura. Se difere de uma sociedade para outra, de um tempo para outro, mas também nas comunidades circunscritas dentro de uma mesma lei moral e sociocultural, muitas vezes como um recorte destoante da supremacia social. Assim, os recursos culturais e simbólicos dos quais se lança mão para a relação com as alteridades, o trato e o laço afetivo estabelecido, também dependem da cosmogonia inscrita, das interpretações e formas de se manejar os recursos.

Os usos desses recursos aparecem como formas de nomear, significar, tratar e negociar com os vários sofrimentos da alma, e tendem a problematizar os regimes de verdade naturalistas. (NUNES, 2012, p. 913)

Outros modos de existir, muitas vezes contra-hegemônicos, se tornam um estabelecimento de outras racionalidades, de outros modos de lidar com a loucura, como experiência complexa, como mais um componente da complexidade humana. E a alteridade se faz como necessidade de compartilhamento e trato com essa experiência, ativando novas possibilidades de vínculos socioculturais, emocionais, existenciais, relacionais, afetivos e, portanto, epistêmicos. Novas reações à sociedade e à civilização produzem outras respostas ao padrão, e conclamam outra linguagem, outro modo de pensar a vida, outras partilhas de pensamento.

Neste sentido, a/o sujeita/o deixa de se entender obrigada/o a responder ao padrão, a responder a quem Naidna de Souza nomeou como “eles”, e “eles” passam então a não poder mais dizer o que pode ser dito, por quem pode ser dito, onde o sujeito deve estar, por onde cada corpo pode ficar, qual o lugar de cada cabeça. O que Stela do Patrocínio conclama no poema epígrafe dessa subseção, tem relação com esse lugar da linguagem e do desejo, relação com a

singularidade das vontades que não podem se estabelecer por conta das limitações dos pactos socioculturais e institucionais. A instituição da loucura executa a exclusão dos desejos, das criações e invenções de outras cosmogonias, de outros pactos subjetivos e movências.

Diante da institucionalização da loucura, da coisificação das subjetividades e da aniquilação das alteridades, a poesia, a linguagem poética, a experiência da arte, se colocam como um direito mínimo. Se por todos os lados que olharmos para as tramas sociais, nos sentirmos cercados, muralizados, é preciso que o direito à transgressão subjetiva nos seja resguardado, no mínimo por sobrevivência. Mas é justamente pela instauração da miséria humana por parte dos dominadores das instâncias sociais, que não se instaura apenas a escassez dos recursos sociais – bem como materiais – básicos, mas também a privação de todo recurso e atividade subjetiva, que poderia agenciar o alicerçamento do ser à vida no sentido de tentar suportar as faltas estabelecidas pela condição civilizatória imposta.

A arte se faz assim munição, recurso de resistência e re-existência sociais. Augusto Boal (1991), ator e diretor, quando propôs o Teatro do Oprimido, munia-se também das experiências e discursos das vanguardas artísticas do século XX, e dialogava com o Teatro Pobre de Jerzy Grotowski e com o Teatro da Crueldade de Antonin Artaud (2006). Este defendia um teatro que fosse duplo da vida, ritualístico, que se voltasse às formas teatrais originárias das culturas. É sua noção de Arte e Vida que foi largamente utilizada desde então nos campos das artes para estreitar as relações entre elas, entendendo a arte enquanto experiência e a vida movida pela arte. Para a experiência que trazemos elas se tornam uma palavra só – Artevida - porque se fundem igualmente em significante. Grotowski (Apud PONTES, 2009), por sua vez, anunciava um teatro que abolisse supérfluos acessórios, que se voltasse para a reinvenção de arquétipos, um teatro que perturbasse suas testemunhas. Ambos apontavam para a destituição do espetáculo, para a atenção à teatralidade, ao corpo como elemento central, plástico, que deveria comunicar até mesmo sem o verbo, sem a palavra articulada.

Boal subverteu a modernidade europeia dessas e de outras influências, se abastecendo delas para transcender o palco italiano, a distância do espectador, a transgressão de elementos espetaculares que mantinham a arte afastada da vida. Fez então política quando ofereceu ao sujeito comum o direito de atuar, quando desconstruiu a cena e confundiu verdade e mentira. O Teatro do Oprimido foi inaugurado e ainda atualmente é aplicado como subversivo, tanto como um recurso político que democratiza o sistema de arte, de formação, fabricação e comunicação de discursos, quanto para o *métier* elitista das artes, que precisou chamar de ator o cidadão comum.

O Teatro proposto por Augusto Boal inaugurou no Brasil um espaço democrático para muitas vozes, para o encontro de grupos narrativos que acharam caminhos de soerguimento pelo reconhecimento de pares, da performance, da representatividade, da construção narrativa advinda das suas histórias, do reconhecimento e valorização de si, do ofício de atuar e do lidar com a substância cênica como recurso político, como discurso. Boal formou multiplicadores que reverberam durante várias gerações e em distintos espaços sua metodologia discursiva estética e politicamente inclusiva. O Teatro do Oprimido é um exemplo de como narrativas dissonantes podem se soerguer e re-existir por meio da arte, e também é exemplo de como o binômio arte-vida constrói tecnologia e existência utilizando-se da performance.

Para a experiência “Poesia é a nossa estrutura”, o Teatro do Oprimido é um alicerce, porque demonstra uma das primeiras experiências de arte e linguagem onde as/os atoras/es representam um grupo negligenciado, oprimido pela sociedade, que cria e produz linguagem a partir da sua narrativa, e essa produção é divulgada enquanto arte.

Paul Zumthor (2007), por sua vez, quando fala da poesia e da oralidade, evoca uma forma de estar no mundo, de se relacionar, comunicar, de se portar. Entende que poesia não é apenas a palavra articulada, o verso, a escrita, e nem mesmo a oralidade, mas algo que atravessa, ao existir no transversal da relação entre o fazer e o ser, entre a existência e o ofício. Como o repentista que tem no verso o ofício, e também a narrativa da sua vida, do que o circunda, logo, quando versa, performa a própria vida. O verso e o ato de versar são assim a essência do viver, que não termina onde a vida começa, mas se enlaça a todo tempo com ela, e faz da poesia a performance da existência. Este emaranhado entendido por Zumthor quando lê a oralidade do cantador de rua, também se relaciona ao Teatro do Oprimido, a esta performance enlaçada na vida, a arte como experiência, a criação e a linguagem enquanto duplas da existência.

A poesia se faz, assim, algo como um modo de estar no mundo, que transgride a literatura em forma, entrecruza linguagens e soergue se construindo performance. O corpo sendo significante que exprime fala enquanto trafega transformado por sua emancipação, performa conquista. As vozes, a partir do mesmo movimento, deixam de significar delírio esquizofrênico e, emancipadas pela linguagem, produzem discurso e se reorganizam cabíveis na fala e no corpo.

Raimundo, anteriormente trazido enquanto personagem retratado no filme do diretor baiano Talbert Igor, é também ator do grupo de teatro Os Insênicos (Salvador-BA), usuário da RAPS e da Rede de Saúde Mental do município de Salvador/ BA. Trazemos a experiência de Raimundo para dialogarmos mais uma vez com outras iniciativas de arte e saúde mental, e

especificamente com influências do Teatro do Oprimido, que geraram reconhecidas benesses à vida de pessoas em sofrimento mental. Raimundo explica no filme sobre sua vida *O monstro brilhou comigo* (Talbert Igor, 2019) sobre sua relação de soerguimento através do teatro:

[o teatro] fez de mim um sujeito que tem nome e identidade, começo, meio e fim (...) é uma loucura que deu certo (...) eu tenho a capacidade hoje em dia de acordar e saber que não estou bem e saber o que fazer (...) eu fiz uma junção na minha vida do teatro, o serviço substitutivo CAPS e a minha religião, o Candomblé. Eu fiz uma junção disso tudo pra modelar esse sujeito que sou hoje, eu tenho a plena capacidade de saber quem eu sou, eu sou Raimundo. (Talbert Igor, 2019).

A experiência da arte tem devolvido dignidade de vida para essas pessoas que foram agrupadas socialmente pelo paradigma loucura x normalidade, e que tiveram suas existências violadas pela violência dos maus-tratos, tanto institucionais quando socioculturais. É possível perceber as movimentações que têm sido feitas para a reconstrução de vida, a partir da política de base até as conquistas e investimentos públicos. Todo este movimento influi diretamente nos alicerces do pensamento, nas condutas de escuta e de vozes historicamente silenciadas que têm voltado a se erguer e produzir discurso. Assim, segundo Naidna de Souza em *Poesia é a nossa estrutura* (livro), “hoje nós estamos libertos pela arte”.

4.3 A defesa pela linguagem banida, pela poesia de margem, expandida e fronteiriça

O que poderia ser mais importante do que a poesia?
Tudo, mas não é.
(Naidna de Souza)

Ao afirmar que nada pode ser mais importante do que a poesia, Naidna de Souza sustenta a arte e suas linguagens como mecanismos imprescindíveis na busca e proteção do sujeito, sustenta a potência de vida guardada no estado de poesia, na experiência da arte.

A poesia, sobretudo como experiência, gera consequências tanto para os universos individuais quanto para os coletivos. Em um nível individual, provoca algo como “catarses individuais”, instrumentalizando a realização existencial da/o própria/o poeta, que através dela se organiza, afirma e negocia com a humanidade e o universo. A poesia tem um caráter efetivo de transformações dos sujeitos na relação com a sociedade, influenciando na sua capacidade de senti-la, pensá-la e agir sobre ela.

Por isso que, em estado de poesia, elas [as pessoas] influirão sobre outros indivíduos (a poesia ensina) até contribuírem para a modificação da tradição ética da sociedade. O poeta deve formar sua própria ética no entrelaço de sua luta contra o universo. (FAUSTINO, 1976, p.57)

Nesta perspectiva, a vivência da poesia estimula a sua própria propagação, além de uma ação política para o ser diante do que o cerca, devolvendo a este interesse íntimo de ressignificar e interesse social, e contribuindo para construir laço entre sujeito e sociedade. Tal nova ordem ética estabelecida oferece ao sujeito emponderamento, reconhecimento de si e das suas capacidades, a partir de um “conhecer poeticamente o mundo”, nos termos de Faustino (1976).

Ainda em Faustino, ao mesmo tempo, em um nível coletivo, a experiência poética age sobre as pessoas como notícias de cataclismos e revoluções, tamanha sua intensidade e capacidade de movência, contribuindo ativamente para a formação de utopias, de onde podem brotar sistemas de vida, ideias, criação de um clima social e alimentação de um movimento pautado na transformação das coisas que o circunda, dos laços sociais.

A poesia vem ao lápis nesta noite fria
e conforta o coração de quem sofria
Com um copo de café ao lado imagino
a fumaça trançando seu rosto maquiado
Coloco as letras pra fora e presumo que realmente
você não está lá fora
Minha mente perturbada te adora
rimas e versos você me dá vitória
(Cris Gomes)

A poesia atua na reinvenção e contribui por redefinir o espelho do sujeito, seu olhar e reconhecimento de si mesmo, enquanto reestabelece vínculos relacionais e sociais, a partir de uma ética poética compartilhada. Retomando Faustino, a poesia inventa, e seu caráter de invenção perfura a vida nas suas instituições simbólicas, sociais, culturais e relacionais, partindo da consideração do poema como um objeto vivo, na medida em que age sobre as consciências como palavras vivas, como palavras coisas, que se agitam e modificam o que existe. O estado poético ou a experiência da poesia se fazem movimento, não se estabelecem como algo estático, propício à uma fruição passiva. A poesia, a linguagem poética, a palavra e sua estética se articulam movimento a todo tempo, porque vivem nos emaranhados da escrita, da leitura, interpretação, representação, comunicação, criação de pensamento, produção estética, invenção de sentidos, arte. Todos os mecanismos de movimento da linguagem são mecanismos vivos, nunca exatos, influem e transformam a si como a tudo o que existe. A linguagem se constrói assim como um organismo vivo, como as palavras, palavras coisas. “A poesia é a matéria do desejo”, como Jet afirma no livro *Poesia é a nossa estrutura*.

Retornando a Faustino, a linguagem, porque movimenta, modifica, perfura os padrões e reestabelece éticas, se faz utensílio único e requisito indispensável ao desenvolvimento da cultura. Na tessitura dessa linguagem-movimento, dona de si, transformadora da língua assim como do pensamento, a comunidade que a utiliza como pauta também se ressignifica, se emancipa e proclama. Essa resposta coletiva vem ao encontro do conceito de “comunidade inoperada”, criado por Karl Marx e aplicado na literatura por Jean-Luc Nancy, que responde à experiência “Poesia é a nossa estrutura” em relação ao lidar com o estado poético como um projeto ético coletivo e também na relação política fundante do Centro de Convivência.

Aqui analisamos então a política de saúde mental antimanicomial de BH e sua estrutura de Rede, o que quer dizer que é a consciência política da existência desta Rede e a concordância da própria comunidade, que constrói emponderamento, consciência coletiva, proatividade e disposição para o envolvimento nas atividades propostas pelo grupo. Ademais, a intimidade, gerada pela política pública estabelecida, com a experiência da arte e o universo da linguagem, também contribui para uma pré-disposição favorável do grupo em relação às atividades e coletividades propostas. Assim, a consciência da comunidade antecede a prática literária, o que gera uma consciência coletiva em que todas/os as/os agentes vão se movimentar pelo bem estabelecido do grupo, e desta forma, inaugura-se uma comunidade inoperada.

Também possível de ser aplicada ao grupo “Poesia é a nossa estrutura”, dentro do pensamento da comunidade inoperada, é a análise da invenção de modos de existir. O nascimento da literatura dentro do espaço coletivo se dá como uma resistência, como uma língua inaugural, um novo modo de pensar, que se quer resposta à coletividade tanto quanto à articulação das singularidades dos indivíduos. As narrativas se inscrevem na estrutura e forma desta comunidade, gerando assim uma certa resistência coletiva, uma ambiência à capacidade de reinscrição da vida, de afirmação de existências e discursos. Esta por sua vez, então pode também agenciar a necessidade coletiva de reconhecimento, pertencimento e identidade, ao mesmo passo que responder à partilha de vozes, às alteridades. E a literatura, poesia, linguagem, fazer criativo, nascem justamente como consequência dessa articulação entre o comunitário, as singularidades e a busca de reinscrição resistente.

A comunidade rasura então a sociedade, e o grupo comunitário da saúde mental, sobretudo quando tem respaldo público para se organizar, faz das ranhuras novos desenhos. A organização estratégica enquanto grupo de resistência, como a Rede de Saúde Mental de BH, contribui no reerguimento de corpos que estavam historicamente lançados às margens, nas valas da sociedade. O “maluco da praça”, “a fulana doida da beira do rio”, “a sicrana da venda”, passa não só a ressignificar seus corpos, vozes, nomes, como a própria margem. Assim ensinam

muitos grupos que têm se reorganizado e inclusive reutilizado termos banalizados e pejorativamente usados pela sociedade. Maluca/o, doida/o, louca/o são termos metonimicamente construídos para nomear as pessoas sem nomes, os corpos sem lugares. Hoje são termos cada vez mais reutilizados pelas/os usuárias/os dos serviços de saúde mental, não como depreciativo de si mesmas/os, mas como rearranjos da língua, ressignificação, devolutiva à sociedade da utilização a favor de uma nomeação que foi consolidada contra as mesmas existências.

Ressurgir desta não-nomeação é o mesmo movimento de ressurgir deste não-lugar para o estabelecimento de lugares que agora serão habitados pela loucura, não como linchamento social, mas como direito à cidade, direito à sociedade. Uma habitação agora não mais banida, mas performática, política, ética, que convoca à partilha das alteridades.

Em resistência, uma resposta de vida diante do aniquilamento se faz a partir da reinvenção deste lugar marginalizado, na reestruturação dos corpos banidos, em um processo de cura de feridas abertas. Corpos com vozes arrancadas se reinscrevem na existência enquanto potência motora, sensível, dilatada para uma ressignificação de si mesmos e da própria margem, da vala, da esquina, da encruzilhada, transformando o não-lugar ou o lugar negado em assentamento de forças resistentes para a construção de novas existências. A beira da estrada se faz agora lugar afirmativo ou, como queria Naidna de Souza em *Poesia é a nossa estrutura* (vídeo-poema), “o mundo é uma saga poética”.

Essa língua distinta, esses outros modos de existir, em outros *locos* de saberes, e porque não em outras literaturas, mesmo que ainda desautorizadas pelos poderes socioculturais hegemônicos reivindica vida, expansão, e constata diante de tudo o que já lhe fora negado, que ela vingou. Essa outra língua não significa conjunto de palavras e sentidos articulados, mas conjunto de pessoas, narrativas e diferenças. Também não significa léxico definidor, mas construção e transformação constante. Quando pensamos em uma outra poesia, pensamos em outros modos de existir e negociar com a vida, roubada e reinventada, as negligências e as possibilidades criadas. A poesia existe dialeticamente ao ser, ou como queria Naidna de Souza em *Poesia é a nossa estrutura* (livro): “A cultura da poesia está dentro de nós”.

Nesse momento trazemos Naidna de Souza com o devido destaque já ressaltado anteriormente, por força definidora de sua presença no grupo “Poesia é a nossa estrutura” e porque através dos seus versos podemos respaldar muito do que se desenha como argumento aqui. A poeta personifica muitas vezes essa poesia que atravessa a margem e brinca sobre a encruzilhada. Onde a palavra e a margem parecem ser da mesma matéria íntima e pertencê-la.

Palavra
São sete letras jogadas no ar
Sete letras sim
(d e s) o r d e n a d a s
(Naidna de Souza)

Quando a dose do remédio foi mais forte e a cabeça pareceu “vazia”, no seu termo, a poeta escreveu:

Eu não sei o que pensar
Estou com a cabeça vazia
Vem pensamento, vem
Eu quero te juntar e fazer um poema
Vem pensamento, vem
(Naidna de Souza)

Quando a cabeça estava cansada e não tinha pauta para propor, ela dialogou com a falta de ideias, como se estivesse caminhando devagar na caça delas, como se falasse com elas:

Ideias
de
onde
vem
as
ideias
ideias vem
ideias vão
Ideia, porque você não pára,
ideia?

Eu quero te conhecer
eu quero te mostrar
(Naidna de Souza)

Em dias mais introspectivos, Naidna de Souza escrevia de forma mais existencialista, mas mantinha a atmosfera da leveza, da intimidade com os saberes que circundavam a existência, as palavras e a língua:

OS NOSSOS EUS
Eu, o que é o Eu?
Eu, de onde vem o Eu?
Eu, onde foi parar o meu Eu?
O que vem depois
do eu?
(Naidna de Souza)

Em uma manhã fria, com o vento gelado, o grupo quase todo se ausentou, e Naidna teve mais espaço para versar como gostava de fazer. Ela versava e eu transcrevia, também captamos

o áudio para que não perdêssemos os versos. Naidna tecia com suas linhas nossas manhãs e trazia assim mais poesia para nossa leitura de vida:

Linhas

Há muitas linhas e cada uma tem o seu sentido
 Há a linha do horizonte que é a linha de maior profundidade que vemos ao fundo
 de uma paisagem
 Essa linha é onde o sol nasce e onde ele se põe
 É a linha da contemplação da realização do imaginário
 A linha do horizonte é onde o olho repousa
 onde ele vê novas perspectivas

A linha do Equador é a linha que divide o Mundo: Mundo Norte e Mundo Sul
 Separa o rico do pobre o branco do preto o claro do escuro
 uma linha de penumbra
 uma linha sombria
 entre quem manda e é mandado
 Uma linha entre o choro e o riso
 entre a saúde e a doença
 entre o louco e o são
 Uma linha que separa realidades
 Uma linha imaginária pode se apagar?

A linha de tecer pode fazer coisas maravilhosas também
 Pode vestir desde o bebê até o idoso
 Pode costurar emendar coser remendar bordar construir criar
 não só a matéria mas a mente
 Pode também inventar lindos planos
 Planos mirabolantes
 Ela supera o tempo e a sua própria linguagem

A linha da escrita
 É uma linha que sai de dentro do ser e dá forma ao íntimo
 É a linha que fala
 que esclarece através da palavra
 que conta seu pensamento
 que conta tudo que pode e o que não pode
 que te transporta para a lua e para o abismo
 A linha da escrita não tem limite
 sobe e desce conta riso e lágrima
 te faz transgredir
 A linha da escrita é a mesma linha da vida

A linha do risco
 é a linha da arte
 a linha da criação
 a linha onde tudo é processo
 e não se tem conclusão
 é a linha do porvir
 da matéria da elaboração
 a linha da corda bamba
 onde não podemos mais fugir uma vez que a-riscamos

A linha da vida tem muitos sentidos
 ela vem desenhada na palma da mão
 e você pode mudá-la esticá-la tecê-la traçá-la remendá-la pintá-la
 A linha da vida é a linha mais mutável
 Ela é como água como terra como ar como fogo como carne como
 espírito como vida como morte

Ela depende de como você traduz
a própria vida

A linha da morte
Eu já passei por ela
e saltei dela
entendi que transcender a morte
quer dizer vida
(Naidna da Souza)

A ideia de poesia que sobretudo Naidna de Souza fez afirmar foi aquela possível de ser percorrida como um universo plural que faz comunicar dialeticamente e criativamente as realidades externas e internas, inventando formas de cabimento de existências e, concomitantemente, reconstruindo a arte e a experiência da linguagem, infringindo e modificando-a também. Somos por essa poesia de encruzilhada, de margem, de banco de praça, de porta de venda, de casa mal-assombrada. Somos por essa poesia que responda às pluralidades e ao mesmo tempo às singularidades de cada um(a), à língua que destoa, à palavra que arranha. Somos pelos lugares e narrativas ressignificados porque precisamos dar respostas à vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TUDO É CAMINHO - PLANTAMOS UMA ÁRVORE, MAS QUEREMOS EXPANDIR A FLORESTA

Nós que acreditamos na Liberdade
não podemos descansar até que ela seja alcançada!
(Ella Baker)

Quando um povo, um grupo social se reconhece, se reestabelece diante dos enfraquecimentos históricos que agiram sobre ele, violando sua existência, e em um movimento de mote compartilhado, convoca a sociedade a se reaver com suas dores, reivindica seu espaço de fala, de devir e porvir. É preciso que os recursos escolhidos para essa reconquista de si e da comunidade diante da represália social sejam assegurados, é preciso que se construa a garantia destes recursos, como um direito conquistado, como uma negociação retomada com a excludente sociedade.

Em nenhum momento durante o desenvolvimento desse texto negamos a existência do sofrimento mental, uma existência que inclusive definimos como estruturalmente biopsicossociocultural, segundo termo trazido por Mônica Nunes (2012). Mas sim cobramos que o mal histórico causado pela sociedade no trato paradigmático com a loucura, assim como nas instâncias de poderes público-privado patrocinadoras dos manicômios e da supremacia psiquiátrica de abordagens violentas e sabidamente genocida, seja reparado.

Se as instituições abrandaram suas abordagens e hoje não temos mais em território brasileiro um Hospital Colônia como o de Barbacena/ MG, que matou 60 mil pessoas, isto primeiro deve-se a um movimento antimanicomial nacional muito bem articulado e organizado. Segundo, sabemos que estas mesmas instituições, ainda servis dos biopoderes, se reaparelharam sistemicamente na manutenção e perpetuação da mesma lógica de exclusão, lucro e extermínio dos “Outros” apontados pelo “ser humano oficial”, a serviço da necropolítica. Atualmente se rearranjaram, por exemplo, na “guerra às drogas” e na aliança com a igreja evangélica, se estabelecendo como os novos manicômios quanto à lógica de isolamento social, internação compulsória, abuso medicamentoso, ausência de acolhimento e cuidado, e de um projeto de acompanhamento psicossocial e terapêutico.

Na contramão desta lógica abusiva, lucrativa, articuladora de instituições de poderes sociais e fornecedora de contribuições para a permanência das exclusões e hierarquias sociais, os movimentos antimanicomiais se constroem por diversas vias públicas, através de apoios e subsídios ainda não definidos como projeto de Estado, como deveria.

A escolha de afirmar e discutir a Política de Saúde Mental do município de Belo Horizonte/ MG se faz importante para que localizemos os avanços que podemos fazer no trato, assistência e acolhimento ao sofrimento mental, ao sujeito e à sua família. É relevante perceber que a convergência de possibilidades que contribuíram para que em BH se estabelecesse uma rede complexa com respaldo para de fato substituir a lógica manicomial. Mas também é importante que essa constatação não paralise a busca de outras articulações, não nos deixe passivas/os à espera do ambiente político ideal. Esta experiência mostra sobretudo a capacidade de invenção a partir do “nada”, do vazio, do não-lugar, da não garantia. Afirma mais uma vez a força advinda de uma comunidade organizada para inventar seu lugar, e mais do que isto, reinventá-lo cotidianamente e renovar suas tecnologias e metodologias sempre que preciso.

Como política municipal, a Rede em BH também fica exposta a interesses divergentes, ao projeto que o governo municipal atual representa. Nos últimos mandatos não só municipais, mas também sob influência dos estaduais e federais, muito retrocesso aconteceu em relação aos recursos que pareciam já estabelecidos. Perdendo-se portarias e garantias de direitos, se enfraquece as conquistas, sucateia-se os serviços até que estes se declarem sem subsídios para continuar, e então a justificativa para o desmonte se faz armada. Resistir diariamente, ano após ano, para que os serviços da rede se mantenham, permanecendo fortes e transformadores é uma luta cotidiana, assim como em outras experiências antimanicomiais que se estabeleceram como política pública ou programas com articulações afins.

Defender as práticas das artes e linguagens como indispensáveis para um serviço substitutivo antimanicomial, até internamente nestes serviços por vezes é entendido como supérfluo. O pensamento estático e arraigado é de que talvez urgente seja mesmo garantir o estabelecimento do serviço substitutivo clínico e psicossocial e, quem sabe de maneira secundária, pensar nas atividades artísticas. Nem sempre se pensa no estabelecimento deste serviço incluindo à clínica, assistência e arte. Ou ainda compreenda que a clínica deva ser ampliada, e que essa expansão também diga respeito à arte.

Talvez aí esteja um diferencial do nascedouro da política de Saúde Mental de Belo Horizonte, onde o primeiro Centro de Convivência começou como um espaço de criação dentro do Hospital Raul Soares e a partir da resposta positiva daquela experiência, lutou-se para que a arte fosse um membro, um braço dessa árvore frutífera originada pela Rede de Saúde Mental do município. O Centro de Convivência e CERSAM são dispositivos que caminham juntos, a arte e a atenção psicossocial caminham juntas e se sabem codependentes.

A garantia da arte é direito de fala, entendemos, é construção de mundo, de vida, de projetos de existência e felicidade, de negociação com as circunstâncias e com o sofrimento.

Fazer arte é construir devir, é ampliar a conexão com a realidade, ampliar o repertório relacional, é inventar modos de existir, modos de partilhar. A partir deste preceito categorizamos este trabalho através dos marcadores “Árvore”, “Luta” e “Artevida”, nos apoiando nos significantes essenciais à experiência “Poesia é a nossa estrutura”.

“Árvore” é de onde partimos para narrar a defesa de que é possível e preciso inventar outros modos no lidar com o sofrimento mental, modos de existir onde caibam pactos da poesia, da experiência estética na inscrição de outras partilhas, com enredo afetivo, valorização das singularidades e produção de subjetividades. Defendemos, a partir da experiência vivida e contada, que é preciso derrubar os muros manicomial não só físicos, mas também simbólicos e relacionais, enriquecendo o olhar e a discussão sobre a/o “louca/o”, desmistificando e tensionando a ideia de loucura, buscando expandir os condicionamentos culturais no lidar social com as diferenças e a multiplicidade das existências.

Para tanto utilizamos uma metodologia do afeto e acolhimento na experiência realizada, uma prática do sensível, costurada por uma linha afetiva da escuta, do lidar com a arte e a linguagem como experiências cotidianas. Sustentamos esta prática enquanto método analítico de se fazer política pública inclusiva, como forma de atenção psicossocial para além da terapêutica, como promoção de vida em si e criação de devir.

A experiência da arte se faz, ao mesmo tempo, como reconexão de laços, geração de saúde, criação de episteme e movência dos paradigmas culturais. O grupo “Poesia é a nossa estrutura” propiciou a escuta de muitas vozes que agora saíram das cabeças de gente entendida como desimportante. Vozes que outrora pareciam delirantes, se afirmaram enquanto ativas e ocupantes de um espaço social, mas também existencial, conquistados. O princípio “Árvore” nos ensinou a plantar para multiplicarmos frutos fortes e doces de uma bela e exequível utopia.

“Luta” nos trouxe as raízes de onde partimos, de quem precisou cerrar os punhos para que hoje pudéssemos ter mais respaldo para lutar. “Árvore” é “Luta” em movimento, é reconhecer a memória que nos constitui e fazer dela continuidade, estrutura da construção cotidiana de uma lógica antimanicomial, não só para o projeto institucional substitutivo, mas também para a expansão das consciências culturais.

A Política de Saúde Mental de Belo Horizonte tem sido foco também de estudos, trocas e intercâmbios nacionais e internacionais. As equipes herdeiras de Franco Basaglia na Itália estão se estabelecendo no município de BH para entender como os dispositivos da Rede podem funcionar na realidade cotidiana. Positivamente isto demonstra também como a Política municipal tem se estabelecido coerente com suas ideias fundantes. No entanto, ainda precisamos pensar nas falhas internas, questionar se as decisões e condutas têm respeitado ao

mesmo tempo que as ideias fundantes, também as movimentações contemporâneas, as questões divergentes que o presente e o próprio mecanismo de movimento que o trabalho traz e que é preciso discutir, colocar em pauta, revisar, dar a devida importância, para que não tornemos obsoleto um projeto libertário, reproduzindo sintomas institucionalizantes adoecedores.

Uma das implicações neste sentido seria a “replicação de sintomas” em relação à própria estrutura coletiva, que adoece caso não tenha mediação constante. Da mesma maneira, o risco do adoecimento das/os funcionárias/os dos serviços, que através de alguma falha por excesso ou falta de mediação, adoecem mental, emocional e até mesmo fisicamente, pela delicadeza não monitorada no trato dos serviços. As mediações e negociações precisam ser monitoradas de maneira constante, por equipe qualificada não só clínica, mas sobretudo eticamente, para que de fato ajamos através do cuidado e acolhimento que defendemos.

Este propósito também se relaciona à construção de outras racionalidades, que viemos apresentando aqui, os tratos e tratados devem se fazer cama acolhedora às singularidades e coletividades, ao mesmo tempo em que não devem falhar com a presença e mediação necessária para que estas mesmas singularidades e coletividades não adoeçam. Nossa prática mediadora, pautada no cuidado e acolhimento precisa se fazer implacável, e construir outra ética, análise e saberes.

Finalmente “Artevida” se faz aqui através de outras propostas de partilhas e saberes da arte para com a vida. Delineia poesia enquanto literatura produzida, que em si demarca falas, narrativas, representatividade e espaços conquistados, mas também para além da palavra escrita, enquanto inscrição performática, corporeidade, estado latente de relação com a existência, presença e voz. As duas compreensões são duplas e inseparáveis.

Essa tomada de si é irregular, está propícia a derrapagens, crises, desequilíbrios, mas por se construir conquista, é também definitiva. Assim, quando defendemos o estado de poesia propiciado pela feitura cotidiana de arte e linguagem, não estamos afirmando lançar mão de um tipo de “antídoto”, uma “cura”, um “milagre”. No entanto, estamos pensando em agenciamento das existências através da experiência da arte como uma tecnologia potente na reorganização de subjetividades, transformação de realidades e possibilidades de influência com outros elementos narrativos nos constructos sociais, inventando lugares para que outras existências sejam possíveis. Hoje, as propostas substitutivas aos manicômios têm como uma base metodológica a ação da arte para além da terapêutica, como modos de vida, emancipação, construção de crítica individual e coletiva, e até mesmo como geração de renda. Arte é uma tecnologia leve, utilizada pelos dispositivos antimanicômiais nas relações de produção de vínculos, autonomização e acolhimento, como base prática e ferramenta discursiva.

Quando entendemos que a “doença” não é portabilidade do sujeito, mas deve ser compartilhada com a sociedade que contribuiu para produzi-la, a reestruturação do ser e sua desinstitucionalização se fazem óbvia justiça. Tão irrefutável quanto a derrubada dos muros sociais e simbólicos para a construção de cidadania, integralidade e sociabilidade, que podem reorganizar os corpos antes banidos em criadoras/es e inventoras/es de si mesmas/os, das próprias falas e do mundo que habitam e influenciam.

Outras realidades, outras narrativas e perspectivas de vida trazem transformações sociais junto de si. Quando um grupo minoritarizado se autoriza a falar, derruba sua carapuça excludente de desqualificado, faz influir também sobre a sociedade outras perspectivas, outras inscrições, epistemes, modos de viver, outra língua. Por isso que mudar a língua é concomitante com mudar o mundo, como nos ensinou Roland Barthes (2013).

Ao mesmo tempo, a insurgência de uma outra escritura, outra poesia, outra língua ressignifica dialeticamente as existências e também os lugares sociais. A “beira da estrada”, “a porta da venda”, “o banco da praça”, “a casa mal-assombrada” se fazem moradas de corpos agora apropriados de si mesmos, afirma o não-lugar, ressignifica a negação. As quinas destes corpos, os desvios que impõem para a vida que nos arranha, passam a ter nomes e pronunciar histórias. Só não escutam quem se fechou para a troca honesta com o mundo e para o entendimento de que todas as vozes devem ser compartilhadas já que representam partilha do todo, de experiências distintas advindas dos constructos enquanto seres sociais.

O não-lugar reorganizado espacializa então o corpo que se reorganiza nos escombros de si mesmo e nos destroços da humanidade jogados sobre si, para se soerguer vida ativa. Espacializa quando ressurge dos desvios, da encruzilhada, das quinas da sociedade e se reinscreve narrativa política singular, lugar incomum. Sua fala passa a ser a tentativa de apropriação de si mesma/o, de reinvenção do seu lugar roubado, performance de si. Passa a representar um grupo narrativo e sua reação construída, uma espécie de “performance do soerguimento”, conceito que aqui estou forjando e deverá ser desenvolvido na continuidade deste estudo.

Nessa política de fronteiras, mudanças sociais profundas também são acionadas, em resposta ao silenciamento e abjetificações históricas, como reestabelecimento de existências e subjetividades, como exercício de alteridades. O conhecimento de fronteira responde então como a instauração de um compartilhamento de saberes, forma analítica de se pensar a guarda do lugar da exclusão ressignificado em ação, fala, criação de arte, razões e epistemes, reestabelecimento de vida e produção de devir. De forma coletiva, empodera corpos

emancipados, como força motriz, para se reerguerem em políticas de ações inclusivas, em poesia, em Artevida.

Se ocupar da loucura é um fazer do discurso psiquiátrico. Para a perspectiva da experiência da arte, nos ocupamos do sujeito, da produção de subjetividades e invenção de modos de existir a partir da sua experiência, que contém também a loucura. Os corpos performáticos se reconstituem enfrentamento aos poderes, institucionalizados ou não, porque se impõem como existência poética em contraponto ao Estado e aos estados de confronto, contenção e extermínio.

É importante que enegreçamos nossos argumentos e demarquemos que as/os alvos do projeto manicomial, preponderante e historicamente, foram e ainda o são definidos primeiro por raça e gênero, e segundo por classe. Majoritariamente pessoas pretas e pobres formaram e ainda formam o recorte social mais atingido pelos manicômios. A exclusão do sujeito entendido como “louco” é também uma consequência da segregação e hierarquização racializada imposta pela sociedade brasileira, que se reordena de maneira sistêmica para manter desigualdades, baseadas na criação do “Outro” como sujeito e grupos sociais coisificados e desumanizados. A interseccionalidade no Brasil, discutida sobretudo pelo feminismo negro e enfaticamente pela intelectual Carla Akotirene (2018), nos permite dimensionar e relacionar opressões às vozes e aos corpos subalternizados como um projeto de controle social, que os baniu para o lixo social, a margem, a encruzilhada. E para este lugar de isolamento para onde foram varridos, segregou o direito à vida, à civilidade, à humanização, à existência e fala, e à exercer episteme.

Esse “Outro” social e historicamente marcado por exclusões advindas do racismo, nos leva a pensar em outras cosmogonias que partam da sustentação de outras racionalidades, atendendo analítica, metodológica, estética e eticamente mais aos recortes sociais que representam narrativas impedidas de se exercerem enquanto existências e saberes. Pensamos então em um princípio criador de libertação psíquica e cognitiva, que se sustente em matéria de criação e comunicação. A encruzilhada, a margem, lugar onde os tantos “Outros” foram jogados e impedidos de exercer fluentemente suas realidades, se ressignifica quando a partir dela propomos tomar de volta domínio de narrativa e exercer trânsitos criadores, culturais e epistêmicos.

Mais uma vez em *Interseccionalidade* (2018), Carla Akotirene defende a encruzilhada como um lugar epistêmico e metodológico, que produz suas próprias oferendas analíticas, oferecendo “no espaço público o alimento político para os Outros, proporcionando o fluxo entre teoria, metodologia e prática aos acidentes durante a colisão, amparando-os (aos *Outros*) intelectualmente na própria avenida do acidente” (AKOTIRENE, 2018, p. 18). Nesse sentido,

pensamos em uma metodologia de resistência, de assentamento, reinscrição, uma Metodologia da Encruzilhada, comprometida com o desenterrar das línguas esquecidas, das razões assassinadas, comprometida com cuspir o sangue e ressignificar a terra onde pisar, dançar, celebrar, morar, se fazer árvore, brotar criação, cultura e conhecimento, comprometida com existir, construir devir e exercer alteridades.

Um outro conceito forjado por mim durante a elaboração da pesquisa que é a base desta dissertação, apontando inclusive para sua continuidade é a Metodologia da Encruzilhada, que se insurge então como lugar de reerguimento e ressignificações de corpos jogados, abjetificados, movência de vozes banidas, violentadas, silenciadas, escuta, diálogos e trocas. A encruzilhada se refaz como potência motriz, construída por libertação cotidiana das presas criadoras, que possam interromper desejos e querereres, lançando mão de tecnologias que respeitem e respondam às necessidades de narrativas expurgadas como pragas de um chão, que voltam para se replantar estrutura viva e produtora de sentidos. A partir da égide da encruzilhada como lugar prático, analítico e epistêmico, a travessia dos desviados, dos acidentados pelo padrão hegemônico, dos “Outros”, propomos compor seiva elaborada, movência de outras práticas, do sensível, da experienciação, da língua enquanto poética de tronco, sustentáculo, corpo desenterrado, árvore, estrutura. A reconquista da linguagem é a reconquista de mundo, e a travessia do acidente prevê uma metodologia traçada pela linha afetiva da escuta, pela partilha, pela cultura da diferença e promoção de vida. Plantaremos, incansavelmente.

REFERÊNCIAS

A CLÍNICA ampliada da “coisa mental”: desinstitucionalização e subjetividade. Palestra: Marcus Vinícius Oliveira. 2014. Vídeo (47 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RXoYLOS7RII>>. Acesso em 05 jun. 2017.

ABOU-YD, Míriam. In: **Caderno Saúde Mental: A reforma psiquiátrica que queremos, por uma clínica antimanicomial**. Ana Marta Lobosque (Org.). Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2007.

ADÉLCIO; BH, Paulo; CAMPOS, Deolindo de; EUSTÁQUIO, Antônio; GOMES, Cris; LAPA, Roseli L.; LÍLIA; MARCONI; NONATO, Rui; SOUZA, Naidna de. **Poesia é a Nossa Estrutura**. Ana Carolina Pedrosa Pontes (Org.) Belo Horizonte: Independente, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

A LOUCURA entre nós. Direção: Fernanda Fontes Vareille. Águas de março filmes, 2016. DVD (76 min).

AMARANTE, Paulo e NUNES, Mônica. **A reforma psiquiátrica do SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios**. v. 23; n.6. Ciência e Saúde Coletiva, 2018 (2067-2074).

AMARANTE, Paulo. **Loucos Pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro- vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARTAUD, Antonin. **O teatro e o seu duplo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2006.

ASPIS, Renata Lima. **Fragmentos de ideias sobre ensino de filosofia e re-existência**. Revista Ideação, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/2987/2355>>. Acesso em 07 set. 2019.

BARTHES, Roland. **Aula- aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

BASAGLIA, Franco. **A Psiquiatria Alternativa: Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática- Conferências no Brasil**. Trad. Sonia Soianesi, Maria Celeste Macondes. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1979.

_____. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Paulo Amarante (Org.) Trad. Joana Angélica D’ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. **A humanização como dimensão pública das políticas de saúde**. v. 10; n. 3. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2005. (561-571)

BICHO de 7 cabeças. Direção: Laís Bodanzky. Buriti Filmes, Dezenove Som e Imagens Produções Ltda, Gullane Filmes, Fábrica Cinema, 2001. (84 min). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=F6Yky54edpo>>. Acesso em 15 mai. 2019.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

BRAGA, Paulo dos Reis; CARVALHO, Valteir Roberto de; FERREIRA, Sílvia Maria Soares; LOPES, Maria do Rosário; MAGALHÃES, Ana Maria; SENA, Rogério Soares. Loucura e Cidadania. In: **Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: O Cotidiano de uma Utopia**. Kelly Nilo; Maria Auxiliadora Barros Morais; Maria Betânia de Lima Guimarães; Maria Eliza Vasconcelos; Maria Tereza Granha Nogueira; Miriam Abou-Yd.(Org.). Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008.

BRASIL. LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001. **IPI Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, DF, abr 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm> . Acesso em 07 fev. 2019.

BUENO, Austregésilo Carrano. **Canto dos malditos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco LTDA, 2004.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo**. Trad. Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado em Educação, na área de Filosofia da Educação. São Paulo: FEUSP, 2005.

CAVANI-JORGE, Ana Lúcia. **Um remédio contra a exclusão: Maledetta Follia? Uma revisão**. Psicologia: Teoria e pesquisa, 2001.

Chico César. Estado de poesia. (música) Laboratório fantasma: 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=krqPPze689Y>>. Acesso em 09 fev. 2020.

COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DETERMINANTES Sociais. Fiocruz. Disponível em: <<https://pensesus.fiocruz.br/determinantes-sociais>>. Acesso em 15 mai. 2019.

EM nome da razão. Direção: Helvécio Ratton. 1979. (23 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PeXjSSs4q2k>>. Acesso em 15 mai. 2019.

EU sou aquela planta seca, mas que está viva. Direção: Talbert Igor Santana de Oliveira. 2019. (6 min).

EVOÉ. Direção: Elaine César; Tadeu Jungle. 2011. (103 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P6mcoxsd2o>>. Acesso em 07 set. 2019.

FAUSTINO, Mário. **Poesia-Experiência**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

FERREIRA-LEMOS, PP. Sujeito na psicanálise: o ato de resposta à ordem social. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., BRASILINO, J. (Orgs). **Psicologia social e personalidade**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011. p. 89-108.

FORMIGA, Tarcila Soares. **Interseções entre arte e loucura na plataforma crítica de Mário Pedrosa**. v. 16; n. 2. Brasília: Revista do Programa de Pós-graduação em Arte da UnB, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Trad. José Teixeira Coelho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, conferências introdutórias à psicanálise e outros textos**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IMAGENS do Inconsciente. Direção: Leon Hirszman. Texto: Nise da Silveira. 1986. (80 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EDg0zjMe4nA&t=2515s>>. Acesso em 22 out. 2018.

JUNG, Carl. **O homem e seus símbolos**. Trad. Maria Lúcia Pinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAUSS, Rosalind. **A escultura no campo ampliado**. n 1. Rio de Janeiro: Gávea, Revista do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil da PUC-Rio, 1984 (87-93).

LLANSOL, Maria Gabriela. **Onde vais, Drama-Poesia?**. Lisboa: Relógio D'água, 2000.

MAXWELL. **Conceito ampliado de arte e escultura social**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9546/9546_4.PDF>. Acesso em 14 set. 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. In: **Arte & Ensaios**. n 32. Rio de Janeiro: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, 2016. p. 122-151.

MELLO, Thiago de. **Mormaço na floresta**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1981.

MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio B. Por uma Composição Técnica do Trabalho em Saúde centrada no campo relacional e nas tecnologias leves. Apontando mudanças para os modelos tecnoassistenciais. In: **Saúde em Debate**. Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES. v.1. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

NANCY, Jean-Luc. **A comunidade inoperada**. Trad. Soraya Guimarães Hoepfner. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

NOVAES, Ana Paula; SOARES, Marta; ZACCHÉ, Karen. Centros de Convivência: Novos Contornos na Cidade. In: **Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: O Cotidiano de uma Utopia**. Kelly Nilo; Maria Auxiliadora Barros Moraes; Maria Betânia de Lima Guimarães; Maria Eliza Vasconcelos; Maria Tereza Granha Nogueira; Miriam Abou-Yd.(Org.). Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008.

NUNES, Mônica de Oliveira. **Interseções antropológicas na saúde mental: dos regimes de verdade naturalistas à espessura biopsicossociocultural do adoecimento mental**. v.16, n.43. Interface – Comunicação, saúde e educação, 2012 (903-15). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832012005000045&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 10 fev. 2020.

OLIVEIRA, Carla Luiza. **“Basaglia” e as práticas reabilitativas no Centro de Convivência**. Belo Horizonte: Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/ UFMG), 2016.

O MONSTRO brilhou comigo. Direção: Talbert Igor Santana de Oliveira. 2019. (15 min).

O PRISIONEIRO da passagem. Direção: Hugo Denizart. 1982. 30 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PjgP1LYLZOU>>. Acesso em 07 fev. 2019.

PALESTRA magna: desinstitucionalização e práticas para o cuidado em liberdade. Palestra: Paulo Amarante. 2017. Vídeo (11 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DoimuQInQ6I>>. Acesso em 10 jul. 2017.

PATROCÍNIO, Stela. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Viviane Mosé (Org.). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.

POESIA é a nossa estrutura. Direção: Ana Carolina Pedrosa Pontes. 2015. (22 min).

POLÍTICA Nacional de Humanização. **Rede Humaniza SUS**. Disponível em: <<http://redehumanizasus.net/politica-nacional-de-humanizacao/>>. Acesso em 30 ago. 2019.

PONTES, Ana Carolina Pedrosa. **Metodologia da Encruzilhada: O encontro descolonial da literatura com a Saúde Mental**. Salvador: Elluneb, 2019.

PONTES, Ana Carolina Pedrosa. **Poesia é a nossa estrutura: as narrativas audiovisuais como práticas para uma política de atenção à saúde mental**. Salvador: XV ENECULT, 2019.

PONTES, Ana Carolina Pedrosa. **Um teatro pobre**. Disponível em <<http://espafluxo.blogspot.com/2010/02/um-teatro-pobre.html?m=0>>. Acesso em 11 fev. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROTELLI, Franco. **A Instituição Inventada.** Trad. Maria Fernando de Silvio. Santos: Casa de Saúde Anchieta. 1988.

SILVEIRA, Nise da. **O mundo das imagens.** Rio de Janeiro: Editora Ática, 1992.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência: Culturas e Identidades no movimento Hip-Hop.** Campinas: Instituto de Estudos de Linguagens, 2009.

SOUZA, Políbio José de Campos. Resposta à crise: a experiência de Belo Horizonte. In: **Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: O Cotidiano de uma Utopia.** Kelly Nilo; Maria Auxiliadora Barros Moraes; Maria Betânia de Lima Guimarães; Maria Eliza Vasconcelos; Maria Tereza Granha Nogueira; Miriam Abou-Yd.(Org.). Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008.

Sweet honey in the rock. Ella's Song. (música) Disponível em
< <https://www.youtube.com/watch?v=U6Uus--gFrc>>. Acesso em 06 fev. 2020.

ZOURABICHVILI, F. “Deleuze e o Possível (sobre o involuntarismo na política)”. Trad. Maria Cristina Franco Ferraz. In: ALLIEZ, É. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica.** Coordenação da tradução Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 2000.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ANEXO A - IMAGENS

Imagem 1: Jornal Hoje em Dia, sobre a ASSTRAL

HOJE EM DIA • BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 15/10/97 **Minas**

Doentes mentais fazem atividades manuais

Associação Sabarense de Trabalhos Alternativos atende pessoas em oficina de trabalho

Edmur Atonir da Paixão, 43 anos, até bem pouco tempo se esquivava das pessoas. Preferia observá-las entre as frestas da janela de sua casa. A fobia social o impedia de entrar em contato maior com a sociedade. Edmur já trabalhou como mecânico da Fiat, mas deixou a empresa em 91. Psicótico-maquiado-depressivo, hoje seus surtos são mais espaçados.

Edmur é um dos pacientes da Associação Sabarense de Trabalhos Alternativos (Asstral) que, há dois anos, desenvolve atividades manuais com os pacientes encaminhados pela equipe técnica do Centro de Saúde Mental de Sabará. Hoje a Asstral atende 35 pessoas em

um casarão localizado na Rua Dom Pedro II, 69, Centro. Nas oficinas, as pessoas são divididas conforme suas habilidades manuais e seus interesses. Papel reciclado, culinária, artesanato, bordados e crochê são as atividades disponíveis, quando, três vezes por semana, durante três horas ao dia, o paciente produz um objeto que, posteriormente, será comercializado. Parte do dinheiro líquido recebido, 85% fica com a pessoa que confeccionou, e o restante, 15%, fica com a instituição.

"Nossa proposta é de inserção dos psicóticos na sociedade. Através do trabalho se desmitifica o conceito de periculosidade e incapacidade dos psicóticos. O artesanato é característico da cidade, então obedecemos a tradição da cidade, nas oficinas", afirmou a presidente da Asstral, Luciana Pedroza.

Produção vendida na própria cidade

Toda produção, confeccionada pelos pacientes da Associação Sabarense de Trabalhos Alternativos, é vendida nas ruas ou deixada em consignação em lojas da cidade. A associação recebe encomendas, com antecedência. "Os usuários têm uma expectativa no final do mês para saber quanto vão receber. Muitas vezes o dinheiro é curto", afirma a psicóloga Marisa Teixeira, que assiste às oficinas.

Rosângela de Ramos, 38 anos, diz, com orgulho, que nunca faltou às oficinas. "Sinto bem, gosto de trabalhar, me distraio, converso com as colegas", diz Rosângela, que é a responsável pela confecção de curtazes e a escrita das atas.

As habilidades das participantes da oficina de culinária já serviram para a monitora Sandra Camponês participar de feiras e festivais na cidade. "Levo as meninas para me ajudarem. Mas não pago a mais porque já é outra frente de trabalho, independente das oficinas", ressaltou Sandra. Marta Rodrigues, 38 anos, aprendeu a fazer biscoito e hoje faz em casa para vender para fora. "Com o dinheiro já comprei televisão e um armário", afirmou.

Antônio Marcos dos Santos, 45 anos, mora no bairro Santo Antônio de Roças Grandes e se esforça para estar presente nas oficinas de artesanato no Centro. Antônio tem seis filhos e ajuda a esposa em casa. Clésio Gonçalves, 22 anos, também participa da oficina de artesanato. As frutas que ele faz com sabão, são tão perfeitas que dá vontade de comer.

Evandro Lúcio Vieira, 26 anos, já confeccionou colchão

35 doentes mentais que trabalham em culinária, crochê, artesanato etc., em um casarão

As oficinas, as pessoas são divididas conforme suas habilidades, no caso, bordado e culinária

Comunidade dá o seu apoio

A Asstral é uma organização não-governamental, desvinculada da Prefeitura de Sabará. A diretoria e os demais membros são inanimemente em afirmar que a Asstral deu certo devido ao grande apoio da comunidade.

Dezoito meses antes da inauguração da associação, a viabilização do projeto já estava sendo discutida com a comunidade, iniciativa privada e poder público. Todo o mobiliário e equipamento da instituição foi doado pela Samitri - Mina do Córrego do Meio. O aluguel do imóvel, R\$ 715,00, é garantido pela firma Ângelo Del Rio Comércio e Participação. Já a manutenção da Asstral é feita pela Associação dos Colaboradores, doações e venda dos produtos.

"Não fazia parte do projeto ter trabalhos voluntários. Mas muitas promessas políticas não foram cumpridas e geraram consequências graves para a existência do projeto. Portanto, sempre que temos problemas financeiros, monitoras e técnicas abrem mão de seus salários simbólicos, R\$ 90 e R\$ 100, respectivamente", afirmou a psicóloga e técnica referência para oficina, Regina Celi Fiuza.

O projeto Asstral já foi enviado à Holanda para captação de recursos. A resposta recebida foi elogiosa, mas a verba foi negada. "A saúde mental ainda é uma área nova para se investir e não faz parte dos projetos de investimento atual das instituições. Foi a resposta que tivemos", observou Luciana Pedroza, presidente da Asstral.

Fonte: Arquivo pessoal Luciana Pedrosa

Imagem 2: Museu de Imagens do Inconsciente



Fonte: Centro Cultural do Ministério da Saúde <ccms.saude.gov.br>

Imagem 3: Escritoras/es do grupo “Poesia é a nossa estrutura” em manhã de trabalho, no quintal do Centro de Convivência Providência/BH, sobre o pano azul, debaixo da árvore. Setembro de 2015.



Fonte: Arquivo pessoal Ana Pedrosa

Imagem 4: Capa do livro “Poesia é a nossa estrutura”, compilação de poemas do grupo homônimo, a partir da Oficina Poesia & Vídeo do Centro de Convivência Providência



Fonte: Arquivo pessoal <<http://anapedrosa.com.br/outrosatos/>>

Imagem 5: Frame do vídeo-poema média metragem “Poesia é a nossa estrutura”



Fonte: Arquivo pessoal

Imagens 6 e7: Noite de lançamento do livro e do filme homônimos “Poesia é a nossa estrutura”, na casa de cultura Espaço Suricato, Leitura de poemas feita pelas/os autoras/es, com a participação das/os artistas Manu, Isaac, Mariana de Matos e Renato Negrão.



Fonte: Arquivo pessoal Ana Pedrosa

Imagem 8: Silvio Savat, menino interno no Hospital Colônia de Barbacena (1979). Foto de Napoleão Gontijo.



Fonte: ARBEX, 2013

Imagem 9: Cemitério da Paz, em Barbacena/MG, onde 60 mil corpos vítimas do Holocausto Brasileiro estão enterrados. Fotos: Roberto Fulgêncio/ Tribuna de Minas.



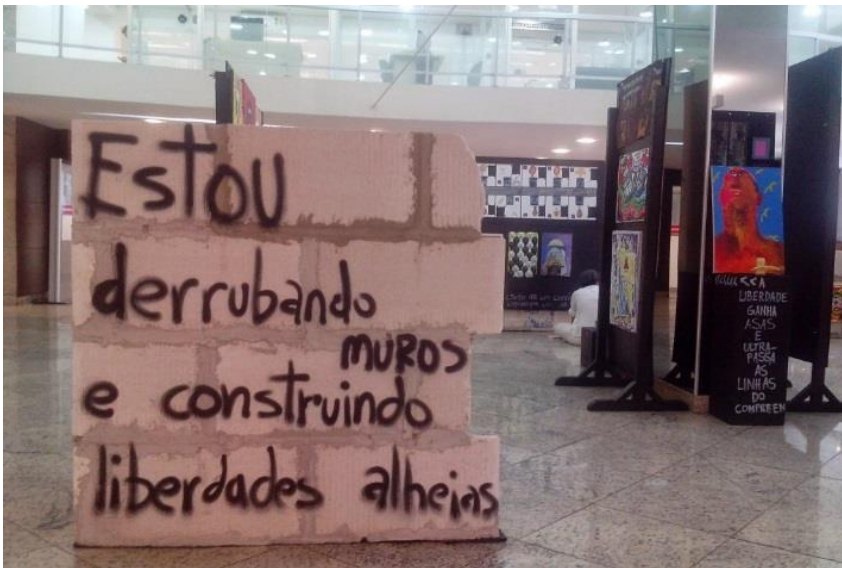
Fonte: ARBEX, 2013

Imagem 10: Exposição “O muro que nos prendia é agora o muro que nos liberta”, fotos do artista Napoleão Gontijo, de internos do Hospital Colônia de Barbacena, no final de década de 1970.



Fonte: Arquivo pessoal < <http://anapedrosa.com.br/outrosatos/> >

Imagens 11 e 12: Exposição “O muro que nos prendia é agora o muro que nos liberta”, trabalhos de artistas dos Centros de Convivência de Belo Horizonte. Curadoria de Ana Pedrosa, Maíra Paiva e Márcia Stanyslaw.



Fonte: Arquivo pessoal <<http://anapedrosa.com.br/outrosatos/>>

Imagens 13 e 14: Fotos da fachada do Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário (CC), em Belo Horizonte/MG. Mural de pinturas feito por artistas do CC, coordenado por Máira Paiva e Renata Corrêa. Na *Imagem 13* se lê: “Com doido respeito”, frase emblemática de autoria do conviva Claudio Márcio. Na *Imagem 14* a figura masculina da pintura representa e homenageia Arthur Bispo do Rosário.



Fonte: Arquivo pessoal Máira Paiva

Imagem 15: Grupo “Persona Grata” no Centro de Convivência Providência, se preparando para uma apresentação, em 2014.



Fonte: Arquivo pessoal Ana Pedrosa

Imagem 16 e 17: L.E.I.A em processo de atelier, no Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário, em 2015.
Imagem 16: Parte das/os integrantes do L.E.I.A. e *Imagem 17:* Amaral e Otoniel posando diante do mural do grupo.

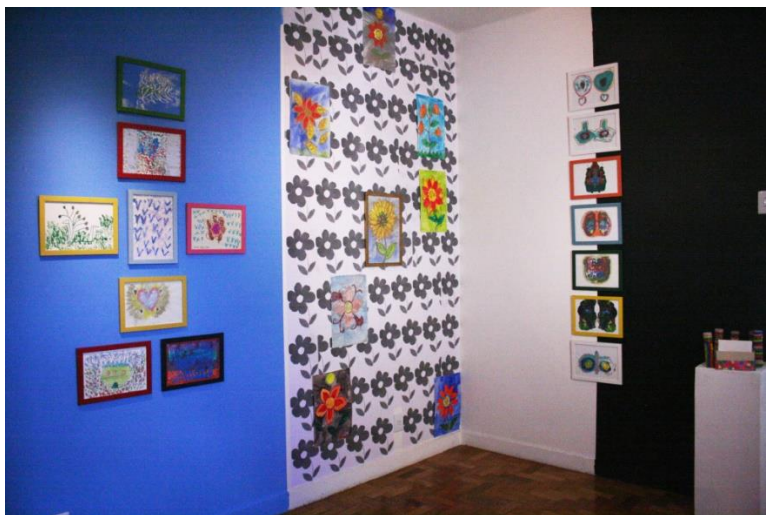




Fonte: Arquivo pessoal Ana Pedrosa

Imagem 18, 19 e 20: Exposição “Pássaros que vivem avoando, vivem avoando sem nunca mais parar, promovida pelo CC Arthur Bispo do Rosário, na Galeria Mama Cadela, 2015. *Imagem 18:* Mural do Amaral; *Imagem 19:* Carlinhos, Clarita e Lucília, respectivamente; *Imagem 20:* Lambe-lambe coletivo da Oficina de Letras coordenada por Maíra Paiva.





Fonte: Arquivo pessoal <<http://anapedrosa.com.br/outrosatos/>>

Imagem 21: Festival da Canção Ideia Sonora. Apresentação da música Sara-cura, de Edmundo Veloso Caetano, campeã do Festival de 2015. No palco da esquerda para a direita: Bruno, Ludmila, Diego Hemétrio (mediador da Oficina de Música do CC Arthur Bispo do Rosário e Edmundo Veloso Caetano ao fundo).



Fonte: Arquivo pessoal Ana Pedrosa

Imagem 22: Performance de Juliano da Silva, artista multilinguagens vinculado ao CC Arthur Bispo do Rosário, na 2ª Mostra de Arte Insensata.



Fonte: Mostra de Arte Insensata <http://mostradearteinsensata.pbh.gov.br/galeria_fotos2010.php>

Imagem 23: Desfile da Escola de Samba Liberdade Ainda Que Tam-tam, ala “Somos todos Basaglia”, 18 de maio de 2015.



Fonte: Arquivo pessoal Ana Pedrosa